

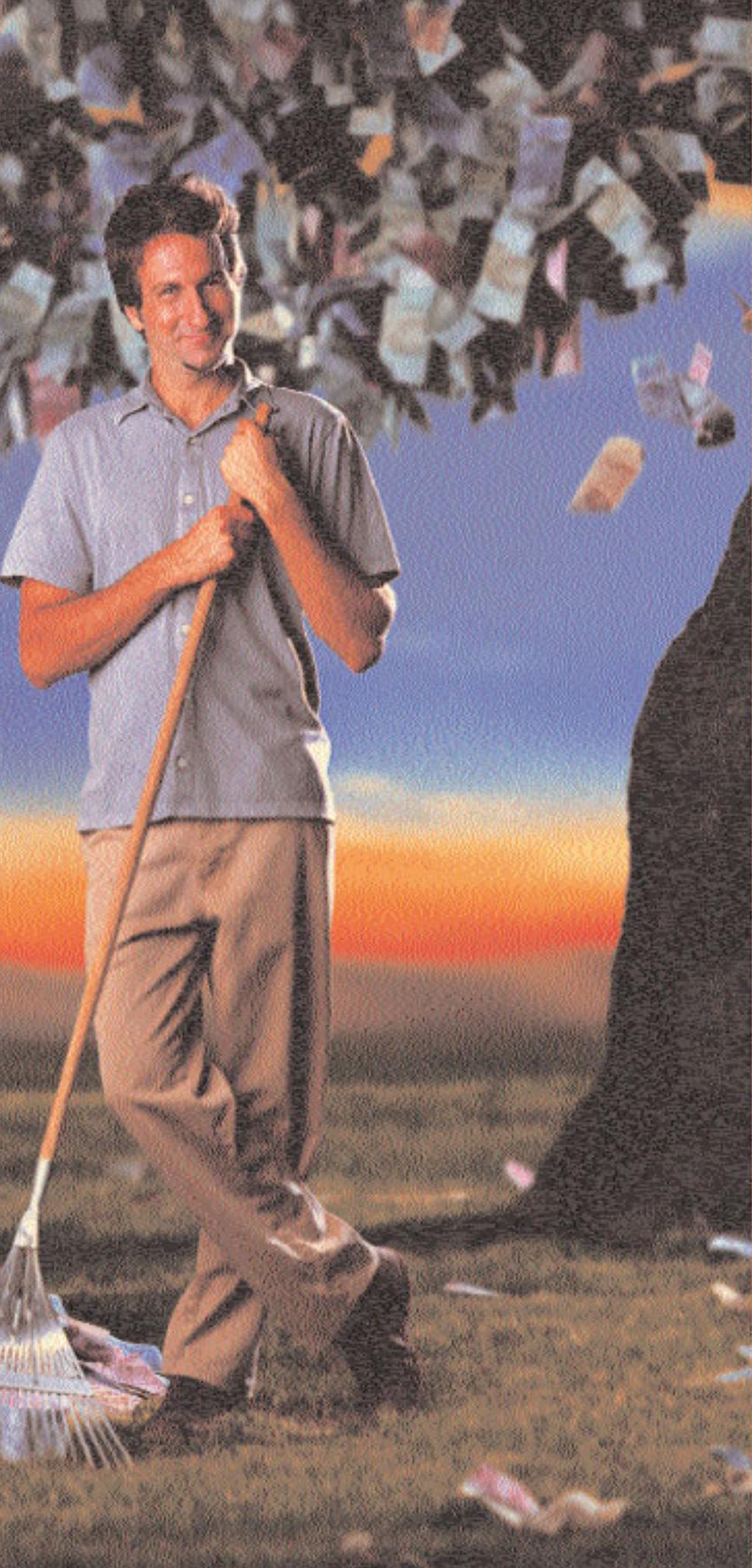
Afirmativa

Ano II - nº 07 - AFROBRAS

plural



Viva a
Liberdade!



Super Poupança Itaú.
Um investimento
superseguro e supersim-
ples, que você faz e
acompanha com toda
a superconveniência do
Itaú: Itaú Bankline Internet,
Caixas Eletrônicos Itaú
e Itaú Bankfone.

Na Super Poupança Itaú
você sabe antes qual é
a rentabilidade da sua
aplicação e fica
supertranquilo.

www.itau.com.br
Itaú Bankfone: 4004 4828
(capitais e regiões
metropolitanas)
e 0800 11 8944 (outras
localidades).

**Super Poupança Itaú
não é poupança.
É Super Poupança.**

Itaú feito
para
você

Índice

Entrevista Especial

- Vice-procurador Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes pág. 07

Ações Afirmativas

- Mães de Santo em Brasília pág. 10
- Dia Internacional da Luta contra Discriminação Racial pág. 12
- 21 de março: Dep. Estadual Reginaldo Germano pág. 17
- Perfil Martin Luther King pág. 18
- Projeto Banco Itaú – Universidade Zumbi dos Palmares pág. 21

Plural

- Livres para Viver: Marcos Terena pág. 26
- João Paulo II: Dom Geraldo M. Agnelo pág. 28
- O Cardeal Joseph Ratzinger é o novo papa pág. 29

Consciência

- A condição humana: José Renato Nalini pág. 30
- Água no Prosecco: Miriam Leitão pág. 32
- Os sinos da liberdade: Isaac Modiba Choshane pág. 34
- 13 de Maio x Negritude: Zulu Araújo pág. 36
- A construção da igualdade racial: José Serra pág. 39
- Será que já raiou a liberdade?: Ana Paula Brandão pág. 42

Religião

- O abolicionista divino: José de Paiva Netto pág. 44

Política

- Uma chaga medieval: Sen. Renan Calheiros pág. 47
- Dia de reflexão: Sen. Paulo Paim pág. 50
- Entrevista Sen. Antonio Carlos Magalhães pág. 52
- Dia de reafirmar nossa luta: Marta Suplicy pág. 54
- O ponto de partida: Theodosina Ribeiro pág. 56
- Novidades sobre Zumbi: Min. Aldo Rebelo pág. 58
- Em busca da igualdade: Gov. Geraldo Alckmin pág. 60
- A dívida da escravidão: Sen. José Sarney pág. 62
- Liberdade? Que Liberdade? Agnaldo Timóteo pág. 65

Justiça

- 13 de Maio: Ives Gandra da Silva Martins pág. 66
- Liberdade: Min. Nelson Jobim pág. 68
- Ética nas funções do Estado: Min. Marco Aurélio Mello pág. 70

Economia

- Entrevista presidente Caixa Econômica Federal pág. 72
- No podium das desigualdades: Marcelo Néri pág. 74
- O despertar de um gigante: Fernando Perez pág. 75
- Uma muralha contra o racismo: Abram Szajman pág. 76
- Empreendedorismo: Rosenildo Gomes Ferreira pág. 78
- Educação, saúde e desenvolvimento: João Sanches pág. 79
- O próximo passo: Paulo Skaf pág. 80
- O País dos sonhos de todos nós pág. 82
- Distribuição de renda: condição básica para liberdade pág. 84

Comunicação

- Um privilégio de poucos: Marcus Ianoni pág. 86
- A conquista da liberdade: Joana Woo pág. 87

Atitude

- Andando sobre tapete vermelho: Ruth de Souza pág. 88
- Um estímulo para nossa luta: Milton Gonçalves pág. 90
- A mensagem da liberdade: MV Bill pág. 92
- Reggae e Conscientização: Cidade Negra pág. 94
- Conscientização como bandeira: Leci Brandão pág. 95
- A liberdade está em cada um: Marcelo D2 pág. 96

Cultura

- Trabalho e herança cultural: Maurício Pestana pág. 97
- Agenda Cultural pág. 98
- Humor pág. 101

Universidade Zumbi

- Projeto Guri pág. 102
- Agenda pág. 103
- Visitas na Zumbi pág. 103

Educação

- A educação inclusiva: Paulo Renato Souza pág. 104
- Reflexo de liberdade: Benedita da Silva pág. 106
- A sedução da liberdade: Sidney Dutra pág. 108
- A liberdade e o choro do Presidente: José Vicente pág. 110

117 anos de Liberdade

Para este bimestre resolvemos fazer uma edição especial da revista Afirmativa Plural, como reflexão dos 117 anos de Abolição da Escravidão.

E fizemos a seguinte pergunta para autoridades, personalidades, artistas e formadores de opinião: O que é Liberdade? O negro já a conquistou? Ficamos surpresos e felizes com o retorno que obtivemos das mais diversas personalidades. Pessoas que deram uma breve parada nas suas atividades para escreverem exclusivamente para nossa revista. Queremos, de público, agradecer a todos pela imensa colaboração. E em nossa capa trazemos um casal,

basta ver a diferença de salário médio entre negros e brancos de mesma qualificação e ocupando a mesma função", diz o Senador José Sarney em seu artigo.

Mas de lá para cá avançamos. Fizemos muito, mas ainda há muito por fazer. A comunidade negra vem, aos poucos, ocupando seus espaços. "É uma luta dura e constante, mas que rende inúmeros frutos", diz o Senador Paulo Paim.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva decretou que este ano de 2005 é o "Ano da Igualdade Racial", cujo objetivo é promover ações afirmativas em favor dos afro-brasileiros. O

negro, em sua fase madura, se beijando em público. Um símbolo de Liberdade!

Não temos como negar que a página mais vergonhosa da História do Brasil é a escravidão. Com a Abolição, os negros foram considerados sem importância bastante para receber uma atenção especial do Estado. A República os ignorou.

A conquista da liberdade não encontra correspondente na igualdade, a injustiça não teve compensação. Os números ainda demonstram a permanência desta divisão.

"De uma maneira imensurável, toda a nossa sociedade é alimentada de práticas discriminatórias. Elas são difíceis de verificar e até mesmo de admitir nos atos individuais, mas não de comprovar:

programa culminará em uma grande conferência nacional, que deve acontecer no meio do ano e esperamos que ela seja suficientemente eficaz para trazer frutos à comunidade negra.

Infelizmente a discriminação é responsável pelos índices alarmantes da situação dos negros dentro do quadro, já por si dramático, da pobreza no Brasil. Mas, graças a Deus, essa realidade pode e está sendo alterada. Sabemos que o patamar em que estamos não é o ideal, mas certamente estamos cada vez mais próximos desse objetivo.

Quem sabe o próximo 13 de Maio seja um dia de debates que possam fazer o Brasil ser um País, de fato, igualitário e para todos.

*Francisca Rodrigues
Editora*

ditorial

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, com periodicidade bimestral. Ano 2, Número 7 - Rua Marquês de Itu, nº 70 - 5º andar - Vila Buarque - São Paulo /SP - Brasil - CEP 01223-000 - Tels (55 -11) 3256.4562 - 3256.6545 - **Conselho Editorial:** José Vicente, Ruth Lopes, Raquel Lopes, Francisca Rodrigues, Cristina Jorge, Nanci Valadares de Carvalho, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Jarbas Vargas Nascimento, Humberto Adami, Felice Cardinali, Sônia Guimarães - **Direção Editorial e de Redação:** Jornalista Francisca Rodrigues (MTb. 14.845 - francisca@afrobras.org.br) - **Redação e Publicidade:** Maximagem Assessoria em Comunicação (min@maximagemmidia.com.br) - Tel. (11) 3255-9351 - **Jornalistas:** Zulmira Felício (zulmira.felicio@globo.com - Mtb.11.316), Telma Regina Alves (telma@afrobras.org.br - Mtb. 14.943) Daniela Gomes (daniela@afrobras.org.br - Mtb. 43.168), Viviane Souza (Viviane@afrobras.org.br - Mtb. 40.744) Demetrius Trindade (demetrius@maximagemmidia.com.br - Mtb.30.177) - **Revisão:** Ana Luiza Biazeto - **Fotografia:** J.C.Santos, Cintia Sanchez e divulgação. Colaborador Rodrigo Massi (agendacultural@afrobras.org.br) **Fotolito, impressão e acabamento:** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo



A revista Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras. A Editora não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos e matérias assinadas. A reprodução desta revista no todo ou em parte só será permitida com autorização expressa da Editora e com citação da fonte.

RESPEITO

CONHEÇA ALGUNS DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE UM GOVERNO QUE RESPEITA O CIDADÃO E TRABALHA PELO DESENVOLVIMENTO.

Saúde - Ótimas refeições por apenas R\$ 1,00 nos restaurantes Boni Prato. Um bilhão de litros de leite para famílias de menor renda pelo Viva Leite.

Segurança - Mais 20 mil policiais nas ruas e 11 mil novas viaturas. O dobro de bônus e operações. Fortalecimento da Polícia Comunitária e criação das Delegacias Participativas.

Uso responsável da Água - O Bônus da Água ajuda a evitar o abandono, garantindo desconto na conta para quem economiza.

Novo Tietê - Com o aprofundamento da calha do rio e a construção de 16 novas piscinas, já são 5 anos sem encharques no Tietê. A maior obra de saneamento do país também inclui 400 mil novas ligações de esgoto e 4 novas estações de tratamento.

Mais moradias - Desde 2003, mais de 37 mil novas moradias foram construídas e 48 mil estão em construção por meio do Pró-Lar da CDMU, com um investimento de R\$ 2,2 bilhões. O programa é destinado exclusivamente a famílias de baixa renda. Das famílias atendidas, 84% possuem renda de até 3 salários mínimos.

Educação - O Programa Escola da Família abre as escolas estaduais no final de semana, garantindo lazer e cultura para milhares de famílias. Os professores recebem treinamento constante, e os mais dedicados recebem o Bônus da Educação. E o ensino melhorou em todos os indicadores do SAEB, que é o exame do Governo Federal.

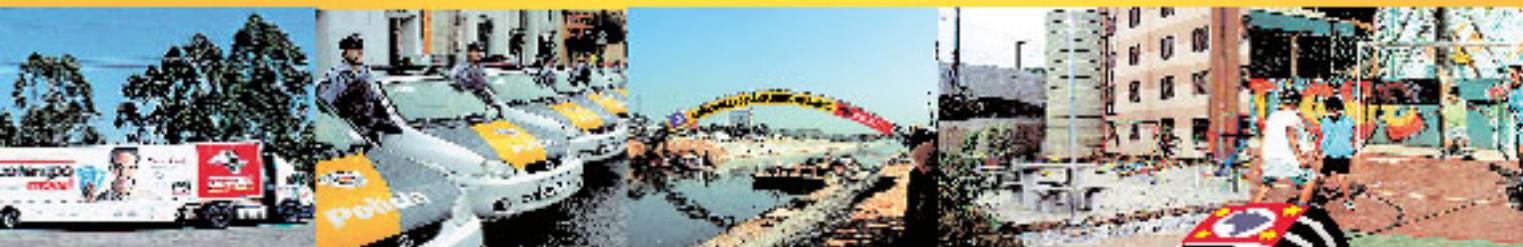
Dose Certa - Remédios de graça para quem mais precisa. Das Farmácia Dose Certa instaladas em estações do Metrô.

Investimento na Exportação - Abertura de um novo corredor de exportação entre o interior e o Porto de São Sebastião. Criação do Prospatempo da Exportação. Redução do ICMS de vários produtos e implantação do Simples Paulista, que isenta de impostos empresas que faturam até R\$ 150 mil anuais.

Prospatempo e Prospatempo Móvel - O atendimento rápido e eficiente do Prospatempo facilita a vida de milhões de pessoas. E para levar estas facilidades até quem mora longe de um posto, agora existe o Prospatempo Móvel, um caminhão com 7 serviços públicos essenciais para a população.

Transportes - Duas linhas do Metrô estão em obras ao mesmo tempo: a Linha 2-Vermelha será estendida até o Ipiranga, e a Linha 4-Amarela até da Luz até a Vila Sônia, interligando todas as demais linhas do Metrô e da CPTM. E ainda tem o Projeto Integração Centro da CPTM, que liga diretamente as Zonas Leste e Oeste.

Economia e transparéncia - A Boleia Eletrônica de Compras e o Projeto Eletrônico do Governo do Estado garantem mais transparéncia e economia nas negociações com fornecedores. Os leilões pela Internet já economizaram mais de R\$ 1,4 bilhão para os cofres públicos paulistas. E para alugar empresas e secretarias, o Governo comprou prédios no centro de São Paulo, gerando uma economia de mais de R\$ 1 milhão em aluguel em média.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ





O programa "Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho" (Coordigualdade), desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho e criado pela Portaria 273, de 28 de outubro de 2002, tem como objetivo promover, supervisionar e coordenar ações contra as variadas formas de discriminação no trabalho, dando tratamento uniforme e coordenado ao referido tema no âmbito do Parquet trabalhista. A Coordigualdade é incumbida de definir estratégias coordenadas e integradas de política de atuação institucional no combate à exclusão social e a toda forma de discriminação no trabalho. A Coordigualdade lançou no dia 11 de abril próximo passado, em nível nacional, o "Programa de Promoção da Igualdade e Oportunidade para Todos", que tem o objetivo de estabelecer estratégias continuadas de atuação do MPT na promoção da igualdade de oportunidades e eliminação da discriminação de gênero e raça, objetivando resultados efetivos, inclusive por meio da imple-

mentação das chamadas "ações afirmativas" por parte das empresas que estejam adotando práticas discriminatórias, de modo a contribuir para a alteração do quadro de desigualdades no mercado de trabalho que sejam fundadas em raça ou gênero.

Em função do trabalho que vem desenvolvendo, o Vice-Procurador Geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, no último Dia 21 de Março, Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, recebeu da Afrobras a Medalha de Honra ao Mérito Cívico Afro Brasileiro, concedida à autoridades e personalidades que lutam pela cidadania. Em entrevista exclusiva à revista Afirmativa Plural, ele explicou o programa "Coordigualdade", falou do momento atual do Ministério Público do Trabalho, das desigualdades existentes no Brasil e o que é necessário fazer para reduzir essa situação.

Ministério Público do Trabalho combate a exclusão e discriminação



Afirmativa: Qual o fundamento do programa?

Otávio Brito Lopes: O Programa fundamenta-se na valorização do processo de contestação, pelo MPT, do quadro de desigualdades entre homens e mulheres, brancos e negros, nas empresas. Isso significa que o objetivo principal não é impetrar ações contra as empresas, mas fazer com que elas se comprometam a atuar no combate às desigualdades.

Com esse Programa, o MPT pretende mudar o senso comum de que as ações afirmativas para reverter o inequívoco quadro de desigualdades que há no mercado de trabalho, desfavorecendo negros e mulheres, são fruto apenas da boa vontade das empresas, da benevolência dos seus proprietários, como se fossem ações meramente graciosas. É imperativo deixar claro para os responsáveis pela empresa, que mudar o quadro da discriminação é uma obrigação sua e não um favor.

Afirmativa: Quais os principais trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela Coordigualdade que estão sob a sua coordenação?

Otávio Brito Lopes: A Coordigualdade, por meios dos Procuradores do Trabalho que a compõe, tem envidado esforços para promover o combate à toda forma de discriminação do trabalho, sejam fundadas em sexo, raça, credo, orientação sexual, política ou filosófica, aparência, origem (nacionalidade ou naturalidade) etc. Também tem se empenhado para combater o nefasto assédio moral nas relações do trabalho e assegurar a proteção à intimidade do trabalhador no emprego e ao trabalho do portador de

deficiência ou reabilitado. A partir de janeiro de 2004 a atuação das Procuradorias Regionais no combate à discriminação no trabalho passou a ser informada através de Relatórios mensais encaminhados à Coordenadoria Nacional e inseridos em sistema eletrônico disponível na página da Coordenadoria na Intranet:

(<https://intranet.pgt.mpt.gov.br/>

É imperativo deixar claro para os responsáveis pela empresa, que mudar o quadro da discriminação é uma obrigação sua e não um favor.

coordigualdade/), possibilitando a geração de dados estatísticos bem como sua consulta pelos demais Membros da Instituição.

Afirmativa: Dá para fazer um balanço?

Otávio Brito Lopes: Através dos dados fornecidos, verificamos que foram instaurados 782 (setecentos e oitenta e dois) procedimentos diversos (representações, procedimentos preparatórios, inquéritos civis públicos) referentes ao combate aos diversos tipos de discriminação ao trabalhador, como raça, cor, gênero, idade, prestação de informações desabonadoras,

listas discriminatórias etc., tendo sido firmados 135 (cento e trinta e cinco) Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, além da propositura de 42 (quarenta e duas) ações de natureza coletiva, especialmente ações civis públicas. Quanto a este tema foram beneficiados, com a instauração dos sobreditos procedimentos, firmamento dos mencionados TAC e ajuizamento das ações coletivas um total de 8135 (oito mil, cento e trinta e cinco) trabalhadores em todo o país.

Embora o combate à discriminação fundada em gênero e raça nas relações do trabalho não seja novidade no âmbito deste Parquet, cujos Membros vêm atuando nesse sentido há vários anos, inclusive por meio dos Procuradores que compõem a Coordigualdade, o fato é que essa atuação era mais empírica, vez que não tinha uma sistemática pré-definida de atuação, fulcrados em conceitos e critérios técnico-científicos específicos, que extrapolam a esfera eminentemente jurídica.

Afirmativa: Quais são essas ações e como funciona a Coordigualdade?

Otávio Brito Lopes: As ações da Coordigualdade deverão contemplar a diversidade de gênero e raça existente no contexto laboral da localidade onde se situam as empresas investigadas, vedar o estabelecimento de critérios diferenciados de admissão, bem como, frise-se, instaurar comandos correcionais de distorções discriminatórias de remuneração e ascensão profissional de negros e brancos, homens e mulheres. Buscar-se-á,

assim, a eliminação da prática da discriminação no mundo do trabalho.

Afirmativa: O combate ao trabalho escravo é hoje uma das prioridades deste órgão. Como o Sr. avalia as condições a que foram submetidos os negros à época da escravidão?

Otávio Brito Lopes: As condições em que viveram os negros escravizados merecem atenção ainda hoje. O sofrimento, a dominação, o desrespeito absoluto de todo e qualquer direito humano mancha nossa história com sangue e vergonha. Já que não podemos voltar no tempo e alterar o que já passou, só nos resta acabar com os resquícios da escravidão ainda hoje presentes na sociedade brasileira. Por isso, promover a igualdade racial nas relações de trabalho é objetivo prioritário do Ministério Público do Trabalho.

Afirmativa: Como é realizado o trabalho de apuração de casos onde há discriminação contra os negros no mercado de trabalho? E que tipo de punições estão sujeitos os que praticam estes delitos?

Otávio Brito Lopes: A apuração se baseia no levantamento de informações sobre os empregados de empresas privadas e na verificação das diferenças entre brancos e negros, homens e mulheres em três âmbitos nos quais podem ocorrer discriminação: no âmbito da contratação ou admissão, no âmbito da ascensão a cargos de chefia, e no âmbito da remuneração. Nos dois primeiros âmbitos foram formulados indicadores para medir se há discrepâncias no quantitativo de funcionários considerando a diversidade racial e de gênero da localidade em que se situa

a empresa. No âmbito da remuneração, verificou-se se haviam desvantagens salariais entre negros e brancos e entre homens e mulheres.

Se encontradas desigualdades recorrentes nesses âmbitos, instaurar-se-ão procedimentos visando alterar o quadro discriminatório, seja via acordo para ajustar a conduta da empresa, seja via ação civil pública a ser ajuizada. No caso de firmar

As condições em que viveram os negros escravizados merecem atenção ainda hoje.

O sofrimento, a dominação, o desrespeito absoluto de todo e qualquer direito humano mancha nossa história com sangue e vergonha.

Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TACs), já estão previstas metas específicas para cada âmbito, a serem atingidas pelas empresas em um prazo de 5 anos.

Afirmativa: Na sua opinião, porque ainda existe o preconceito racial contra os negros?

Otávio Brito Lopes: Creio que o preconceito racial no Brasil também persista em razão do fato de que foram raríssimos os

momentos, no passado, em que se encarrou o preconceito racial como um problema social real e onipresente. Sob a égide de uma confortável, porém falaciosa, democracia racial, inúmeros casos de racismo ficaram invisíveis aos olhos comuns, tratados como absurdos incomuns e não como fenômeno sistemático. A sensação de que não havia preconceito no Brasil era tão forte que ninguém se sentia mal em professar piadas racistas.

O preconceito racial brasileiro esteve diluído nas diferenças de classes, até que a sociedade começou a perceber que deveria haver algo mais que a simples diferença entre pobres e ricos, já que as chances de um negro ascender socialmente eram cerca de três vezes menores que as de um branco. Parte desta mudança de percepção deu-se pela re-aliização de estudos sérios, geralmente observando estatísticas sociais, efetivando comparações entre o sucesso branco - quase inevitável, sem barreiras - e o sucesso negro - raro, sofrido e cheio de barreiras.

Mas foi por meio das manifestações e ações do Movimento Negro, que ganharam força sobretudo a partir dos anos 70 e 80, que culminaram com o encaminhamento de denúncia formal à Comissão de Normas da Organização Internacional do Trabalho em 1992, pelo descumprimento da Convenção nº 111 da OIT pelo Brasil, que o Estado Brasileiro se viu forçado a reconhecer a existência de discriminação racial nas relações de trabalho, tendo que, consequentemente, mudar sua postura diante desse problema social, que anteriormente beirava à plena omissão.

*Mães-de-santo e líderes
de casas de Candomblé
de diferentes partes do Brasil
estiveram reunidos nos
dias 11, 12 e 13 de abril,
em Brasília, para solicitar
às Autoridades Federais,
intervenção em assuntos
de extremo interesse
da Comunidade negra do País.*

Na Procuradoria Geral do Ministério Público Federal do Trabalho, recebidas pela Procuradora Geral Lia Simon e pelo Vice-Procurador Geral Otávio Rodrigues Brito e demais Autoridades, participaram do Lançamento do Programa de Inclusão Racial no Mercado de Trabalho a ser realizado por aquele Órgão.



Com a Ministra de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, reivindicaram especial atenção para as mulheres negras quando da implementação de políticas públicas por parte daquele ministério.

No Supremo Tribunal Federal, recebidas em audiência pelos ministros, Presidente Nelson Jobim e pelo

Ministro Joaquim Barbosa, solicitaram a intervenção daquela Corte para que o governo federal cumpra integralmente a efetiva aplicação da nova legislação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, legislação federal que, desde do ano de 2003, determina a inclusão no currículo do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas das disciplinas de História da África e História do Negro.

Para a mesma solicitação, foram recebidas em audiência pelo Procurador-Geral da República Carlos Fonteles, tendo na oportunidade, protocolado



Finalmente, o presidente da Afrobras, José Vicente, que ciceroneava o grupo, com o mesmo objetivo, foi recebido em Audiência pelo Presidente da sub-comissão de Igualdade Racial do

ONG Afrobras e pelo IARA - Instituto de Estudos Raciais e ambientais, do Estado do Rio de Janeiro, presidido pelo Jurista Humberto Adami, e contou com a participação de Abdias

ães de Santo e entidades negras cobram ação de autoridades federais

requerimento da instalação de Ação Civil Pública contra estados, municípios e União pelo descumprimento da referida legislação.

Senado, Senador Paulo Paim e pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti
Os encontros, foram promovidos pela

Nascimento, 91 anos, escritor, artista plástico e ex-senador da República, uma lenda viva do movimento negro no Brasil.



No último dia 21 de março, foi comemorado o Dia Internacional de Luta contra Discriminação Racial, data estabelecida pela Organização das Nações Unidas - ONU, que visa a conscientizar a população mundial contra qualquer tipo de discriminação, em memória do Massacre de Sharpeville, África do Sul.

frobras



Em 1960, 20 mil negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão. O saldo da violência foi de 69 mortos e 186 feridos.

A entrega da Medalha de Mérito Cívico Afro-Brasileiro, tem o objetivo de homenagear a todos que tenham contribuído, direta ou indiretamente com ações de cidadania. Criada pela ONG Afrobras - Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural, a medalha – uma esfera cir-

cular tendo em relevo a efígie de Zumbi dos Palmares sobre o mapa da rota dos escravos – foi entregue em cerimônia realizada no Parlatino, Memorial da América.

O Presidente da ONG Afrobras e Reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, José Vicente,

comemora Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial



presidiu a solenidade de entrega da medalha, a empresários, autoridades e representantes da sociedade civil que têm em seu cotidiano os valores do respeito à diferença, à tolerância e igualdade de oportunidades. Segundo a vice-presidente da entidade, Ruth Lopes, a homenagem é uma forma não só de reconhecimento, mas também de incentivo às pessoas que lutam em favor do fim da discriminação racial em nosso Brasil.

Entre os agraciados deste ano estão: Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo; Gabriel Jorge Ferreira, Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Patrick Duddy, Cônsul Geral dos Estados Unidos; Paulo Antonio Prazak, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Eduardo Pellegrina, Diretor de Recursos Humanos da Motorola; Joana Woo, Presidente da Editora Símbolo; José Tadeu,

Presidente da Merck Sharp & Dohme; Pheko Weeto, Cônsul Da África Do Sul; Jadiel Ferreira de Oliveira, Embaixador do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo; José Luis Ricca – Superintendente do Sebrae, Hubert Alquieres, Presidente da Imprensa Oficial; Fernando Perez, Vice-Presidente de Recursos Humanos do Banco Itaú; Belisário dos Santos Júnior, da Santos Júnior Hesketh Escritórios Associados;



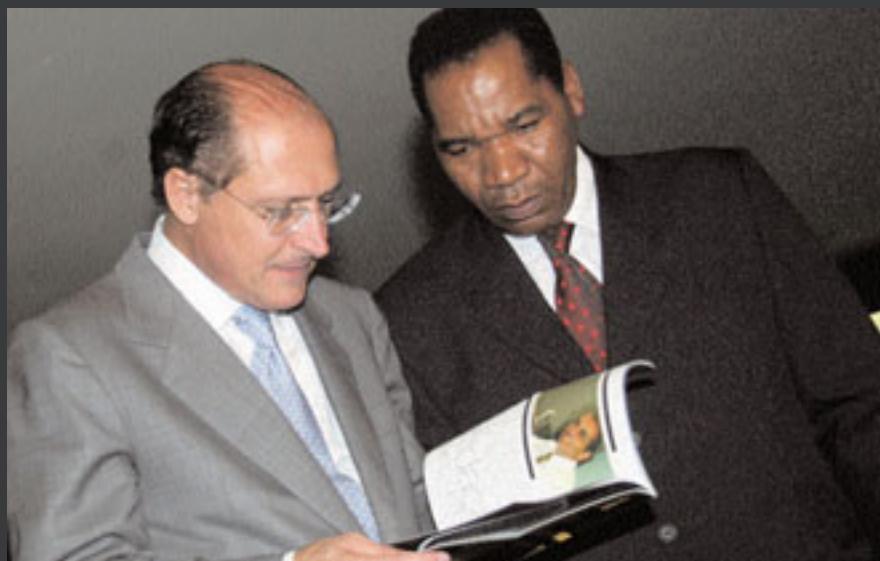


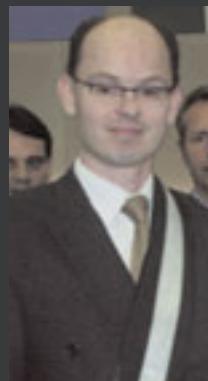
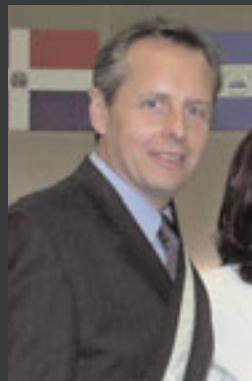
Carlos Henrique de Brito Cruz; Reitor da UNICAMP; Max Alvim, Presidente do Canal Independente; Josué Dimas de Melo, Presidente da Dimep Gráfica; Álvaro Jabour Maluf Júnior, Diretor-Presidente da Camisaria Colombo; Aguinaldo Timóteo, Vereador; Francisco Prado; Secretário do Trabalho da Secretaria de Relações do Emprego do Estado de São Paulo; João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Ciências e

Tecnologia de Desenvolvimento e Turismo do Estado de São Paulo; Rosângela Ludovico, Coordenadora Canal Futura da Fundação Roberto Marinho.

O dia 21 de março marca ainda outras conquistas da população negra no mundo: a independência da Etiópia, em 1975 e da Namíbia, em 1990, ambos países africanos. "Discri-

minação Racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública" Art. 5 da C.F.





21

de Março

Dia Internacional do Combate ao Racismo

Em pleno mês em que se comemora a luta contra a discriminação racial já que o dia 21 de março é o dia Internacional do Combate ao Racismo, dois acontecimentos vêm nos chamar a atenção, sem falar que em 2005 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ser o ano do combate a discriminação racial.

O primeiro fato bastante marcante foi a série de reportagens feitas por uma rede de televisão sobre o sistema de cotas para as universidades públicas sendo do conhecimento de todos que uma das bandeiras que hasteamos no campo de nossas lutas são as cotas, principalmente nas universidades de onde esperamos, num futuro muito próximo, criar uma classe média capaz de produzir para esta nação.

Nesse período, esta rede noticiou por quase duas semanas uma pesquisa fictícia e mentirosa tentando mostrar que o número de negros nas universidades era compatível com a população do lugar. Bastava simplesmente aos jornalistas dessa rede procurarem as pesquisas do IPEA ou, ainda, do IBGE e basearem suas reportagens.

O outro episódio que muito chamou a

nossa atenção foi a perseguição mais uma vez imposta por esta rede a um negro bem-sucedido como é o caso do Coronel Aviador Narcélio. Como nós poderíamos pensar que um Coronel Aviador Comandante de uma Base Aérea iria se unir aos seus subordinados para queimar, dentro da própria base, documentos comprometedores?

O Coronel Aviador Narcélio é um negro nascido em Jequie, interior da Bahia, de uma família pobre e que tinha a profissão de servente de pedreiro. Cursou o supletivo de primeiro e depois de segundo grau, se inscreveu para concurso da Academia da Força Aérea Brasileira, foi aprovado, cursou a escola de formação de oficiais aviador, passou por todas as fases de promoção até chegar ao posto de coronel, comandando hoje a Base Aérea de Salvador. Sendo um estrategista de guerra, além de executar um belíssimo trabalho em conjunto com a socieda-



de, baseando seu trabalho principalmente nas crianças, dando a estas, a oportunidade de conviver em um mundo totalmente diferente do seu. Tudo isso incomoda em muito, uma sociedade racista que tem medo da nossa ascensão, da inclusão do negro, principalmente na divisão de renda. Em três anos aproximadamente, o coronel aviador Narcélio poderá vir a ser o segundo brigadeiro negro, e isso incomoda a muitos. Temos que estar atentos, negros como o coronel Narcélio tem muito pouco. Ele é nosso patrimônio.

*Reginaldo Germano
Deputado Federal PP/BA*

A situação dos negros no sul dos Estados Unidos era deplorável. Sofriam constante discriminação racial e eram proibidos de entrar em certos restaurantes e lugares públicos. Na região sul dos Estados Unidos, filhos de pais negros não podiam freqüentar as mesmas escolas e faculdades que crianças e jovens brancos. Um homem negro corria o risco de ser assassinado caso olhasse ou conversasse com uma mulher branca. Mesmo um homem negro que havia cursado uma faculdade não tinha o direito de votar.

As leis de segregação racial obrigavam os passageiros negros a ocupar apenas os assentos no fundo dos ônibus e a conceder seus lugares a passageiros brancos, no caso do ônibus estar lotado. Eles eram freqüentemente humilhados e agredidos por racistas brancos.

No dia 1 de dezembro de 1955, na cidade de

Montgomery, no estado do Alabama, Rosa Parks, uma líder da Associação Nacional de Avanço do Povo Negro (NAACP), recebeu ordem de um motorista de ônibus para ceder seu assento a um passageiro branco. Por se recusar a seguir a ordem do motorista, Rosa Parks foi detida e levada à prisão. Esse incidente levou a população negra a organizar um boicote: durante um ano, os negros de Montgomery se recusaram a utilizar os ônibus da cidade.

Em fevereiro de 1956, dois meses após o incidente Rosa Parks, um advogado da MIA entrou com um processo no tribunal federal contra a lei de segregação dos ônibus da cidade de Montgomery. O tribunal decretou que a lei era inconstitucional; o governo de Montgomery apelou contra a decisão, mas sem sucesso. A primeira batalha pelos direitos civis havia sido vencida.

"Eu tenho um sonho que um dia esta nação se erguerá e viverá o verdadeiro significado de seus princípios: 'Nós acreditamos que esta verdade seja evidente, que

todos os homens são criados iguais.' ... Eu tenho um sonho que um dia minhas quatro crianças viverão em uma nação onde não serão julgadas pela cor de sua pele, mas sim pelo conteúdo de seu caráter."

u tenho
um sonho

Martin Luther King Jr.



As palavras de Martin Luther King, Jr. (1929-1968) foram ouvidas pela América e pelo mundo. Seu famoso discurso, “Eu Tenho um Sonho...” (“I Have a Dream”) simboliza a visão de um mundo mais justo pelo qual King lutou de forma pacífica. Martin Luther King, Jr. é considerado o maior líder negro na história dos Estados Unidos. Ele foi um dos principais responsáveis pelo fim da segregação racial em seu país.

Martin Luther King, Jr., filho primogênito de Martin Luther King e Alberta Williams, nasceu em Atlanta, na Geórgia, Estados Unidos. Seu pai e avô materno foram pastores batistas. King freqüentou escolas públicas onde havia segregação racial. Foi um aluno brilhante: ele se formou do colegial aos 15 anos de idade e concluiu a faculdade aos 19. Em 1951, formou-se em um Seminário Teológico. Quatro anos depois, obteve seu doutorado em Teologia pela Universidade de Boston, onde conheceu Coretta Scott, uma estudante de Música com quem se casou em 1953. O casal teve quatro filhos.

Em 1954 tornou-se pastor da igreja batista de Montgomery, Alabama. Em 1955, houve um boicote ao transporte da cidade como forma de protesto a um ato discriminatório a uma passageira negra (ver box), Luther King como presidente da Associação de Melhoramento de Montgomery, organizou o movimento, que durou um ano. Foi assim que ele iniciou a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Ele baseou sua luta nos ideais de resistência pacífica, chegando até a visitar a Índia em 1959, para estudar as formas de protesto pacífico de Gandhi. King continuou a liderar protestos sem empregar violência. Apesar de sempre lutar pacificamente contra a discriminação racial, King foi preso, sua família foi ameaçada de morte e sua casa foi destruída.

Em 1957, King ajudou a fundar a Conferência da Liderança Cristã no Sul (SCLC), uma organização de igrejas e sacerdotes negros. King tornou-se o líder da organização, que tinha como objetivo acabar com as leis de segregação por meio de manifestações e boicotes pacíficos. Muitos brancos que viviam na região norte do país apoiavam, inclusive financeiramente, o trabalho de King.

Em 1960, King deixou a igreja de Montgomery e se mudou para Atlanta, onde trabalhou como pastor juntamente com seu pai.

No início da década de 1960, King liderou uma série de protestos em diversas cidades norte-americanas. Organizou manifestações para protestar contra a segregação racial em hotéis, restaurantes e outros lugares públicos. Durante uma manifestação, King foi preso, tendo sido acusado de causar desordem pública. Na prisão, King escreveu uma famosa carta na qual afirmava que as pessoas tinham a responsabilidade moral de desobedecer e lutar contra leis injustas. Após ser libertado, King continuou a liderar manifestações que tinham como objetivo pôr um fim às leis de segregação racial nos EUA.

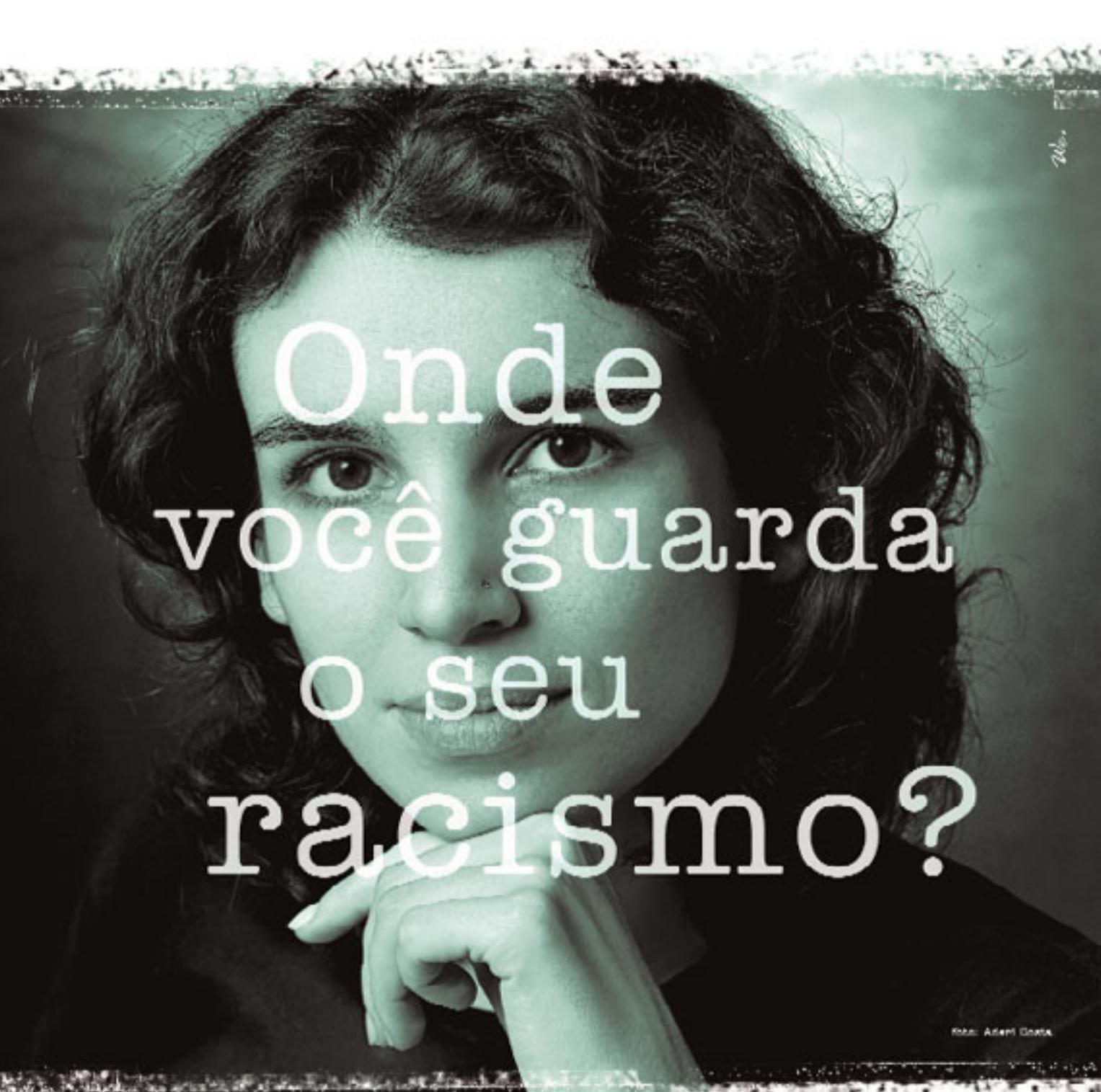
Em 1963, King e outros líderes negros organizaram a “Marcha para Washington”, um protesto que contou com a participação de mais de 200 mil pessoas que se manifestaram em prol dos direitos civis de todos os cidadãos dos Estados Unidos. Nesta marcha, King fez seu mais famoso discurso “Eu Tenho Um Sonho”, onde expressava seu sonho – e o sonho de todos os negros e de outras minorias nos Estados Unidos – de viver numa sociedade igualitária e justa. A marcha serviu como um último passo em direção à promulgação da Lei dos Direitos

Civis de 1964, que proibiu a segregação racial em locais públicos, empresas e escolas.

Em 1964, Martin Luther King, Jr. recebeu o Prêmio Nobel da Paz e se tornou a pessoa mais jovem a receber tal prêmio. Os protestos organizados por King continuaram. Em 1965, ele liderou uma nova marcha. Uma das consequências dessa marcha foi a aprovação da Lei dos Direitos de Voto de 1965 que abolia o uso de exames que visavam impedir a população negra de votar. Nessa época, King também passou a trabalhar para melhorar a situação econômica da população negra dos Estados Unidos. Em 4 de abril de 1968, Martin Luther King, Jr. foi assassinado em Memphis, Tennessee, por um franco atirador chamado James Earl Ray. Earl era um fugitivo branco que admitiu a autoria do crime. O assassino de King foi condenado a 99 anos de prisão.

Martin Luther King Jr. foi morto, mas suas palavras, seu trabalho e sacrifício moldaram os Estados Unidos e influenciaram o mundo. King evitou que os Estados Unidos continuasse a ser um país onde as pessoas não viviam em igualdade. Tendo sido um dos principais responsáveis pelo fim da segregação racial nos EUA, Martin Luther King Jr. é um modelo de liderança e coragem.

Desde sua morte, a reputação de King cresceu e seu nome passou a ser um dos mais reverenciados na história do seu país e do mundo. Em 1986 foi estabelecido feriado nacional nos EUA para homenagear King, sempre na terceira segunda-feira de janeiro, data próxima ao aniversário de King. Só em 1993, pela primeira vez, o feriado foi cumprido em todos os estados do País.



Onde você guarda o seu racismo?

Foto: Adam Dant

Não guarde o seu racismo. Jogue fora.

A campanha "Onde você guarda o seu racismo?" é realizada pela iniciativa Diálogos contra o Racismo, que reúne mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil.

O objetivo: incentivar mudanças de pensamentos, hábitos e atitudes. O caminho: revertar e discutir os vários temas de guardar o racismo, provando que todas elas são nocivas, destrutivas e altamente vantajosas.

www.dialogoscontraoracismo.org.br



Parceria cria estágio diferenciado para 21 alunos da Universidade que, durante três anos, vão receber capacitação plena para o mercado de trabalho.

rojeto inédito une banco Itaú e universidade Zumbi dos Palmares

Vinte e um jovens universitários afro-brasileiros estão participando de uma iniciativa inédita no País que, muito provavelmente, servirá de modelo para a contratação e treinamento de estagiários no mercado de trabalho. Eles são os mais novos contratados do Banco Itaú e já fazem parte do Programa de Capacitação Profissional de Afro-descendentes, uma parceria entre a Uni-

versidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e a holding Itausa – Investimentos Itaú S/A, controladora de um dos maiores grupos privados do Brasil. A iniciativa, que conta com o apoio do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Educação Continuada (CPDEC), da Unicamp, tem como objetivo principal, segundo Valéria Riccomini, da Gerência de

Atração e Integração das Pessoas, contribuir para o desenvolvimento da cidadania e para a capacitação profissional de jovens afro-descendentes matriculados no ensino superior.

“Vamos caminhar junto de vocês para que tenhamos o melhor modelo de desenvolvimento para a inserção de afro-descendentes do mercado de trabalho. Assim será possível servirmos de

exemplo e de incentivo para outras empresas", disse Renata Helena Oliveira Tubini, Superintendente de Desenvolvimento de Pessoas do Itaú aos 21 jovens alunos da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares durante evento de integração para novos colaboradores. Cada universitário que participa do Programa terá uma bolsa-auxílio de R\$ 794,00, vale transporte opcional, férias de 20 dias por ano, isenção de tarifas bancárias, seguro de vida e de acidentes pessoais, além de convênio médico e odontológico.

Estímulo a contratação

São vários os diferenciais do Programa de Capacitação Profissional de Afro-descendentes do Itaú. A primeira diferença é com relação ao tempo de contratação. Ao contrário de outros estágios, os universitários afro-brasileiros permanecerão no Banco por três anos consecutivos. Outro diferencial, quando comparada aos estágios tradicionais, é que o banco está contratando e treinando alunos que estão no segundo ano de seus cursos na Universidade, e não apenas estudantes a partir do 3º e 4º ano. A seleção dos participantes, conta Marcele Correia, analista de Recursos Humanos do Banco, durou cerca de dois meses e teve como objetivo principal a análise de competências de cada um dos 75 inscritos. Eles passaram por entrevistas indivi-

duais e coletivas, fizeram dinâmica de grupo e exercícios de raciocínio analógico, verbal e numérico, entre outras atividades.

Segundo Valéria Riccomini, dependendo do desempenho de cada um dos estagiários, eles poderão passar para o quadro efetivo da instituição financeira antes mesmo do fim do Programa. "Uma possível contratação vai depender de duas variáveis: disponibilidade de vaga aliada ao desempenho profissional do estagiário. Vamos estimular a contratação, mas o empenho dos profissionais vai ser fundamental na decisão de contratá-los ou não", disse ela.

Identidade racial e auto-estima

Segundo a gerente de RH do Itaú, durante o estágio, serão realizadas reuniões trimestrais de acompanhamento

com o objetivo de avaliar a adaptação dos universitários. Os encontros serão utilizados como base para definir possíveis adaptações ao Programa. O treinamento dará ênfase para a transmissão de noções de identidade racial e, se necessário, a iniciativas voltadas para reforçar a auto-estima dos profissionais. "Estaremos o tempo todo aprendendo junto com eles. Analisando qual é o melhor caminho para que possamos atingir melhor os objetivos propostos, bem como para a solução de eventuais problemas", explicou Valéria.

"Um dos objetivos que a Unipalmares vem perseguindo desde seu início é colocar os jovens estudantes no mercado de trabalho e em funções diferenciadas. Temos como meta formá-los para o mercado de trabalho, não porque têm força física ou jogam futebol, mas porque têm uma competência técnico-científica desejável para o exercício de



diversas funções na área de administração e gestão", explica a Diretora da Unipalmares, professora Cristina Jorge.

A superintendente Renata Tubini reforça que uma das metas principais do Programa é permitir que os estagiários, ao final dos três anos de treinamento, se tornem profissionais completos. "Vamos cuidar de todas as etapas de desenvolvimento com muito carinho para que eles possam crescer como seres humanos, como cidadãos, ou seja, para que se tornem profissionais competentes", disse ela.

De acordo com a diretora da Unipalmares, "os alunos deste convênio e de outros que viermos a fechar, terão acompanhamento através dos professores das áreas de administração geral, financeira e de estágio e serão acompanhados não só no sentido de ajudá-los, mas de uma forma que eles aproveitem plenamente o curso acadêmico e a experiência no mercado de trabalho. Qualquer problema ou necessidade, eles terão acompanhamento e apoio par a passo".

Para o Reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, José Vicente, a iniciativa inaugura uma nova era na condução das ferramentas que trabalham com a diversidade e também representa um novo momento dentro das organizações empresariais.

"Esse é o início de uma revolução no trato desta questão. Isso nos leva a pensar no imenso desafio que temos em nossas mãos, pois o projeto em ques-



tão permitirá desenvolver um embrião formador dos aspectos básicos, daquilo que sempre se ressentiu em toda a história do país: método e experiência técnico-didática conclusiva no trato de tema de tamanha relevância. Por incrível que pareça, não existe no País qualquer referência pragmática, prática ou teórica, que sirva de base para o desenvolvimento de trabalhos dessa natureza. A experiência factual que mais se aproxima é o Projeto Geração 21, realizado pela Banco de Boston há mais de sete anos, onde o foco se dirige a jovens negros antecedendo seu ingresso na universidade e no mercado de trabalho", ressalta José Vicente.

Para ele, o aspecto preponderante do presente projeto é sua capacidade de impactá-lo em duas dimensões distintas: por dentro e por fora. Dentro, promovendo a redefinição de dogmas da gestão de recursos humanos e obrigando os gestores e o público

interno a produzir, redescobrir e operacionalizar formatos novos de gestão e relação, agora, frente à heterogeneidade de atitudes e visão de mundo frente à homogeneidade estabelecida. Do lado de fora, exigindo a produção de métodos criativos para a produção de simpatização e conformação do seu público de atuação convencendo-os da importância e oportunidade como característica de melhor servir, tendo como pressuposto a justificativa de que diferentes visões enriquecem o produto final e permitem uma relação mais rica e colorida. E, como pedra angular, tecer uma teia fina e convergente que permita acrescentar as premissas técnicas funcionais aos jovens, sem deles retirar, justamente, o que tem de mais valioso, a diferença, a diversidade.

Vantagem competitiva

Uma das metas mais audaciosas do programa de Capacitação de Profissionais



Afro-descendentes do Itaú é a velocidade que se espera atingir com o aprendizado destes universitários. Segundo o diretor do CPDEC, Rodnei Domingues, a expectativa é a de que, em apenas um ano, os estagiários possam atingir o nível de capacitação de profissionais com experiência de 10

anos de mercado. Isso será feito através de um aprendizado intensivo, com aulas ministradas durante uma semana por mês, no primeiro ano de estágio. "Vamos fazer com que vocês estejam não só aptos a concorrer no mercado de trabalho, mas também que tenham uma vantagem competitiva em relação à

outros profissionais", disse o diretor do CPDEC aos novos estagiários.

Para isto, o treinamento dos alunos, que foram direcionados para atuar em diferentes setores da holding Itausa, terá status de extensão universitária. Ao final do primeiro ano, serão 360 horas/aula, preenchidas com o estudo de disciplinas como matemática financeira, português, informática básica, sistema financeiro nacional, e gerenciamento pessoal. Os estagiários terão orientações ainda sobre temas como comportamento humano no ambiente profissional, geografia, política, economia mundial, relacionamento interpessoal, saúde, segurança, responsabilidade social e qualidade de vida. "As disciplinas selecionadas serão aplicadas tendo sempre em vista o aspecto sistêmico. Não vamos estudá-las em separado, mas simultaneamente, contextualizando-as e estimulando-os a pensar com este viés sistêmico", complementou Domingues.

Terminada a capacitação, os estagiários que cumprirem alguns requisitos bási-



cos como freqüência superior a 75% em cada disciplina, receberão um certificado de Formação de Executivo Júnior, emitido pela Unicamp. No primeiro ano do estágio as aulas serão ministradas durante uma semana por mês. No segundo ano está prevista

uma carga horária de 180 horas/aula e, no terceiro ano, 42 horas/aula. "O nosso objetivo principal é o de desenvolver competências. Todos os dias de treinamento serão preenchidos com seis horas intensas de aprendizado, com muito conhecimento e muita

informação. Apesar disto, a metodologia aplicada, vai respeitar o fato de que os universitários já estão inseridos no mercado de trabalho e que, por isto, não terão condições de dedicar tempo integral aos estudos", explicou Rodnei Domingues.



Paulistano da Mooca, Hélio Alexandrino dos Santos, de 23 anos, é um dos estagiários que participa do Programa de Capacitação de Afro-descendentes do Itaú. No dia da entrevista, ele havia acabado de participar da primeira aula de gerenciamento profissional e estava muito animado. "O professor nos deu noções de como a gente tem que se portar, de como devemos traçar o nosso objetivo para que possamos alcançá-lo. Foi muito legal", disse ele.

Destacado para prestar serviços na área de Gerenciamento de Agências, ele conta que o processo de adaptação, apesar da ansiedade, foi tranquilo. E Hélio demonstra que já assimilou

bem os ensinamentos da primeira aula e definiu seu objetivo profissional e parte da sua estratégia: "Quero ser executivo. E vou me esforçar para tentar seguir carreira aqui mesmo no Banco Itaú. Por isto esta oportunidade é muito importante pra mim", comemora ele.

Quinto filho de uma família com seis irmãos, ele conta que a mãe está comemorando muito o novo emprego. "Minha mãe está felicíssima. Eu contei a ela todas as etapas que precisei cumprir pra chegar até aqui e porque este programa é importante pra minha vida profissional. Ela está muito esperançosa", contou.

Nós, os Povos Indígenas, sempre fomos livres no sentido bem amplo da palavra. Livre para nascer. Livre para viver. Livre para morrer. Para atingirmos o grau de doutrina sobre a liberdade indígena, sobre o equilíbrio de ser livre dentro da vida indígena basicamente, tudo foi construído com base em pelo menos três contextos que formavam o alicerce do viver bem. De um lado a força cultural, a capacidade de manejo material e o respeito ao grande criador, a espiritualidade. No entanto, com a chegada das primeiras chuvas que traziam o colonizador e o catequisador, todos os nossos valores foram admirados inicialmente, conhecidos para depois serem desconsiderados como parte fundamental para o modelo de vida ancestral que permeava o futuro a ser construído.

Í
livres
para viver!

Trataram a tudo isso como obsoleto e ilusório até atingirem nossas honras de povos soberanos e livres, transformando uma relação para a qual estávamos aberta para o bem comum, em relacionamento como indigentes, incapazes e consequentemente, em dependentes do sistema chamado “civilizatório” que nos impunham como o mundo melhor. Assim aprendemos que Deus deve ser adorado somente nos domingos e feriados santos. Assim conhecemos o significado de ser pobre. Assim aprendemos o significado de ser um sem terra. Com isso, perdemos a liberdade de ser o que sempre fomos e usufruir, viver e vivenciar nosso modelo de vida como o viver bem, mas inconveniente para o modelo de “desenvolvimento e progresso” apresentado.

Do ponto de vista do chamado desenvolvimento, passamos a ser obstáculo, parasita e até seres sem almas, tornando-nos nulos diante da modernidade que chegava. Fugimos até onde foi possível e depois no contato indesejado porém inevitável, anularam inclusive nosso direito à voz, quando surgiram os interlocutores, especialistas que nos transformaram nos grandes mudos da história do Brasil.

Chegamos a ser 180 mil pessoas nos anos 70 e hoje atingimos 400 mil pessoas, 230 sociedades e 180 línguas faladas. Como um milagre, estamos ressurgindo das cinzas, e mesmo distante da qualidade de vida que tínhamos, chegamos com nossa forma de ser ao maior desafio: modernidade ou tradição.

A liberdade de sermos o que sempre fomos nunca foi respeitada a não ser quando estávamos prestes a sermos totalmente destruídos física ou culturalmente. Nossas terras onde exercitávamos essa liberdade foi o primeiro ato de anulação, subserviência e destruição do nosso direito de ser como povos ainda que em formato diferente.

Nossos líderes sempre souberam respeitar a individualidade como princípio do bem coletivo, possibilitando na diver-

diversidade e a tolerância como princípio de vida está fadado a autodestruição e a destruição do equilíbrio ambiental, espiritual e cultural.

Quando o Brasil ainda estava em formação tendo como adubo os corpos indígenas, nossas comunidades buscaram na própria sociedade envolvente, aliados em busca do respeito mútuo e da liberdade e nesse sentido, o papel do africano escravizado foi importante e muito estratégico quando da formação da Confederação dos Tamboios, através do Cacique Cunhambebe e do próprio Quilombo de Palmares com Zumbi.

Por fim, diante de uma análise que gera um holocausto indígena, queremos recordar fatos dessa natureza como forma de corrigir os erros do passado e estabelecer uma nova aliança entre negros, brancos e índios. Se quisermos um futuro melhor, é preciso criar uma nova consciência

o surgimento de novas comunidades ou aldeias onde aqueles que aparentemente poderiam ser tratados como inimigos, pudessem ter também o direito de acreditar na sua verdade. Era o retrato efetivo da diversidade com base no formato do ecossistema ou habitat em que vivíamos. Por exemplo, água salgada ou doce. Aves que voam e outras que nadam, e etc.

Por isso, quando olhamos para o mundo que nos cerca não podemos aceitar o desrespeito ao direito do outro em ser livre e autodeterminado como indivíduo ou como comunidade. Um mundo que não admite a diferença, a



Marcos Terena

Índio Escritor do Povo Terena, do Mato Grosso do Sul. Articulador dos Direitos Indígenas e Conselheiro do Comitê Intertribal (ITC) e da Fundação Cultural Palmares/MinC.

Sábado, 2 de abril de 2005, Deus de bondade e misericórdia, tantas vezes invocado pelo Papa, chamou-o para junto de si depois de governar a Igreja Católica por mais de 26 anos.

O povo romano não esquecerá desse Pontífice. Apenas expirou e as multidões inundaram os caminhos que levam ao Vaticano. Um verdadeiro coro uníssono recitava o rosário e, à medida que se aproximava da Praça de São Pedro, após horas e horas de lenta marcha, os olhos procuram os telões que mostram o velório primeiramente nos apartamentos pontifícios e depois dentro da Basílica.



Tudo demonstrava uma dimensão mágica de organização para o acolhimento das pessoas, a assistência proporcionada pelas autoridades civis e pelos voluntários, e a espera silenciosa de quem quer ver o Papa. Os romanos, desde sempre, consideram o Papa alguém da família, os fiéis católicos que logo se avolumam com os provenientes de toda a parte, da Itália, da Europa e de outros continentes, querem saudar aquele que foi um grande sinal para a própria Igreja e para o mundo. Para a Igreja porque o Senhor Jesus entregou a Pedro e seus sucessores o cuidado de seu rebanho: "Apascenta as minhas ovelhas"; para o mundo porque o momento histórico é desafiador pela cultura que invade todos os povos como a globalizar até o próprio pensamento que contempla o progresso da ciência e da técnica e leva a pessoa humana a se isolar em si mesma diante da comunicação massiva, mas que não incentiva o indivíduo a encontrar seu semelhante.

O Papa chamou a atenção para o valor de cada ser humano, da sua dignidade,

da sua condição de ser diferente do resto de toda a criação.

"O Papa é excepcionalmente carismático e portanto objetivamente destinado a personalizar a própria função, pode morrer serenamente convicto que sua morte esgota somente um importante episódio da vida de uma Igreja que continua, sempre e todavia, a viver na potência institucional bem descrita pelas arquiteturas sólidas e acolhedoras da praça que encarna o centro da cristandade", como descreveu o comentarista de um jornal romano.

Uma particularidade ficou bem evidenciada na presença massiva de jovens pro-

bém a minha nação e toda a humanidade. Agradeço a todos. A todos peço perdão. Peço também a oração, a fim de que a Misericórdia de Deus se mostre maior do que a minha fraqueza e indignidade".

Retomou várias vezes o seu testamento inicial, confirmado-o e explicitando. Reconheceu que os tempos em que vivemos são indizivelmente difíceis e inquietos. Difícil e tenso tornou-se também o caminho da Igreja: contradições, perseguições e até mortes. Sua esperança porém não desfalece.

O Papa sempre procurou mostrar que o bem, não obstante todo o mal que exis-

João Paulo II, 1978 - 2005

curando a oportunidade de ver o Papa que teve o último pensamento expresso, no meio de dores indescritíveis. "Eu penso em Vocês jovens e os espero ver na praça confortar o meu coração que tanto deseja a felicidade de Vocês".

Os Cardeais todos já presentes em Roma presenciaram o espetáculo das multidões e a abertura do testamento espiritual do Papa que não tem nenhuma posse material para dela se desfazer, mas somente de uma riqueza de fé, de esperança e amor à Igreja e a toda a humanidade que ele deixa.

Ele abre seu testamento com palavras do Evangelho dirigido a todo ser humano do mesmo modo a ele e a cada um: "Vigiai, porque não sabeis em que dia o vosso Senhor virá" (Cf. Mateus 24, 42). "Estas palavras me recordam a última chamada que acontecerá no momento em que o Senhor quiser. Desejo seguirLo e desejo que tudo o que faz parte da minha vida terrena me prepare para aquele momento. Não sei quando acontecerá, mas como tudo, também esse momento deponho nas mãos da Mãe do meu Mestre: Totus Tuus. Nas mesmas mãos maternas deixo tudo e Todos aqueles com os quais tive ligado a minha vida e a minha vocação. Nestas mãos deixo sobretudo a Igreja e tam-

te no mundo, é possível à altura da vontade da pessoa humana. Ele o fez através de tantas iniciativas, com publicações, contatos e apelos incisivos. Dentro do contexto de muitas realidades, um dramático pedido de paz parecia não ter eco, teve efeito como sinal na sua morte, a reunião dos políticos de todas as tendências do mundo inteiro, junto com as multidões para ouvir o seu silencioso apelo, demonstrando que ainda é possível abrir o coração para ouvir e abrir-se na busca do bem da humanidade e construir a paz.

Muitas vezes o Papa nos lembrou que o homem se realiza somente no amor, isto é, no dom sincero de si para o bem, para a felicidade do outro o que inclui como ponto de partida a capacidade do perdão a quem nos ofendeu, da solidariedade, da fraternidade, da disposição permanente para o diálogo com o outro, o diferente, o adversário e até o inimigo. Aos heróis é difícil imitar, mas dos santos aprendemos o caminho possível para cada um. O testemunho do Papa é precioso.

*Dom Geraldo M. Agnelo
Cardeal Arcebispo de Salvador
Presidente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*

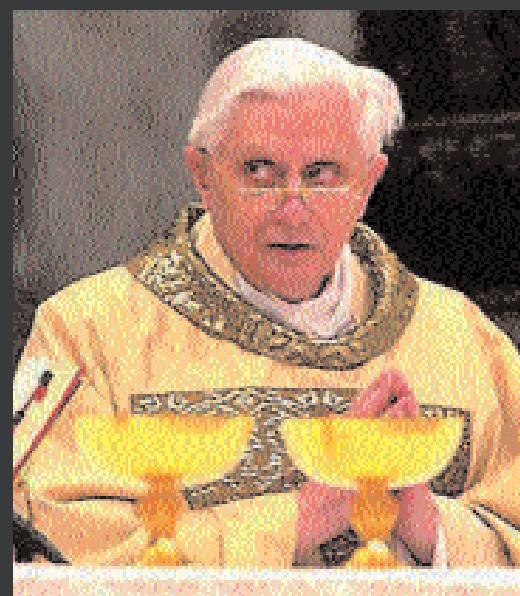
O cardeal alemão Joseph Ratzinger, 78 anos, é o novo papa. Considerado o braço-direito de João Paulo 2º, ele adotará o nome de Bento 16. Por 23 anos guardião da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, órgão que ficou no lugar do tribunal da Inquisição, Ratzinger mantém a Igreja Católica na linha conservadora. O alemão reprimiu com força os teólogos que saíram de sua doutrina rígida e alienou outras denominações cristãs dizendo que não são igrejas verdadeiras. O cardeal e João Paulo 2º foram chamados de "colegas intelectuais" -- Ratzinger, a exemplo do papa, tem pontos de vista conservadores sobre temas como o controle da natalidade, diálogo entre as religiões, casamento gay e feminismo. O cardeal alemão começou a ganhar atenção ao chegar a Roma, em 1962, como teólogo conselheiro do cardeal Josef Frings [de Colônia, Alemanha] no Segundo Concílio do Vaticano. Aos 35 anos se converteu em uma espécie de "estrela" da teologia. Mas foi em 1968 que Ratzinger ganhou destaque, quando travou uma luta ferrenha contra o marxismo e o ateísmo, que cresciam entre os jovens. Ratzinger se comunica em dez línguas e recebeu sete doutorados honorários. É considerado um excelente pianista, e tem preferência por obras de Beethoven (1770-1827).

cardeal alemão Joseph Ratzinger é o novo papa

O cardeal nasceu em um Sábado de Aleluia em Marktl am Inn, na Baviera, em 16 de Abril de 1927, e foi batizado no mesmo dia. Filho de um policial, Ratzinger viajou por muitas cidades devido às intermináveis transferências de local de trabalho impostas a seu pai.

Em 1947, Ratzinger entrou no Herzogliches Georgianum, um instituto teológico associado à Universidade de Munique. Paralelamente, estudou filosofia e teologia na universidade de Munique e na Escola Superior de Freising. No dia 29 de junho de 1951, Ratzinger e seu irmão foram ordenados padres pelo cardeal Faulhaber de Munique na Catedral de Freising, durante a festa de São Pedro e São Paulo. Em março de 1977, Paulo 6º elegera Ratzinger arcebispo de Munique e Freising e, em maio, foi consagrado o primeiro padre diocesano a conquistar o

Ministério Pastoral da Grande Diocese da Baviera. O papa Paulo 6º também nomeou Ratzinger cardeal no consistório [assembléia de cardeais presidida pelo sumo pontífice], em 27 de junho de 1977. Depois disso, ele se tornou bispo de Velletri-Segni e Ostia --que tradicionalmente é a "ante-sala" para o trono do papado. Em 25 de novembro de 1981, o papa João Paulo 2º nomeou Ratzinger encarregado da Congregação para a Doutrina da Fé, anteriormente conhecida como Tribunal da Santa Inquisição, que foi renomeado em 1908 pelo papa Pio 10º. Ele também presidiu as comissões bíblica e pontifícia internacional teológica. O alemão é o segundo pontífice não-italiano nos últimos 500 anos.



Sintoma evidente de que a Humanidade nem sempre se conduz de maneira compatível com o grau civilizatório apregoado é a necessidade de se prender por injúria grave um jogador de futebol argentino. Em abril de 2005, Desábato ofendeu o colega Grafite, com alusões à sua cor.

condição humana

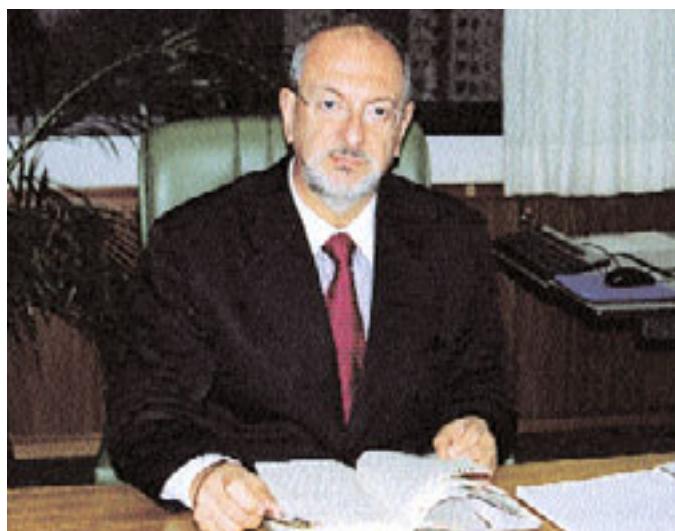
O episódio foi explorado em toda a mídia e suscitou gama enorme de comentários. A quase unanimidade de opiniões conferiu razão às autoridades brasileiras. A exceção, quase toda em território argentino, lamentou o exagero da polícia, o uso de algemas e as condições do cárcere em que recolhido seu conterrâneo.

A tradição de ofensa aos jogadores negros ocorreu até no Brasil, pois o futebol surgiu como esporte de elite. Foi a aristocracia inglesa que o introduziu em nossa Pátria. Restou superado o preconceito, pois a excelência dos jogadores de cor se impôs. Só a Argentina, em nosso continente, sobreviveu como última remanescente a hostilizar as vítimas do preconceito. Pondere-se que o preconceito não era diretamente contra a raça, mas contra a nacionalidade. Muitos jogadores brancos também eram ofendidos e chamados de "macaquetos" pelos portenhos, principalmente quando o time brasileiro vencia.

Lamentável que tais indícios de subdesenvolvimento ainda se registrem no século XXI. O final do século passado trouxe a elucidação do código genético e a descoberta do DNA comprovou que não há diferença entre as pessoas. Vermelhos, brancos, negros e amarelos, todos somos praticamente idênticos. Há pouquíssimas variações de uma única espécie e elas atuam eficazmente para quebrar a monotonia da homoge-

neidade. A riqueza da composição de raças do povo brasileiro é a causa da criatividade, da cordialidade buarquina, da potencialidade com que a nação se oferece para construir um futuro mais luminoso para a humanidade.

Último país na América a abolir a escravidão, o Brasil tem um entulho imoral a ser administrado. O Presidente da República pediu perdão aos irmãos africanos por essa mácula. Mas não



há de se ignorar o heroísmo de pessoas que muito antes da Lei Áurea, bateram-se no sentido de eliminar a insensatez do trabalho escravo. A história do abolicionismo em nossa Pátria é uma das páginas mais éticas que já se escreveu. E são prolíficos os exemplos de atuação concreta de pessoas, de todas as cores, que não hesitaram arriscar a vida, posições, cargos e honrarias, para desfraldar a bandeira da extinção da escravatura.

Um povo que soube se conduzir com essa ombridade, não pode compaciar com o retorno de práticas bani-

das do atual estágio civilizatório. Precisa estar atento a que não tenham vez ou lugar manifestações obscurantistas, signo identificatório de enfermidade grave do caráter.

Infelizmente, o fato ocorrido em São Paulo não foi o único, mas reflexo daquilo que tem preocupado os europeus. Eles sabem avaliar o significado da intolerância e as consequências do ideal eugênico. A História do nazis-

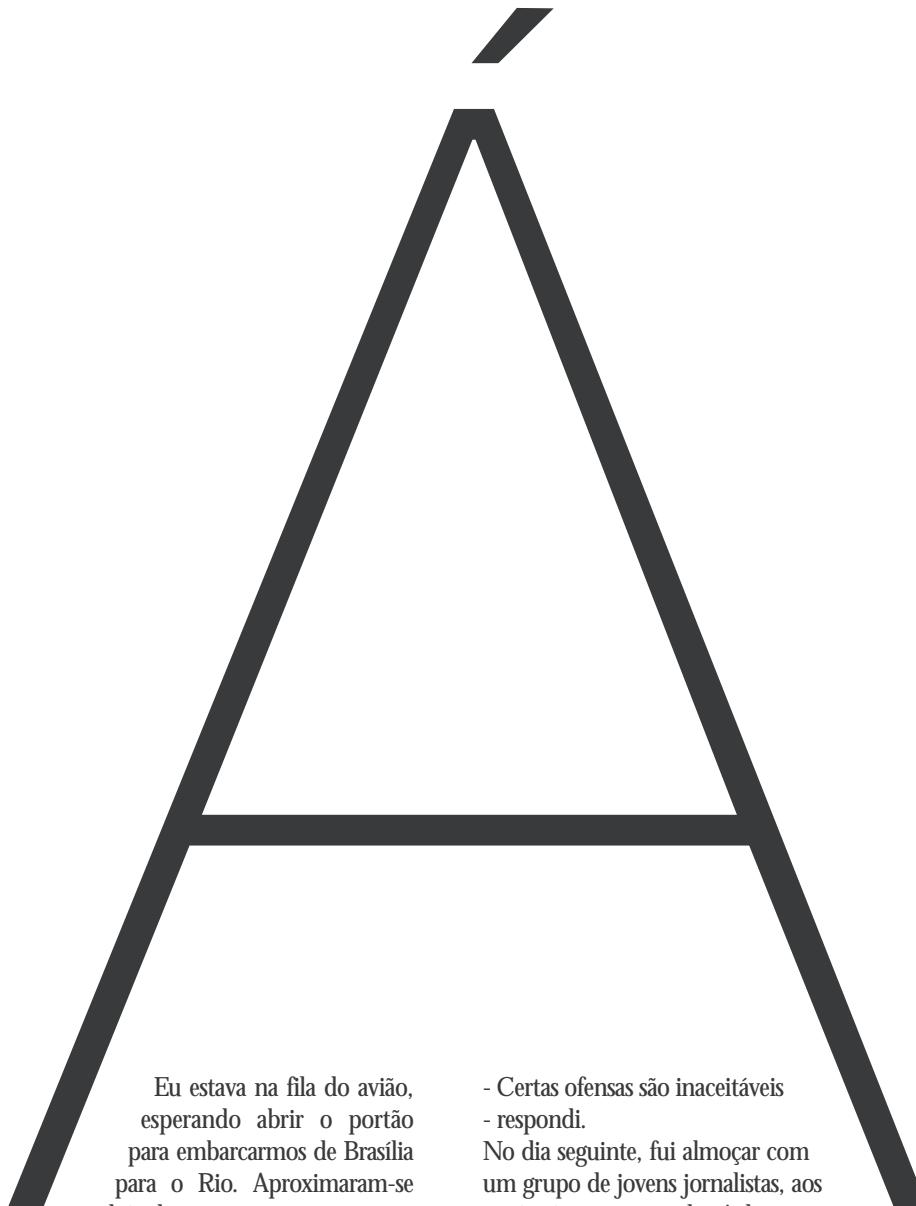
mo está muito presente na consciência coletiva e quem não aprender com ele tende a minimizá-lo ou, o que é pior, propiciar seu ressurgimento.

No momento em que sinais de arcaica intolerância comprometem o esporte, arena destinada a irmanar os povos e a estimular saudável competição, é imprescindível não transigir.

Foi saudável a reação do jogador ofendido, foi prudente a atuação da polícia, foi espontânea a adesão da sociedade.

Acontecimentos tais se prestam a manter a consciência mais vigilante, a estimular o cumprimento das pautas éticas e a reconhecer que a condição humana, se não for objeto de aprimoramento contínuo, pode ser a miserável constatação hobbesiana de que o homem é o lobo do semelhante.

*José Renato Nalini
Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo
e Secretário-Geral da Academia Paulista de Letras*



Eu estava na fila do avião, esperando abrir o portão para embarcarmos de Brasília para o Rio. Aproximaram-se dois homens e começaram a conversar comigo, como velhos conhecidos. Isto acontece sempre, porque, pela natureza do meu trabalho, estou sempre com a cara exposta.

- O que você achou dessa história de prender o jogador argentino? Afinal o nosso jogador não se chama Grafite? Qual a diferença de chamá-lo de negro?
 - Há formas e formas de se referir às características de cada pessoa. Algumas, pela maneira como são ditas, ofendem - respondi.

- Mas existe briga sem ofensa? Se alguém me chamassem de branco seria ofensa? - perguntou o outro.

- Certas ofensas são inaceitáveis - respondi.
 No dia seguinte, fui almoçar com um grupo de jovens jornalistas, aos quais vivo provocando. Acho que a juventude de hoje _ como disse a eles naquele almoço_ ousa pouco, sonha pouco e obedece demais aos seus chefes no trabalho. Eles sempre respondem que o inimigo do meu tempo, a ditadura, era inimigo óbvio. Hoje é mais difícil saber quem está certo e quem está errado. Pode ser. A conversa ia assim, sobre o conflito generacional, às avessas, em que o mais velho _ no caso, eu_ sugere mais rebeldia aos mais jovens, até que o assunto “negro” veio à mesa.
 - Que absurdo o Lula pedir perdão. Nós não escravizamos ninguém! - disse um dos jovens, mal passado dos 30.

gua

- Então quem foi? perguntei
 - Os portugueses!
 - A colonização acabou em 1822, praticamos o tráfico de escravos até 1850 e a escravidão acabou em 1888. Tem um problema aí no calendário - alertei.
 - Mas pedir perdão? Como? Se os africanos também escravizavam? me pergunta uma jovem de 22 anos.
 - A escravidão foi uma doença ampla que se espalhou pelo mundo. Nela fomos vilões como tantos outros. Mas nos cabe começar a discutir esse assunto,

pedir perdão sim e começar a curar essas feridas - disse.

- Você acha que há racismo no Brasil né Miriam? Mas você não acha que no Brasil o preconceito é social e não racial? me perguntou uma jovem mãe de dois filhos pequenos, também por volta dos 30 e poucos.

- Esse é o mais velho biombo no qual temos nos escondido - disse e passei a explicar duas ou três coisas que tenho aprendido no estudo do tema e na conversa com o movimento negro. Meus jovens amigos sorriam com calma o delicioso prosecco e, lá pelas tantas, pediram um tema mais leve:

- Esse assunto está pesado demais - me disse a jovem de 22 anos. Era o aniversário dela, deixei que a conversa fosse para outro rumo. O papo se perdeu logo depois e eu percebi que havia definitivamente estragado o almoço, por trazer o tema dos negros à mesa do elegante restaurante de Ipanema onde não havia um comensal negro. Estávamos sós, os

não há, eu escrevo sobre o país, sempre que entendo ser a hora certa. No domingo fui a um restaurante e vi



uma amiga distante, que não vejo há tempos, e que tem obesidade crônica, sentada sozinha numa mesa. Fui lá dar-lhe um beijo. Cheguei, trocamos duas

O índice de mortalidade dos negros brasileiros era muito maior do que dos escravos de outros países, como prova estatística da perversidade do tratamento aos escravos. Para os Estados Unidos foram 600 mil, para o Brasil vieram quatro milhões. Durante quase quatro quintos da nossa História, o regime de trabalho no Brasil foi a escravidão. Sobre essa indignidade construímos a economia brasileira por quase quatro séculos. Depois de encerrada a escravidão legal, nada fizemos que pudesse reparar o mal feito. Abandonamos os ex-escravos à própria sorte, sem prepará-los para a nova ordem capitalista, do trabalho assalariado. E agora, mais de um século depois, as tentativas de descongelar o diálogo sobre o tema racial no Brasil é tratado com hostilidade, ou pior, indiferença.

São poucos os amigos que entendem do que eu estou falando, quando falo da desigualdade racial no Brasil e no quan-

no Prosecco

brancos. Como sempre. Um dos meus amigos lembrou que poderia ser definido como pardo, mas os outros o consolaram: que nada, você é moreninho.

Voltei para o escritório e resolvi ser didática: "Durante quase quatro séculos o Brasil escravizou os negros." Assim iniciava-se a coluna que escrevi para o dia seguinte, um sábado. Deveria ter escrito sobre o assunto que me é dado escrever: a economia. Mas há economia sem país? Como

palavras sobre as dificuldades do Rio e ela começou a criticar:

- Ridículo o Lula ter pedido perdão aos africanos não? Não foi o Brasil que escravizou, foi Portugal.

Eu tive que dar a ela a má notícia: nós, brasileiros, escravizamos durante mais tempo do que suporta meu coração brasileiro. Mais tempo do que posso admitir sem morrer de vergonha. Para cá vieram 40% de todos os negros arrancados da África. Aqui foram submetidos, por brasileiros, aos mais cruéis sofrimentos.

to ela é intolerável. A maioria deles fica em silêncio, um vasto e eloquente silêncio. Educadamente esperam que eu mude de assunto, porque esse, o racismo brasileiro, não é tema para ser tratado em restaurantes tão bem freqüentados! Eles adorariam que eu mudasse de assunto. Mas decidi continuar constrangendo meus amigos e estragando o doce sabor do Prosecco dos restaurantes de Ipanema.

Miriam Leitão - jornalista

Bem, às vezes liberdade é uma palavra cheia de significados para muitas pessoas. É claro que, algumas choram, desejam e apreciam liberdade com significados diferentes, ou a colocam no centro da melhor parte de suas vidas.

Esta liberdade pode ser tanto para os escravizados, para as vítimas sem direito à expressão ou para os sem origem. O fato leva-nos a pensar que todos nascem livres, porém ao longo de suas vidas são obrigados a atuar dentro dos limites da justiça e dos princípios da democracia.

Contudo, é muito difícil conquistar a liberdade porque ela não custa barato. Por exemplo, a liberdade dos Negros Americanos não aconteceu facilmente. Os filhos e filhas de Afro-Americanos eram condenados à escravidão e às tor-

turas. Foram muitos anos de sofrimentos e desesperança antes do aparecimento de heróis como Martin Luther King e outros líderes dos direitos civis que fizeram tremer as algemas de Washington. Mas este processo não foi fácil e rápido, foi pregado e sonhado por Martin Luther King que infelizmente nunca teve a oportunidade de testemunhar este fato.

Liberdade nunca é de graça e nem sempre é trazida por pessoas, muitas vezes luta-se por ela e idealiza-se através de

Foto: Marina van der Veer



sonhos. Infelizmente, a luta pela liberdade tem feito vítimas e derramado sangue de heróis que lutaram pelas massas e nunca apreciarão e verão os resultados. Porém, o sangue de liberdade tocará os sinos para provar nossa história e para acordar as pessoas para ocuparem posições legítimas.

Vejamos um exemplo típico da luta Sul Africana pela liberdade e democracia. O sistema opressivo bem fortificado, negou às massas e aos indígenas, o direito de liberdade na sua própria terra. “É óbvio que esses que se perpetuaram com esta violência, estavam conscientes de suas maldades. Por isso defenderam-se

com a máxima brutalidade que se pode aceitar da espécie humana.”

Mas, com a convicção de “nunca dizer morri” e o triunfo de lutar pelas massas até o fim, Nelson Mandela e outros revolucionários tiveram a visão de uma união democrática Sul Africana, onde pessoas viveriam juntas respeitando as diferentes crenças, raça, gênero, religião etc. Na realidade o sonho de Martin Luther King se realizou e as massas de fato alcançaram a terra prometida de democracia e liberdade.

Livres afinal! Livres afinal e livres afinal!

Neste mesmo sentido, a guerra contra a escravidão também provou ser muita cara. Os colonialistas maltrataram as pessoas de uma maneira horrível, diminuindo sua dignidade como seres humanos e determinando o que seria feito com suas vidas. Como se já não bastasse, foram criadas riquezas por longas e duras jornadas de trabalho impostas aos africanos.

A resistência cresceu de forma inquietante e a aboli-

ção libertou a humanidade deste mal. A Declaração de Direitos Humanos pelas Nações Unidas fez com que pessoas oprimidas conseguissem, independentemente de disparidades econômicas, triunfar.

Apesar das primeiras conquistas de liberdade terem sido difundidas por todo o mundo, nós não podemos negar o fato da existência de disparidades econômicas. Liberdade política não significa procurar se desenvolver para terem poder de tomar as próprias decisões. A nova dimensão que poderia melhorar a situação atual é garantir que saiam da pobreza através da educação. Isto irá aumentar nossa liberdade até a total

emancipação do nosso povo; nós iremos cantar a intensificação da liberdade, aumentando nossos limites de influência, que não podem ultrapassar os limites acessíveis. Sem liberdade econômica é inútil exercitar nossa liberdade de expressão e auto-satisfação, valores que completam a existência humana.

Em essência, as pessoas não se deram conta que “globalização” requer liberdade, sem o que não se consegue competitividade, nem capacidade de ser ouvido. Sim, o desenvolvimento mundial pode ser competitivo. Mas, somos nós competitivos para inclinar as balanças e ter uma fatia maior desta “aldeia global?” Claro que não,

embora reivindiquemos liberdade, temos que olhar para o poder que está sendo exercido pelas Corporações Transnacionais (TNCA) e pelas Instituições de Brenttenwood. Isto levou a radicalização das lutas entre os sindicatos globalizados. Porém, não há nada ainda referente a total liberdade que pudesse ser garantia para a satisfação plena das necessidades humanas.

Deixe que os sinos de liberdade soem para as pessoas, comunidades, gerações e nações, complementarem a democracia.

Isaac Modiba Choshane - Cônsul Geral da África do Sul

egros,
ouçam os sinos
de liberdade

13 de maio X

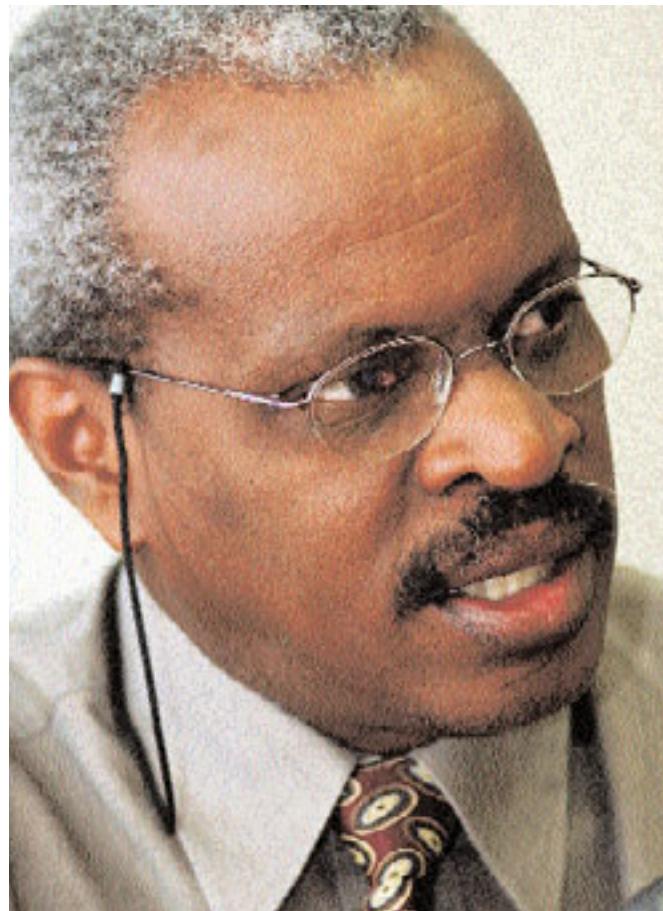
Falar ou refletir seriamente sobre o 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura no Brasil, no Brasil de hoje, é falar sobre negritude e ações afirmativas. É até possível que para alguns, particularmente os nossos intelectuais conservadores, sejam eles de esquerda ou direita, isto signifique travar uma estéril e inútil polêmica. Polêmica aliás, que tem norteado toda e qualquer proposta séria, cujo objetivo seja superar este quadro vergonhoso de desigualdade racial ainda vigente em nosso país. A insensibilidade histórica da elite brasileira aliada à retórica simbólica de que todos somos brasileiros e, portanto, somos iguais, tem levado boa parte da nossa inteligência a cometer o absurdo de considerar, até mesmo racista, as mais simplórias reivindicações da comunidade negra brasileira, como por exemplo as cotas para negros nas universidades públicas do Brasil. Esta lógica perversa, tenta transformar em prova de brasiliade e

amor à pátria a naturalização da exclusão e da discriminação, promovendo através deste olhar vago sobre o Brasil,

ção, no mercado de trabalho ou na mídia, expressos nos resultados contundentes das pesquisas feitas por instituições insuspeitas como o IPEA, o IBGE, o DIEESE e tantas outras, significa promover o acirramento das relações raciais e consequentemente o racismo às avessas e não a promoção da igualdade de fato em nosso país.

Mas, ainda bem que para nosso consolo e estímulo, há uma grande parcela da sociedade brasileira, composta de lideranças e ativistas do movimento democrático (negros, não negros, índios, jovens, mulheres etc) que pensam e agem diferentemente da nossa elite, para quem esta discussão pode significar uma reflexão crítica sobre os avanços e recuos da luta contra a discriminação racial em nosso país.

Neste sentido, é importante dizer que o termo negritude foi usado pela primeira vez pelo intelectual francês Aimée Cesaire, na revista "L'Etudiant Noir" (O Estudante Negro), lançada em 1934, em Paris,



a idéia de que lutar e propor medidas concretas contra os privilégios estabelecidos secularmente aos segmentos brancos da nossa população, seja na educa-

negritude e ações afirmativas

juntamente com outros importantes intelectuais africanos como: o senegalês Léopold Sedar Sénghor, o guianense Leon Gontran Damas, dentre outros. O termo que a princípio denominava um grupo de estudantes e escritores africanos que residiam em Paris, portanto um movimento estético literário, rapidamente ganhou o sentido de movimento para combater a discriminação e o preconceito com que os negros eram tratados na França e por extensão na Europa. Para uns, como o próprio Aimée Cesaire, a negritude significava fundamentalmente a recusa à assimilação cultural e a imagem do negro pacífico e incapaz de construir o seu próprio conceito de nação. Para outros, como o Sénghor, que viria mais tarde a incorporar em si mesmo o referido conceito, a negritude englobava “a soma total dos valores africanos”, sendo portanto um conjunto de ações ou movimentos que tivessem origem negra em qualquer

lugar do mundo. Inúmeras críticas foram lançadas a este movimento, tanto pelos brancos que viam no processo uma racialização das relações culturais, quanto pelos negros conservadores que viam na subalternidade ou na cooperação com a metrópole colonizadora a saída para os dilemas africanos. Mais tarde, quando o movimento negro se firma e cresce no mundo, serão os jovens radicais tanto em África quanto na América que vão contestar a negritude, uns considerando que termo representava um movimento burguês e intelectual e outros considerando-o insuficiente para dar conta da complexidade da questão racial no mundo contemporâneo.

O fato, é que este termo ou conceito ganhou mundo e chegou ao Brasil pelas mãos do nosso grande líder e também intelectual Abdiás do Nascimento, que fez do Teatro Experimental do Negro o seu grande veículo de disseminação. De

lá para cá, o termo negritude tem sido uma referência permanente de afirmação de valores culturais, religiosos ou artísticos, particularmente para a juventude negra, transformando-se assim, em expressão e atitude de insubmissão diante do racismo e preconceito vigente na sociedade brasileira.

As ações afirmativas, são em certa medida o outro lado da moeda (moderna) da negritude. Foi utilizada pela primeira vez em 1961, numa ordem executiva do Presidente norte americano John Kennedy, que se referia à necessidade de promover a igualdade entre negros e brancos nos Estados Unidos. Embora seja um termo criado por norte-americanos, em função de uma realidade norte-americana, o conceito que encerra – o de compensar, no presente, determinados segmentos sociais pelos obstáculos que seus membros enfrentam, por motivo da discriminação e marginalização a que esses grupos foram submetidos no passado – está subjacente em

muitas práticas implementadas em sociedades tão diferentes quanto a Índia, a Malásia, a Nigéria, África do Sul, Colômbia, Alemanha etc.

Na Índia, por exemplo, já na década de 40, foram tomadas medidas para garantir assentos, no parlamento, a representantes das castas ditas inferiores, principalmente a casta dos intocáveis. Nos Estados Unidos, diferentemente do que costuma imaginar, o grupo que mais tem se beneficiado das ações afirmativas não é o dos negros, mas o das mulheres – negras e brancas. Também nos Estados Unidos, programas de ações afirmativas vêm sendo usados, há muitos anos, voluntariamente pelas empresas, com o objetivo de constituir uma força de trabalho diversificada, que reflete sua base de consumo e os ajude a competir com eficácia num mundo de negócios internacionais, caracterizado pela pluralidade racial. Segundo dados da revista Forbes, fruto de estudo realizado junto às quinhentas maiores empresas do mundo, há uma clara correlação positiva entre o emprego das ações afirmativas na área do recrutamento e seleção e a lucratividade dessas empresas. As que adotam as ações afirmativas apresentam, em média, uma lucratividade cerca de 18% superior as demais.

No Brasil, o desafio é maior ainda. Precisamos sair da democracia formal, que ora experimentamos - com os poderes funcionando de forma independente, eleições diretas em todos os níveis, imprensa livre, todos os partidos na legalidade etc, - para uma democracia substantiva, em que a cidadania plena

seja decorrência de um novo desenvolvimento – o humano.

Tratar de maneira igual pessoas que há séculos vêm sendo marginalizadas é trabalhar com um sofisma, porque no máximo, simula uma aparência de democracia. Portanto, adotar políticas de ações afirmativas no Brasil, é algo imperioso, se desejamos alterar radicalmente o quadro de desigualdade racial em que vivemos, o que não podemos é fazer a mera importação de modelos adotados por outros países, sem antes adaptá-los e ajustá-los à nossa realidade. Devemos então, desenvolver o nosso próprio modelo de ações afirmativas, tendo em vista as especificidades do nosso país e não negar a possibilidade real e concreta que temos hoje de enfrentar claramente o racismo e a discriminação que ainda fazem parte do nosso cotidiano.

Embora o Brasil tenha dado passos largos e importantes, (governo e sociedade civil) nos últimos anos, no sentido de recuperar o tempo perdido na luta contra o racismo e com o engodo da propalada democracia racial, ainda falta muito a ser conquistado. A cultura com toda sua força, riqueza e criatividade tem sido, até hoje, o grande instrumento e veículo utilizado pela comunidade negra para se fazer ouvir, ver e falar. Os nossos artistas, os nossos sacerdotes e sacerdotisas, os nossos ritmos, as nossas danças, as nossas poesias, as nossas contas, os nossos cantos, têm sido de certo modo, os nossos guias para a conquista de um mundo mais fraterno e igual. Mas precisamos também, dos nossos arquitetos, engenheiros, empresários, professores, e trabalhadores para que

juntos possamos construir a nossa cidadania com raça e alegria.

Sabemos perfeitamente, que por mais corretos que tenham sido os argumentos aqui utilizados, por mais justas que sejam as reivindicações da comunidade negra, por mais eloquentes que sejam os dados dos institutos de pesquisas revelando o racismo e a desigualdade racial existente no Brasil, ainda assim teremos aqueles que dirão que isto tudo não passa de um mero pretexto para promovermos a discórdia na sociedade brasileira. Por isto mesmo aprofundar o debate, ampliar as ações e reprimir as manifestações racistas são medidas essenciais para que possamos adentrar o século vinte um como um país minimamente civilizado.

Neste sentido, tanto o conceito de negritude, como o das ações afirmativas, aqui desenvolvidos são elementos fundamentais para a promoção da igualdade racial. Mais ainda, a igualdade racial deve ser vista, não como um entrave ou um obstáculo para o desenvolvimento das boas relações sociais, econômicas e políticas, mas como um instrumento fundamental para que o Brasil reconhecendo a sua pluralidade étnica, também reconheça o direito à diferença e à igualdade de oportunidades a todos aqueles que compõe este imenso país. Creio ser este o day after da abolição da escravatura que todos sempre desejamos para o Brasil

Axé !

*Zulu Araújo - Arquiteto e Produtor Cultural
Diretor da Fundação Cultural Palmares /MinC*

São Paulo guarda numa das vias principais da cidade — muito maltratada, diga-se, pela engenharia e pelo poder público não faz tempo — a memória de um grande brasileiro. Trata-se de Antônio Pereira Rebouças Filho, engenheiro com especialização na Europa e que, de volta ao Brasil, teve atuação fundamental no desenvolvimento da nossa ferrovia. Era irmão de um outro grande homem, engenheiro como ele próprio, André, homenageado no famoso túnel do Rio. Avenida praticamente paralela à nossa Rebouças, a Teodoro Sampaio também lembra um gigante brasileiro, engenheiro como os outros, geógrafo, responsável pelo primeiro mapeamento geodésico do país, militante incansável em favor do saneamento básico e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O que os três tinham em comum além da excelência profissional? Eram negros!

Mas há uma outra coisa que os une. Eram negros, e os brasileiros, na verdade, nem sabem disso. Pior: uma pesquisa em suas respectivas biografias vai evi-

denciar que algumas delas, quase a totalidade, omitem este fato. No caso de André Rebouças, a lembrança é um

pouco mais comum porque não fazê-lo seria um aberto escândalo: afinal, foi, ao lado de Joaquim Nabuco e Joaquim Serra, um dos grandes abolicionistas brasileiros. Ocorre, e isso é verdade, inofismável, que a história oficial optou por "embranquecer" a memória

Quem o eliminou da história não foram os escravocratas ou monarquistas, mas justamente a República. E tudo porque ele, abolicionista ferrenho e consequente, alinhava-se, não obstante, com o Império. Deixou o país no mesmo navio que levou D. Pedro 2º e, infelizmente, em 1898, aos 60 anos, suicidou-se em seu exílio em Funchal, na Ilha da Madeira. Também na militância abolicionista, mas abertamente republicana, estivera o jornalista José do Patrocínio, cujas justas virtudes se exaltam e mancheia, mas quase sempre omitindo a sua condição de negro. É como se uma má consciência soprasse aos ouvidos da história oficial que esses homens eram dotados de tal excelência intelectual, que sua cor não precisasse ser mencionada. É como se essa voz hipócrita dissesse: "Eram tão bons como qualquer branco". Ora, isso é intolerável!

Sangue negro também traziam um de nossos maiores poetas, Gonçalves Dias, e nosso escritor maior, Machado de Assis. Não era diferente o que corria nas veias de Lima Barreto, oportuno crítico dos descaminhos da República. Negro era Cruz e Souza, o mais importante poeta do simbolismo brasileiro. E, evi-

construção da igualdade racial

brasilei-

ra, o que demonstra que é preciso fazer uma outra abolição chegar à historiografia oficial.

O caso de André Rebouças é particularmente grave porque nem foi banido por aqueles que seriam os conservadores da época, mas justamente pelos que reivindicavam o estatuto de revolucionários.

consciencia



dentemente, negro era Zumbi dos Palmares, emblema de que o sonho da liberdade pode ir além da dor. O Brasil tem, enfim, uma dívida com os negros que só mesmo a persistência, entre nós, do racismo cordial tem impedido que seja devidamente saldada.

Joaquim Nabuco, parceiro de Rebouças, escreveu algo promonitório e terrível sobre a escravidão: "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas legendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte." Reparem a agudeza do mestre pernambuco ao expor a violência da servidão, mas apontando, ao mesmo tempo, que este país ousou transformar relações de força em relações afetivas. Eis a pior das violências!

Assim, parece-me, é urgente que o Estado brasileiro se reorganize para reparar o muito que tirou dos negros e recompensar o muito que deram ao Brasil sem que sejam, muitas vezes, como se vê aqui, nem mesmo reconhecidos. Sim, este país é um só, está

unido pela língua, pelos costumes, por uma legislação que a todos iguala, sem distinções e discriminações oficiais. Mas não podemos fingir que a democracia garantida na letra da lei esteja encontrando a sua perfeita tradução prática, especialmente na questão racial. Por isso, parece-me, fazem bem os movimentos negros quando lutam por medidas de reparação, seja na universidade, seja no serviço público, seja

mas tarefas; o perfil racial da universidade brasileira ainda não reproduz o da sociedade brasileira (especialmente entre os "pardos" — leia-se: afro-descendentes), o mesmo valendo para o serviço público. Parece-me que é matéria de bom senso que se generalizem as cotas de reparação racial, por um período limitado (e a evolução dos números há de dizer quanto tempo será necessário), até que as distorções sejam corrigidas.

É urgente que o Estado brasileiro se reorganize para reparar o muito que tirou dos negros e recompensar o muito que deram ao Brasil sem que sejam, muitas vezes, como se vê aqui, nem mesmo reconhecidos.

nos meios de comunicação de massa. Alinho-me com os que entendem que a melhor forma que temos de garantir que todos os homens sejam iguais perante a lei está em criar condições para que tal igualdade se exerça. Aquele racismo adocicado de que nos fala Joaquim Nabuco marcou, sim, a sociedade brasileira. Estatísticas evindicam que negros ganham menos do que brancos para exercer as mes-

mas cotas são, sim, importantes — e o ideal é que venham a se tornar desnecessárias. Mas tão importante quanto elas é apontar esse racismo cordial, é lutar para que o negro e os afro-descendentes de maneira geral vivam na prática o que só a letra da lei garante. Por mais que exista uma óbvia variável econômica nos muitos preconceitos remanescentes no Brasil — este país, infelizmente, discrimina, em larga escala, é o pobre —, não dá para negar que os negros e afro-descendentes são, então, vítimas de uma dupla discriminação.

Falei aqui de alguns negros ilustres, que a história oficial lutou para "embranquecer". Mas todos sabemos que o país só terá se encontrado com a sua verdade racial quando o negro anônimo puder realmente se confundir com um branco anônimo; quando a omissão de sua cor numa biografia não mais for uma forma de embranquecê-lo. Aí, então, a democracia racial terá chegado.

José Serra -Prefeito de São Paulo/PSDB

*Será que já raiou a liberdade
 Ou se foi tudo ilusão
 Será, que a lei Áurea tão sonhada
 Há tanto tempo assinada
 Não foi o fim da escravidão
 Hoje dentro da realidade, onde está a liberdade
 Onde está que ninguém viu.*

(100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão)

erá

O samba acima, enredo da Mangueira em 1998, sintetiza a situação do negro no país. Liberto no papel há mais de 100 anos, ainda hoje ocupa em nossa sociedade espaços inferiores. Treze de maio foi a data em que a Princesa Isabel decretou o fim da escravidão, mas a liberdade ainda não chegou. E a igualdade muito menos.

Olhe para os lados, o que você vê?

Provavelmente vê um país diverso, colorido, de grandes contrastes. Se ainda estuda, olhe para seus colegas, o que vê? Se estiver no trabalho, levante-se e caminhe por entre as mesas, o que

vê? Ligue a televisão, abra o jornal, o que você vê? Vai ver um povo misturado, sim, mas não vai ver muitos negros ao seu lado. Não vai ver muitos negros na sala de aula – a menos que você estude em escola pública. Se seu trabalho é num escritório, não verá um negro atrás de uma mesa. No comercial de sabonete, xampu ou maquiagem não serão negras que aparecerão. Por quê? Se somos um país diverso, misturado, miscigenado, porque não vemos negros na mesma proporção de brancos?

numa
sibili-
síveis às
cas, são
educa-
não

Ou vê apenas nos noticiários policiais, esporte e cultura.

No Brasil, os negros vivem posição de invisibilidade. São invisíveis políticas públicas invisíveis na cultura. Na escola aprendemos sobre a História e cultura africanas. Quando falamos em negros, associamos automaticamente à escravidão, como se estes apenas passassem a existir no momento de sua chegada aos portos brasileiros. Negamos suas histórias e culturas milenares. E negamos também sua influência na cultura nacional.

Não que eles não existam, representam quase a metade da população, se juntarmos negros e pardos. Mas você não vê.

O Brasil fez ao longo destes 100 anos um esforço para apagar os traços de negritude de nossa cultura. Forte a afirmação, não? Mas ela é facilmente comprovada, basta lançarmos olhares sobre as políticas públicas a partir da proclamação

cientistas e intelectuais era com a questão racial. Por quê? Porque segundo o conjunto de idéias científicas dominantes no Brasil e na Europa, a intensa miscigenação conduzia para uma degeneração étnica e moral que inviabilizaria

vidão, mas a liberdade ainda não chegou. E a igualdade muito menos. Mas ações estão sendo feitas, como é o caso do projeto A Cor da Cultura, encabeçado pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Petrobras, SEPPIR –

que já raiou a liberdade?

mação desta república. Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento social brasileiro trazia à tona a questão nacional: Não éramos uma nação! Havia uma sensação de inferioridade frente às nações que viviam a era industrial. Como imaginar uma Nação Brasileira olhando para a miséria, a doença e o analfabetismo? Porém, naquele período, a pergunta que incomodava era: Seria possível construir uma nação a partir deste Caldeirão de Raças?

Com o fim da escravidão e a proclamação da República, o país não soube o que fazer com o enorme contingente de negros libertos. Não se estabeleceu nenhum tipo de política pública para provê-lo; as elites acreditavam que a “pluralidade racial nascida no processo colonial”, como disse Kabengelê Munanga, antropólogo da USP, era um entrave para o desenvolvimento do país. Assim, a principal preocupação dos

uma “caminhada para o topo da civilização”. Desta maneira, a mestiçagem representava um obstáculo para a construção da nação e o desenvolvimento do país. Estas idéias, seguindo modelos deterministas, foram influenciadas pelo chamado “racismo científico”, que condenava o futuro da nação brasileira, sob o argumento de o país possuir uma mistura racial biologicamente incapaz: negro, branco e índio.

A miscigenação não era tolerada. Mas, existindo... que ela fosse capaz de branquear a sociedade. E “branquear” tinha efeitos os mais diversos: poderia significar vários símbolos. Por exemplo, exigir do cidadão uma postura mais adequada. Eredo. Organizado. Até o vestuário era objeto de atenção: mangas de camisa jamais. O cidadão respeitado vestia calça, paletó, gravata e chapéu, tal qual um europeu.

Treze de maio foi a data em que a Princesa Isabel decretou o fim da escra-

Foto: Luciano Mattos



Secretaria
Especial de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, o CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – e a TV Globo. Este projeto da sociedade civil e governo federal tem por objetivo promover ações de valorização da cultura afro-brasileira e também responder à Lei 10.639, sancionada em 2003, que prevê a inclusão desta temática nos currículos escolares do ensino fundamental e médio. Serão 56 programas televisivos, para diferentes faixas etárias e grupos sociais e mais um kit educativo a ser distribuído em escolas públicas de seis estados diferentes. Ainda que seja um passo tímido frente à enorme demanda por políticas públicas da população negra brasileira, é sinal de que algo começa a mudar.

*Ana Paula Brandão - Mestre em Comunicação e Coordenadora do projeto “A Cor da Cultura”
Da Fundação Roberto Marinho*

Abolicionista Divino

*A extraordinária presença luminosa que
resiste à passagem do tempo*

Existe um Libertador cuja influência transcende limites ou datas humanas: maio ou novembro? Sua atuação é constante. Enquanto houver fome, desemprego, falta de teto, menores sem escola e carinho, idosos sem amparo e afeto, gente sem quem a conforta, há uma inadiável Abolição da Escravatura de todas as etnias por fazer.

Consigna a História personagens notáveis, que dignificaram a existência terrestre (...). Entretanto, ao inexorável passar do tempo, da lembrança dos

povos vai esmaecendo a fama das realizações de muitos deles, somente resitando os seus nomes e uma pálida recordação dos seus feitos.

Um desses vultos gloriosamente resiste. Cada vez mais fulgura a presença luminosa. Sua marca indelével firma-se na memória dos homens:

- Passará o céu, passará a terra, mas as minhas palavras não passarão (Lucas, 21:33).

Sua vida - infância, juventude, pregação da Boa Nova, padecimentos,

morte, ressurreição - não encontra paralelo na Terra:

- Vós sois de baixo, Eu sou de cima; vós sois deste mundo, Eu não sou (João, 8:23).

Depois Dele, a vivência do Homem nunca mais foi a mesma:

- Eu sou a Ressurreição e a Vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá. Aquele que vive e em mim acredita não padecerá eternamente (João, 11:25 e 26).

Sacudiu as almas e convocou para

Belém a diligência dos poderosos. A Seu respeito profetizou Simeão:

- Eis que este Menino está destinado para a ruína e erguimento de muitos, e para alvo de contradições (Lucas, 2:34). Desde a infância, manifestou o Seu elevado saber: aos doze anos já pregava aos doutores da lei, revelando o Seu Divino conhecimento. Falava-lhes com elevada sabedoria. Deixava-os atônitos e em demorada reflexão, tamanha a sublimidade das lições que as Suas réplicas encerravam:

- Em verdade, em verdade vos digo: quem ouve a minha palavra e crê Naquele que me enviou, já passou da morte para a Vida Eterna (João, 5:24).

Esse extraordinário Ser que nasceu sob a expectativa dos milênios, para O qual os Anjos da Milícia Celeste entoaram o

- Glória a Deus nas Alturas e Paz na Terra aos Homens da Boa Vontade de Deus (Lucas, 2:14);

- que sacudiu os alicerces da sociedade: Não ficará pedra sobre pedra que não seja derribada (Mateus, 24:2);

- que admoestou os desatentos:

Assim como o relâmpago sai do Oriente e se mostra no Ocidente, será a Volta do Filho de Deus (...) (Mateus, 24:27);

- que advertiu os ociosos:

O Cristo voltará na resplandecência divina, com os Seus Anjos, e então retrairá a cada um segundo as suas obras (Mateus, 16:27);

- que fez estremecer os soberbos e desfrutáveis:

Ai de vós, porque, se hoje rideis, amanhã lamentareis e chorareis (Lucas, 6:25);

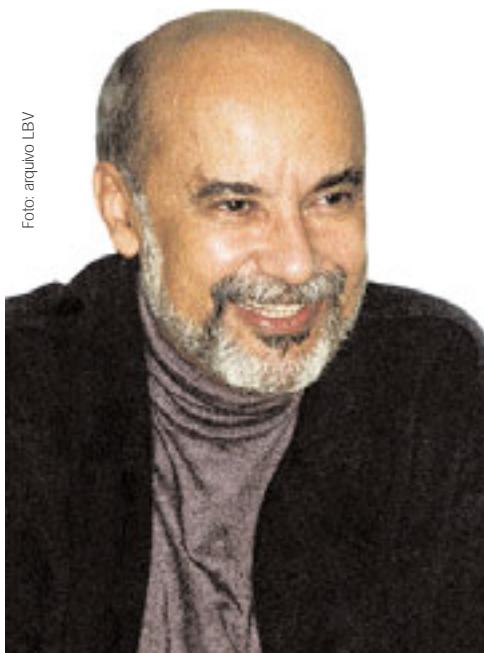
- que enfrentou os pretensiosos e arrogantes do mundo:

Em verdade vos digo que os publicanos e as meretrizes entrarão primeiro que vós no Reino de Deus (Mateus, 21:31);

- mas que convocou à responsabilidade os gozadores infrenes:

Assim como foi na época de Noé, será a Vinda do Filho de Deus. (...) Nos dias anteriores ao dilúvio, comiam e bebiam,

Foto: arquivo LBV



casavam-se e davam-se em casamento, até que ele entrou na arca, e não o perceberam, senão quando veio a inundação, e os levou a todos. Da mesma forma, ocorrerá a Volta do Filho de Deus. Ficai, por consequência, atentos! Vigiai e orai, porque não sabeis quando será o tempo (Mateus, 24:37 a 44, e Marcos, 13:32 e 33);

- que instruiu os sábios e entendidos do mundo:

O meu ensino não me pertence, e sim Àquele que me enviou. Se alguém quiser fazer a vontade Dele, conhecerá a res-

peito da doutrina, se ela é de Deus ou se Eu falo por mim mesmo. Quem fala por si mesmo está procurando a sua própria grandeza; mas o que busca a glória de quem o enviou, esse é verdadeiro e nele não há injustiça (João, 7:16 a 18);

- que ensinou aos apóstolos e discípulos aquilo que constitui o grande anseio dos filósofos, e que não pôde revelar a Pilatos, pois este não o entenderia:

Santifica-os, Pai, na Verdade, a Tua Palavra é a Verdade (João, 17:17);

- que confortou os desesperados: Vinde a mim todos vós que estais exaustos e oprimidos, e Eu vos aliviarei (Mateus, 11:28);

- que mostrou o caminho da verdadeira libertação:

Conheceréis a Verdade (de Deus) e a Verdade (de Deus) vos libertará (João, 8:32);

- que se eternizou na História, porque fez morada nos corações oprimidos pela ameaçadora paz dos homens, os quais, por isso, anseiam por aquela que provém de Deus; portanto, a que o mundo não tem para lhes oferecer (João, 14:27);

- que disse ainda, em memória do Profeta Oséias (6:6):

Misericórdia quero, não holocausto (Mateus, 9:13);

pois sem misericórdia não há Paz;

- e que doou a Sua vida por nós, indistintamente, pois Ele próprio aconselhou:

se fizerdes bem apenas àqueles que vos beneficiam, que divina recompensa havereis de merecer?

Quereis saber o Seu nome? Jesus!

- a Claridade perene, que vinda ao

mundo, ilumina todo Homem (João, 1:9).

Libertar-se é ter, acima de tudo, discernimento espiritual - A Princesa Isabel assinou a discutida Lei Áurea, mas a cultura escravista permanece. É urgente expulsar do Brasil o espírito de senzala que envergonha nossa terra. A verdadeira alforria será fortalecida pelo respeito à diversidade, marca registrada de nossa cultura, cuja riqueza se encontra na diferença. Igualmente virá pela Instrução e pela Educação, iluminada pelo sentido da Espiritualidade, que é Amor e Justiça, Ciência e Amor para todas as etnias. Libertar-se é ter, acima de tudo, discernimento espiritual, de preferência em consonância com essa instigante sugestão do Sublime Reformador:

- Procurai primeiramente o Reino de Deus e Sua Justiça, e todas as coisas materiais vos serão acrescentadas (Mateus, 6:33).

(...) A Sua passagem pelo Planeta tem convocado à humildade o sentimento de multidões inumeráveis:

- Aquele que estiver sem pecado, atire a primeira pedra (João, 8:7).

Ora, quem não erra neste mundo?!

Jesus projetou-se na História para ensinar-nos, com o Seu próprio exemplo, um roteiro ideal para a Paz:

- Amai-vos como Eu vos tenho amado (João, 13:34).

Mensagem aos crentes e ateus - A mensagem desse memorável Benfeitor sobre-pairá além de religiões e ideologias. Fala aos corações de crentes e ateus e nada tem a ver com os excessos de diferentes gerações que se martirizaram pelos sécu-

los. Os homens deveriam ecumenicamente estudá-la, esmiuçando o Seu pensamento ético, social, econômico, político e religioso, singularizado no socorrer, na angústia e no desespero, as viúvas e os órfãos, os sedentos e os famintos, os nus, os enfermos e os presos (Mateus, 25:34 a 40).

A nossa homenagem, pois, em maio ou novembro, ao Abolicionista Divino, que, primeiro, nos liberta de nós mesmos, indicando-nos o caminho da Luz. A essência do Seu Evangelho, a Solidariedade, emancipa as criaturas de todas as origens, pois as transforma de dentro para fora:

- Já não vos chamarei servos, porque estes não sabem o que faz o seu senhor. Mas tenho-vos considerado amigos, porque tudo quanto ouvi de meu Pai vos tenho dado a conhecer (João, 15:15).

A essência da Fraternidade - Que a noção de Sua elevada sapiência possa levar-nos a melhor compreendê-Lo, para melhor senti-Lo no Seu ingente esforço pelo congraçamento dos povos, de modo que venha a acontecer, na essência da Fraternidade, "um só Rebanho para um só Pastor" (João, 10:16), que é Deus, ou, para os que Nele não acreditam, o sentir mais exalçado de que tanto precisamos para que haja a continuação da vida no Planeta que nos acolhe. É a harmonia de gente amadurecida, formada por negros, brancos, amarelos, vermelhos, mestiços, enfim, Seres Humanos e Espirituais, porquanto só existe uma etnia, a Raça Universal dos Filhos de Deus. Afinal, desde a monera, quem não é miscigenado neste mundo?

Eis a mais inadiável caridade que Ele nos oferece nesta época de tanto egoísmo: para libertarmo-nos, precisamos libertar; para salvarmo-nos, necessitamos salvar. É a Lei da Reciprocidade (de que também falava Confúcio):

- Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas (Mateus, 7:12).

Os modernos e os antigos abolicionistas

- Numa era em que o desatino grassa por toda parte, que sociedade poderá subsistir sem buscar entender e praticar a profundidade desse ensinamento?

Cada espaço conquistado pelo Amor é perdido pelo ódio. Por isso, lutaram e lutam pela abolição dos mais diversos tipos de escravatura, tabus e preconceitos homens e mulheres valorosos, como Zumbi, Tiradentes, Castro Alves, José do Patrocínio, Luís Gama, Cruz e Sousa, o Marechal Rondon, Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Câmara Cascudo, Jorge Amado, Evaristo da Veiga, Rui Barbosa, Bezerra de Menezes, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Dom Paulo Evaristo Arns, os irmãos Villas Bôas, o Professor Milton Santos, o Pastor Benjamin de Moraes, Darcy Ribeiro, Anita Garibaldi, Luiza Mahin, Chiquinha Gonzaga, Lucinha Araújo, Irmã Dulce, Bertha Lutz e todas as mulheres e mães, sem as quais nenhuma nação possui estabilidade verdadeira.

José de Paiva Netto, jornalista, radialista e escritor, Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade



ma chaga medieval

O grande geógrafo Milton Santos disse que o racismo no Brasil se tornaria mais evidente e agressivo à medida que os negros ascendessem socialmente e disputassem posições importantes no mercado de trabalho. Estamos já no limiar do século 21 e ainda não pudemos afe-

rir se o saudoso e genial brasileiro estava certo ou errado, porque o nosso país não conseguiu, até agora, dar aos cidadãos negros condições adequadas de ascensão social.

Quando vemos nos jornais as fotos das vítimas das chacinas no Rio de Janeiro,

tanto das últimas 30 da Baixada Fluminense, quanto dos meninos de rua da Candelária, ou dos presos rebelados nas nossas cadeias e unidades da Febem, observamos uma coisa em comum. São majoritariamente negros. O rosto padrão dos flanelinhas e dos meninos de



rua é o rosto de uma criança ou adolescente negro. O Brasil precisa curar já essa chaga medieval e inaceitável.

Em algumas universidades, já se vem adotando a política de cotas, parte de um conjunto de medidas chamado de “ação afirmativa”, em que se reservam vagas proporcionais para negros. A ação afirmativa começou nos Estados Unidos, como consequência das grandes lutas pelos direitos civis do início dos anos 60. Essas lutas, que tiveram como líder maior o pacifista Martin Luther King, liquidaram com toda a legislação racista do sul dos Estados Unidos. Lá, os resultados foram notáveis, com o surgimento de uma vigorosa classe média negra.

O princípio básico da ação afirmativa é corrigir, por meio de compensações, uma defasagem historicamente cruel, decorrente, no Brasil, de quase três séculos de regime escravista. Uma escravidão inscrita na Constituição do Império, herdada dos tempos de colônia, e que não reconhecia o escravo como ser humano, mas como mera propriedade de seu dono.

No Brasil, a implantação de políticas de ação afirmativa encontra muitas resistências, algumas francamente racistas, outras com argumentação sólida. As racistas, nem vale a pena comentar. As outras merecem algumas reflexões.

Os que contestam a política de cotas temem que se acirre uma disputa étnica que não existe no Brasil. Argumentam

que o problema brasileiro é social, não racial. Lembram que somos o país mais miscigenado do mundo, ao contrário dos EUA, onde os casamentos interraciais são raríssimos, e a distinção étnica entre negros e brancos é quase total. O Brasil, afirmam, é o país dos mulatos,

casas econômico-sociais que persistem em nosso país entre brancos, negros, pardos e mestiços em geral. Há quem defende esse ponto de vista com boa fé, mas o argumento não resiste a uma análise mais profunda. À pergunta sobre como identificar quem de fato é negro no Brasil, Milton Santos respondeu, certa vez: “Quem é negro sabe muito bem que é, porque é lembrado desta condição diariamente”.

Uma pesquisa recente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior indica que, nas universidades federais, 59,9% dos alunos são brancos, 5,9% são negros, 28,3% são pardos e 6,4% de outras etnias. Seria uma proporção próxima da composição da população brasileira – números que comprovariam não ser necessária uma política de cotas para o ensino superior.

É preciso cautela, no entanto, com essas estatísticas. Nossas universidades públicas dificilmente têm tal proporção de negros como estudantes. É necessária uma política agressiva de distribuição de renda e de garantia de escolaridade para todas as crianças, até pelo menos o ensino médio. Temos que eliminar o abandono da escola pelas crianças mais pobres. Essa é a ação afirmativa mais urgente e necessária em nosso país.

“Quem é negro sabe muito bem que é, porque é lembrado desta condição diariamente”.

onde é muito difícil encontrar um negro ou um branco “puros”. Assim, concluem, a política de cotas levaria inevitavelmente a fraudes. Crêem na democracia racial, mencionada por Gilberto Freyre, e que o racismo no Brasil seria residual, não-agressivo.

Ou seja, os defensores dessa tese acreditam que a distribuição de renda levaria à igualdade social e à diluição das diferen-

Renan Calheiros - Presidente do Senado

13 de maio: dia de reflexão

Vivas, multidão reunida, chuva de flores sobre parlamentares, comemoração. Assim foi recebida a notícia de que a escravidão no Brasil havia sido extinta. Eram os idos de 13 de maio de 1888, data em que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea e que passou a ser comemorada no Brasil. É fato que os dias que se seguiram não foram tão felizes quanto o da promulgação da lei. Apesar disso, em 2005 o dia deve ser de resgate. Devemos resgatar o espírito de conquista dos negros e abolicionistas de 117 anos atrás.

De lá para cá avançamos. Fizemos muito, mas ainda há muito por fazer. A comunidade negra vem, aos poucos, ocupando seus espaços. É uma luta dura e constante, mas que rende inúmeros frutos. São diversas as iniciativas – seja do movimento negro, da sociedade, de organismos sociais e das entidades privadas e públicas – políticas, sociais e econômicas nesse sentido.

De acordo com decreto presidencial, 2005 é o “Ano da Igualdade Racial”. Nesse contexto destacamos o papel da ministra Matilde Ribeiro e da equipe da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que estão trabalhando a fim de promover ações afirmativas em favor dos afro-brasileiros, entre os quais está a análise de nosso projeto de estatuto da Igualdade

Racial. A proposta – já aprovada nas Comissões de Economia e de Educação do Senado- prevê uma série de políticas públicas de combate ao preconceito e ao racismo. Outra proposta de nossa autoria aprovada por esta comissão é a que cria o feriado de 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares.

Na linha de promover a igualdade, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, aprovou, no último dia seis, nosso projeto que institui o Diploma Lanceiro Negro. O objetivo é agraciar cidadãos brasileiros de diversas áreas que tenham se destacado no combate ao preconceito e à discriminação de qualquer espécie. A preocupação de nossos parlamentares com o tema também pode ser comprovada com a criação, na semana passada, da Subcomissão de Igualdade Racial, a qual presidimos.

Na esfera federal temos ainda o ProUni. Destinado a alunos carentes, o programa visa a inclusão dessa parcela de jovens como também destina um percentual de vagas aos alunos negros e indígenas. Parcela que corresponde, pelo menos, ao número de cidadãos dessas etnias registradas pelo último censo em cada estado. Um

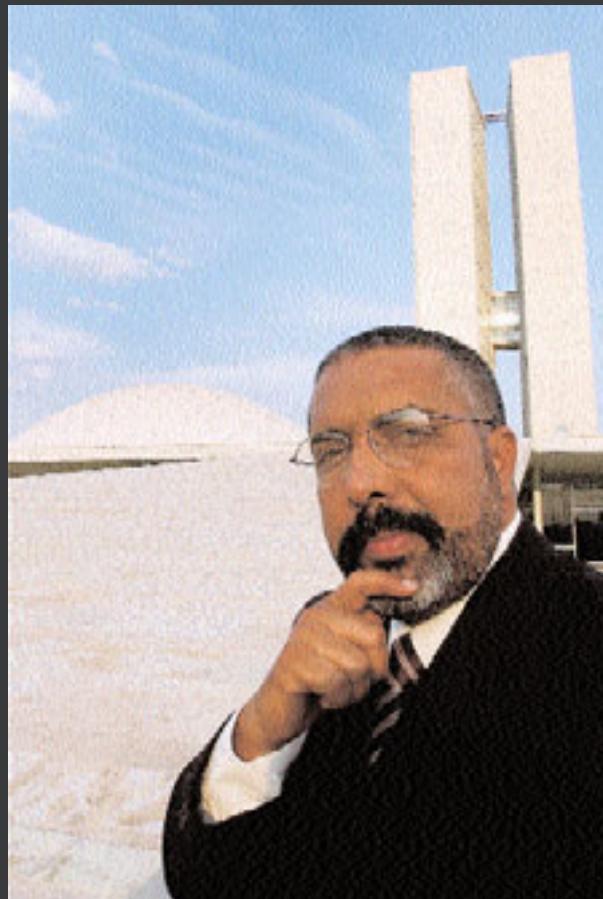
outro exemplo é a iniciativa da própria Afrobras que criou há pouco mais de um ano a Faculdade Zumbi dos Palmares. Instituição voltada aos afro-brasileiros a fim de possibilitar a essas

a-dia. Por meio deles, nossas crianças passam a gostar mais de si mesmas, a perceber seu valor. Mais que isso, por exemplo, a presença de atores negros em papéis de destaque em novelas e em

filmes não tem implicações apenas junto aos afro-brasileiros, mas sim na sociedade como um todo. A sociedade brasileira vem passando por mudanças.

É disso que precisamos. Mudanças nas formas de pensar e de agir. Item que passa pela maneira como nós, negros, nos vemos; como nos posicionamos frente às situações; como buscamos e lutamos por nossa plena cidadania e pela igualdade entre as raças. Há quem diga: “mas os afro-brasileiros ainda ocupam os piores postos de trabalho, ainda lideram as listas de excluídos, ainda são os que possuem os menores índices de escolarização...”. Infelizmente isso é verdade. Mas, felizmente, essa realidade

pode e está sendo alterada. Sabemos que o patamar em que estamos não é o ideal, mas certamente estamos cada vez mais próximos desse objetivo. Desejamos que o próximo 13 de maio seja um dia marcado por discussões que levem o Brasil a ser um país, de fato, igualitário.



pessoas o acesso ao ensino superior e, mais, contribuir para elevar a auto-estima desses cidadãos.

Auto-estima, outro fator importante. Nossa mídia tem contribuído para que os negros tenham orgulho de suas origens. São jornalistas, modelos, atores, apresentadores, enfim, um grande leque de profissionais, valorizados dia-

Paulo Paim - Senador - PT do Rio Grande do Sul



data
13 de Maio
é um marco na
história do Brasil
e da Bahia

O 13 de Maio para o Senador Antônio Carlos Magalhães foi apenas um primeiro passo contra a escravidão. Na sua opinião, faltava completar a obra da

abolição e acabar com a herança daquela violência que hoje ainda coloca o negro em desvantagem na nossa sociedade. Em entrevista exclusiva à

Afirmativa Plural, o Senador baiano fala sobre a importância do negro para o país e, principalmente para o seu Estado.

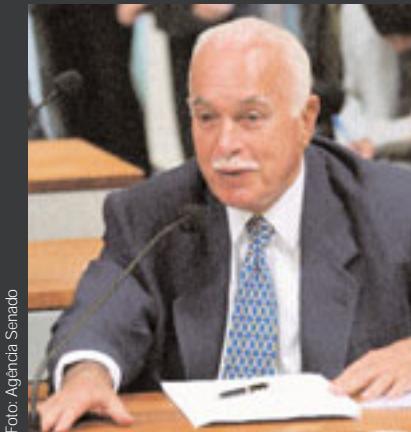
Afirmativa: Em 13 de maio o país completa 117 anos da Abolição da Escravatura. Temos o que comemorar?

Antônio Carlos Magalhães: Na história do Brasil e da Bahia, especialmente, essa data é um marco. Um marco de justiça para com aqueles que construíram a história deste país que, segundo se estima, recebeu 11 milhões de homens e mulheres negros da África para o cativeiro colonial. Mas foi, sem dúvida – e Joaquim Nabuco já dizia –, apenas um primeiro passo contra a escravidão. Na Bahia, como não poderia deixar de ser, há um reconhecimento muito grande pelo papel de direito e de fato que o negro teve, tem e sempre terá. Não haveria a Bahia que temos hoje sem o negro, sua alegria, a música, a religião, a culinária, essa riqueza cultural que tanto nos orgulha. É claro que haverá sempre o que fazer, não só pela comunidade negra, mas em benefício de todos os baianos, por uma condição melhor. Essa tem sido a causa da minha vida.

Afirmativa: De uns anos para cá, institutos de pesquisa vêm revelando dados que denunciam a persistência do racismo em nosso país. Qual a avaliação do senhor sobre este fato?

ACM: A discriminação no Brasil, infelizmente, não é apenas contra o negro. A maior injustiça, a maior discriminação deste país, é contra o pobre. São as políticas públicas insuficientes, são prioridades que não entendemos, é a corrupção que governo nenhum quer

enfrentar de frente, como vemos agora no Ministério da Saúde, só para dar um exemplo, onde grandes somas de dinheiro público vêm sendo desviadas na compra de medicamentos. Por isso lutei e conseguimos aprovar o Fundo contra a Pobreza ainda no governo passado e que hoje financia os principais programas sociais do governo Lula.



Afirmativa: O Sr. é o principal representante de um Estado onde a maioria da população é negra e onde o movimento negro é muito forte em termos de disseminação da cultura, cidadania etc. Apesar disso, as práticas racistas na Bahia são freqüentes, principalmente no mercado de trabalho. Porque isso acontece na sua avaliação?

ACM: Como eu disse, há a triste realidade do país em que o desemprego atinge aos brasileiros de forma cruel. Se os números assustam, no caso da Bahia, havendo uma população negra muito expressiva, é natural que o problema também apareça. Mas apenas nesse sentido. Não vejo essa discriminação, não

vejo racismo ou uma situação muito diferente do que existe no resto do país.

Afirmativa: Que tipo de políticas seriam necessárias para garantir uma maior igualdade de direitos em nosso país?

ACM: Em primeiro lugar, é preciso haver, por parte do Estado, políticas claras de conscientização da realidade racial brasileira e de valorização do afro-descendente e das raízes culturais a ele ligadas que desenharam o perfil da sociedade brasileira. Acredito que tem havido, nos últimos 30 anos, uma crescente conscientização e temos tido o que comemorar, tanto no âmbito do Estado e da legislação, como na própria sociedade na forma de movimentos, organizações não governamentais etc. Na Bahia, agora mesmo, para citar algo novo, o governador Paulo Souto acaba de assinar convênio para incentivar o chamado turismo étnico e ainda em abril devem começar a desembarcar os primeiros passageiros dos vôos charters procedentes de Nova Iorque com afro-descendentes norte-americanos. Naturalmente, isso vai gerar muitos frutos para a economia do estado e os nossos afro-descendentes têm tudo para serem beneficiados de maneira muito especial, por que eles estão à frente, são estrelas, da maioria dos nossos consagrados produtos culturais. Esse é um bom exemplo de como criatividade e ações concretas podem vir em benefício de todos os baianos e, em especial, da comunidade negra.

13 de maio:

Dia de reafirmar nossa luta contra a exclusão e discriminação

O Brasil tem a 2^a maior população negra do mundo –só fica atrás da Nigéria (África). Dos brasileiros, 46,5% assumem-se como negros; destes, boa parte vive na megalópole paulistana (3,5 milhões de pessoas, ou seja, um terço da população). Após três séculos de escravidão e pouco mais de 100 anos de uma liberdade que não os emancipou, os negros hoje lideram as estatísticas dos desempregados, conforme apontam pesquisas de mercado nas seis maiores regiões metropolitanas do país. Ganham pouco – daqueles que recebem até dois salários mínimos, 63,9% são negros– e raramente têm oportunidades de crescimento profissional –só 1,8% dos negros ocupam cargos de direção em empresas. A maioria é pobre e há um enorme contingente de miserá-

veis. Essa conjuntura evidencia que governar o Brasil e a capital São Paulo, buscando resgatar a condição do negro na nossa sociedade, requer ações concretas no combate à pobreza, exclusão social e discriminação racial. Dentro e fora do país é preciso defender essas metas. É preciso governar com prioridade para os mais pobres, como fizemos. Abolir miséria e preconceitos. Nos quatro anos em que o PT governou São Paulo –metade do tempo com o Presidente Lula à frente do governo federal– romper com o ciclo estrutural da pobreza foi prioridade, assim como reafirmar valores da raça negra e promover políticas de combate à discriminação. Implementamos ações articuladas de uma política de inclusão social na maior cidade do

país a partir dos distritos mais pobres e violentos. Com o Renda Mínima (programa que complementa renda familiar para garantir permanência de crianças na escola), o Bolsa Trabalho (renda e formação para jovens desempregados), o Começar de Novo (renda e formação para reinserção no trabalho de pessoas acima dos 40 anos), aliados a outros programas de fomento a novos pequenos negócios e crédito, vimos cair na cidade índices de violência (redução de 18%) e evasão escolar (menos 25,2%). Geramos emprego e renda (134,8 mil trabalhadores tiveram carteira assinada nos distritos onde se aplicava os programas sociais por mais tempo). Assim, atendemos, entre 2001 e 2004, dois milhões de pessoas, direta e indireta-

mente, diminuindo a pobreza e as diferenças sociais.

Considero fundamentais, também, ações como a implementação do maior Programa de Saúde da Família (PSF) do país –perto de 700 equipes– e os investimentos recordes em Educação, com a melhoria do ensino, a criação dos 21 Centros Educacionais Unificados (CEUs), a distribuição de uniformes e materiais escolares e o transporte escolar gratuito para mais de 100 mil crianças. Tivemos a instalação de mais de 100 telecentros –ensino de informática para quem era completamente excluído, atendendo meio milhão de usuários– e a implantação do Bilhete Único, que permitiu integrar o transporte e reduzir distâncias na cidade. Com uma tarifa, o usuário passou a rodar por duas horas em toda a cidade.

Das políticas afirmativas, além de encontros, seminários e uma série de ações culturais, reafirmando a importância de resgatar a auto-estima dos negros, destaco a instituição do feriado municipal do Dia da Consciência Negra, que criamos em 8 de janeiro de 2004, e a inauguração do Museu Afro-Brasil, no Pavilhão Manoel da Nóbrega, Parque do Ibirapuera. O museu foi inaugurado em 23 de outubro último pelo Presidente Lula que hoje, enquanto escrevo este artigo, está na África. Nenhum Presidente desta nação prestigiou tanto a África quanto Lula, que em âmbito federal tem sido arrojado na defesa da dignidade e resgate social dos negros.

Das ações afirmativas do governo Lula destacam-se a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), que tem nível de Ministério; a implantação do Programa Brasil Quilombola, que já realizou obras de saneamento básico em 50 comunidades; a implantação de energia elétrica em outras 29; programas de inserção educacional e

importante passo em apoio a estudantes de baixa renda que cursaram o ensino médio em escola pública. Foram oferecidas, neste ano, mais de cem mil bolsas em 1.142 instituições de todo o país. Os critérios de seleção dos candidatos são os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o perfil sócio-econômico. Apesar dos esforços e importantes avan-



geração de emprego e renda em 10 municípios, além da adoção de cotas nas universidades para alunos negros. A criação, em 2004, do ProUni (Programa Universidade para Todos), que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) para cursos de graduação e extensão em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, foi mais um

dos que vivenciamos recentemente em nossa cidade e país, devemos reconhecer que a dívida social para com os negros ainda é imensa. Por isso mesmo, cada conquista tem de ser preservada e ampliada. Temos muito pela frente.

Marta Suplicy, vice-presidente Nacional do PT e ex-prefeita da cidade de São Paulo (2001/2004)

ponto de partida

Primeira vereadora negra na Câmara Municipal de São Paulo e também primeira deputada negra da Assembléia Legislativa do Estado, reeleita por quatro vezes, Theodosina Ribeiro dedica sua vida a questões relacionadas ao preconceito racial e à inclusão da população afro-brasileira. Com os olhos e a experiência de quem faz do seu dia-a-dia uma luta constante contra a discriminação e em favor da Liberdade, ela declara que a promulgação da Lei Áurea não passou de um ponto de partida e que hoje, o treze de maio é um dia de reflexão para a comunidade negra.

“Para a população negra, a Abolição da

ciência do quão era injusto e desumano o sistema escravista, que sequer houve qualquer preocupação em administrar o processo de transição complementando-o com medidas que pudessem absorver aquele imenso contingente de desempregados que se formou após o 13 de maio.

Escravatura não representou o espírito libertário de um povo. Isso porque o principal objetivo da medida assinada pela Princesa Isabel foi econômico. A Lei foi uma exigência de mercado e visava a adequação do País às novas regras econômicas vigentes na Europa, onde não havia mais espaço para a utilização de mão-de-obra escrava”, diz. Em sua avaliação, tanto estava claro que a adoção da iniciativa não foi fundamentada na cons-

Zumbi lutou pela liberdade e justiça social

Se fosse o contrário, explica a deputada, o governo brasileiro poderia ter colocado em prática um projeto do engenhei-

ro André Rebouças que, nos dias de hoje seria equivalente a um programa de reforma agrária. “A aprovação do projeto seria uma forma de utilizar os ex-escravos como força de trabalho na agricultura, setor onde eles poderiam utilizar a experiência adquirida”, lamenta. Filha do capitão José Ignácio do Rosário - um dos fundadores da Frente Negra Brasileira (FNB) - que, há mais de 90 anos incentivava uma maior participação dos negros na política nacional criando núcleos da FNB pelo

interior de São Paulo, Theodosina Ribeiro, relembra a trajetória do negro no Brasil e faz ainda críticas à história oficial que sempre colocou o escravo como uma figura passiva diante da sua realidade.

“Os escravos nunca foram passivos. Eles lutaram para fugir da opressão a exemplo de Zumbi dos Palmares, que foi um dos maiores líderes políticos deste País. Conduzia o seu povo e também os povos de outras raças ao caminho da liberdade e da justiça social”. A experiência de Zumbi, diz Theodosina, precisa ser reproduzida hoje de forma a permitir a aglutinação de forças em torno da luta universal contra a discriminação racial. “Faço um apelo a todos, negros,

brancos conscientizados, brasileiros e pessoas de outros países, para que nos unamos numa corrente positiva em favor do cumprimento pleno dos

trabalhar pela conscientização do eleitor negro. O povo brasileiro tem uma aversão natural à política e não acompanha o processo político do País. E isso continua dificultando a luta de todo o movimento”, avalia.

Preocupada com a ausência de representantes negros no legislativo paulista, Theodosina lembra que, depois que deixou a Assembléia Legislativa, em 1986, nenhuma outra negra foi eleita na casa. “Temos que colocar um negro no poder e, para isto, é

preciso o engajamento de toda a sociedade. Sem esta participação, a comunidade tem a sua cidadania prejudicada. Porque à medida que um povo não participa das esferas políticas e de poder, ele enfraquece”, analisa ela, acrescentando que a criação da Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – pelo governo federal foi um avanço para a comunidade negra. E ensina: “temos que nos despir das nossas vaidades. Nos apegamos muito a problemas menores, em questões até de simpatia. A nossa briga deve ser pelo conteúdo. Por ações que possam levar os negros desse País a reconquistar a plenitude de seus direitos”.



direitos e deveres de uma comunidade que fez muito pelo nosso País”, insiste ela.

Participação política

Reconhecendo que faz parte de um grupo minoritário que quebrou barreiras e conseguiu um lugar mais privilegiado na sociedade, a deputada Theodosina Ribeiro argumenta que uma maior participação política dos afro-brasileiros é fundamental. “As entidades do movimento negro têm que aprofundar mais esta discussão nos partidos já constituídos e ainda



A afirmação da unidade do povo brasileiro exige a valorização dos três grandes troncos que originaram nossa civilização tropical e mestiça. Destes, a menos estudada e conhecida é a presença africana.

Neste 13 de maio, Dia da Abolição, cabe registrar os recentes avanços nas pesquisas sobre um dos episódios fundadores da nossa história política e social: o Quilombo dos Palmares.

A partir de um acordo com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o historiador gaúcho Décio Freitas, que há pouco nos deixou, publicou o seu *República de Palmares*, um livro de pesquisa e comentários sobre documentos do século XVII.

Para reunir a matéria-prima de sua obra, Décio Freitas passou oito meses em Portugal, durante o ano de 1974, pouco tempo depois da Revolução dos Cravos, e complementou suas incur-

ovid

sões históricas com outra passagem pelo país, em 1980.

Esse trabalho, que veio a público 30 anos após sua gestação, nos oferece referências seguras para a compreensão da epopéia negra nas terras do atual estado de Alagoas e traz à tona preciosidades, como a carta que o rei de Portugal escreveu para Zumbi: "...vossa rebeldia teve razão nas maldades praticadas por alguns maus senhores em desobediência às minhas ordens reais", argumenta, em busca de uma solução para o confronto que durou mais de 60 anos.

Outro trabalho, este ainda inédito, do geógrafo alagoano Ivan Fernandes Lima, é um marco insuperável para a compreensão das estruturas econômica, social, comercial, administrativa, jurídica, religiosa e militar da experiência palmarina.

descreve o local exato onde travou seu último combate o valoroso Zumbi. O logradouro se encontra no município de Viçosa, estado de Alagoas, no sumidouro existente no rio Paraíba, próximo à serra dos Dois Irmãos e à cachoeira que leva o mesmo nome.

heróicos da história do nosso povo. O professor Douglas Apratto Tenório, da UFAL, cuidará de recolher os escritos originais, com seus respectivos mapas, para a futura edição.

República de Palmares, de Décio Freitas, e O Quilombo dos Palmares: uma geografia da liberdade, de Ivan



ades sobre Zumbi

Baseado em extensa pesquisa de campo e vasta bibliografia, o autor deixou para publicação póstuma uma magistral produção, que impressiona pela riqueza de detalhes com a qual

A publicação da obra do professor Fernandes Lima colocará à disposição dos estudiosos e do público em geral valiosa ferramenta para o entendimento e valorização de um dos episódios mais

Fernandes Lima, mostram as raízes do que se comemora neste 13 de maio.

Aldo Rebelo - Ministro da Coordenação Política do governo Lula, Deputado Federal PCdoB /SP

O fato mais importante dos últimos anos na luta contra a discriminação no país é a organização da comunidade afro-brasileira em torno de plataformas objetivas para a construção da igualdade entre os cidadãos. Foi com esse mesmo espírito prático que o Governo do Estado de São Paulo assume a responsabilidade e cumpre um vasto programa de políticas afirmativas para os afrodescendentes.

Em 2003, criamos a Comissão de Promoção de Ações Afirmativas e instituímos a Política de Ações Afirmativas para Afro-descendentes. Começamos com o Programa Estadual de Inclusão Social e Ação Afirmativa no Ensino Superior. Nas universidades públicas, já podemos mostrar os primeiros resultados no aumento da participação de afro-descendentes na USP Leste, (com 21% das primeiras matrículas) e na Unicamp (com mais 55% em relação ao ano passado). E a Unesp se prepara para oferecer 12 mil vagas no interior. Pelo programa “São Paulo: Educando pela diferença para a Igualdade” capacitamos professores dos níveis fundamental e médio para incluir o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede pública estadual. Na Escola da Família, que transforma a



escola em centro comunitário nos fins de semana, contamos com 32% negros entre os monitores universitários, bolsistas do Estado.

As 28 comunidades quilombolas que estavam praticamente abandonadas, hoje recebem assistência social e apoio técnico para atividades auto-suficientes. Mais importante ainda é o complexo

trabalho em curso para o reconhecimento legal e a titulação definitiva das terras comunitárias. Já conseguimos o reconhecimento de 17 e a titulação de cinco, que também serão atendidas pelo Pró-Lar Moradias Quilombolas. A lista de ações afirmativas da administração estadual é longa. Tomamos iniciativas na segurança pública (estudo da

diversidade racial por policiais militares e civis e alunos das academias), na defesa da cidadania (o SOS Cidadão para atendimento de vítimas de racismo nos Centros de Integração à Comunidade e nas unidades do Poupatempo), na cultura (oficinas, cursos, exposições e eventos em áreas quilombolas, em São Paulo e no restante do Estado) e muitas outras mais. Os dirigentes, funcionários e alunos da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares estão de parabéns pelo que fizeram em um ano de vida. Aos 117 anos da Lei Áurea, ainda teremos de nos esforçar muito para, um dia, poder nos orgulhar de um Brasil mais igualitário e justo. Sem hesitações, vamos continuar o árduo trabalho pela construção da cidadania.

Geraldo Alckmin, - Governador do Estado de São Paulo



m busca
da igualdade

A idéia abolicionista surgiu no fim do século XVIII, e seus marcos iniciais foram o alvará de abolição gradual em Portugal de d. José I (leia-se de Pombal), de 1773, o Pennsylvania Gradual Abolition Act, de 1780, e as proibições do tráfego pela Dinamarca em 1792 e pela Inglaterra em 1807/8. A emancipação nas regiões escravistas começou 40 anos depois da revolução francesa e se concretizou em menos de sessenta anos.

No Brasil a discussão não fez parte do sonho mineiro, só começou com Antônio Carlos na revolução pernambucana de 1817. José Bonifácio pensava que o equacionamento da liberdade dos negros com sua integração completa à sociedade era uma preliminar da definição do Estado brasileiro. Era tempo de começar a “expiação de nossos crimes e pecados velhos”. E insistia: educação, amparo à maternidade e à velhice, integração econômica e social têm que acompanhar a extinção do tráfego e a libertação. “Sem a emancipação dos atuais cativos nunca o Brasil firmará sua independência nacional esegurará e defenderá a sua liberal constituição. Sem liberdade individual não pode haver civilização, nem

sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça, e sem estas filhas do Céu, não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações.”

Sob a pressão inglesa, fizemos a

dívida da escravidão

lei de 7
de novembro

de 1831 (Barbacena), proibindo o tráfico e emancipando os africanos: Todos os escravos que entraram no território ou portos do Brasil, vindo de fora, ficam livres. Ela devia significar a liberdade de pelo menos metade dos escravos, naquele momento, e de mais 1 milhão trazidos de 1831 a 1850. Era uma lei para inglês ver. Tão grande era a consciência da hipocrisia conveniente que nunca se mexeu na lei de 1831, pois significaria reconhecer a existência da contradição. À desfaçatez das assembleias de Bahia e Minas que pediam a revogação da lei para não serem obrigados a violá-la todos os dias, somava-se,

mais forte, o silêncio conveniente de magistrados e legisladores.

Mas nossas leis de resto deixavam um vazio jurídico que, literalmente, colocava os escravos fora da lei. Teoricamente quem vivia no Brasil ou era cidadão brasileiro – e portanto, sob a proteção da Constituição, não poderia ser escravizado – ou era estrangeiro ou apátrida – e a lei brasileira não podia alcançá-lo. Permaneceu como caminho o processo que José Bonifácio dizia ser de “se tornar de pessoa a coisa”. Corta-se a elas todas as estruturas sociais, sejam as coletivas, como as familiares. Rompem-se os traços de valor ético, político, afetivo. Não há qualquer esforço – nem sentido – para o desenvolvimento intelectual, social, moral. O senhor tem sobre o

escravo um poder que não encontra fronteiras nos mais terríveis exemplos: o direito de ser senhor dos próprios filhos, o direito de prostituir, de fazer trabalhar sem descanso, de despedaçar famílias, de punir como quiser... Quebre-se a tragédia coletiva em um milhão de tragédias individuais; estenda-se a dor e a miséria pelas sucessivas gerações; declare-se que isto é normal – e teremos o lado humano, a infinita mancha que o Brasil ainda precisa resgatar. Ainda valem, hoje, as palavras de Nabuco: a questão do negro “versa sobre as aspirações, os sofrimentos, as esperanças, os direitos, as lágrimas, a

política



morte de milhares e milhares de gentes como nós; que não é [...] uma questão abstrata, mas concreta, e concreta no que há de mais sensível e mais sagrado na personalidade humana".

Mas a escravidão negra nunca conseguiu se tornar um tema do pensamento nacional. Era tratada com grande naturalidade, como um fato da vida. As raras vozes são exceções.

Eusébio de Queirós esclarecia, a respeito do tráfico, em 1852, que a coligação dos interesses de proprietários rurais e traficantes era a força dominante da política brasileira. Força que segurava as discussões da liberdade, até mesmo no Conselho de Estado, com Nabuco de Araújo, Pimenta Bueno (a voz de Pedro II, pela emancipação gradual), Jequitinhonha, Souza Franco, Salles Torres Homem combatidos por Olinda, Paranhos, Eusébio. Força que fará com que os grandes passos sejam dados pelos conservadores, com Eusébio, Rio Branco e Ouro Preto.

Feita a abolição, os negros foram tratados como um fundo de tacho, sem importância bastante para receber uma atenção especial do Estado. A República os ignorou. Quando o pensamento brasileiro se voltou para eles, com o gênio de Gilberto Freire, constatou seu papel fundamental em nossa formação; mas demoramos para tratar do problema da integração social, do resgate de nossa dívida, do gigantesco problema humano que alienou entre os mais pobres dos mais pobres toda uma parte dos brasileiros, tornando o branqueamento necessidade fundamental da ascensão social. O negro continuou, ao longo do tempo, sendo tratado

como um não humano, como coisa, sem direitos.

Há nisto um dilema que atravessa a vida brasileira, e todo o nosso desejo de progresso. Jequitinhonha já lembrara no Conselho de Estado que o edifício social assentava sobre a base estreita e pouco segura, a divisão em duas classes, a dos senhores e a dos escravos, e nossos males econômicos e sociais vêm desse vício orgânico.

De uma maneira imensurável, fugindo ao nosso controle, toda a nossa sociedade é alimentada de práticas discriminatórias. Elas são difíceis de verificar e até mesmo de admitir nos atos individuais, mas não de comprovar: basta ver a diferença de salário médio entre negros e brancos de mesma qualificação e ocupando a mesma função. A conquista da liberdade não encontra correspondente na igualdade, a injustiça não teve compensação. Os números demonstram a permanência desta divisão.

A discriminação é responsável pelos índices alarmantes da situação dos negros dentro do quadro, já por si dramático, da pobreza no Brasil. Nunca é demais repetir os números levantados pelo doutor Ricardo Henriques, do IPEA, para 1999: os negros representam 45% da população brasileira, mas 64% dos pobres e 69% dos indigentes. Entre os 10% mais pobres, 70% são negros; inversamente, entre os 10% mais ricos, 85% são brancos. Estes percentuais vão se acentuando quando se desce a mais detalhes: dos 1% mais pobres, 80% são negros; entre os 1% mais ricos, 99% são brancos. Em termos de educação: 8% dos jovens negros

entre 15 e 25 anos são analfabetos, mas somente 3% dos jovens brancos; entre os jovens brancos de 18 a 23 anos, 63% não completaram o secundário, contra 84% dos negros; entre os jovens de 18 a 25 anos, 89% dos brancos não tinham entrado na universidade, mas 98% dos pretos. Vejamos a saúde: O desemprego atinge — sempre os números de 1999 — 10,6% da população economicamente ativa entre os negros e 8,9% entre os brancos.

Sem considerar o ser humano em sua plenitude, acima das diferenças individuais, não há civilização, não há Estado, não há nação. Eles não podem se fundar no roubo da liberdade ou na proscrição social ou econômica. A felicidade do homem é a função do Estado, seja ela representada pela superação do medo da morte, como queria Locke, seja pelo "welfare" que fez a democracia no século XX. O século XXI precisa resolver a igualdade, repor o valor do homem, superar, definitivamente, a discriminação e a injustiça. O Brasil precisa resgatar os erros de seu passado para construir o seu futuro.

A página mais vergonhosa da História do Brasil é a escravidão. E a mais bela é a consciência nacional que se formou, unânime, contra as injustiças cometidas com o africano. Foram demonstrações individuais e coletivas que marcam o sentimento de um povo. É hora de transformar este sentimento em realidade.

José Sarney - Senador PMDB/AP

Por onde anda essa senhora
liberdade que não abre as asas
sobre nós?
Gosto muito dos meus
irmãos de raça que, a exemplo
do Professor José Vicente, se
acreditam e fazem a sua liber-

força dos negros da nossa raça?
Nunca permiti que me faltassem ao res-
peito e, se aconteceu alguma vez, reagi
como cidadão, indiferente à observâ-
ncia da minha cor ou raça.
Como justificarmos que entre 55
Vereadores, somente 3 sejam negros?

lberdade? Que lberdade?

dade como também, a inde-
pendência em todos os níveis.
Detesto quando nos oferecem
leis especiais como se fôssemos
uma raça inferior.
Detesto a esmagadora maio-
ria dos negros que se notibili-
zam e negam às negras, o
direito de se tornarem tam-

Onde estavam os defensores dos nossos
direitos?

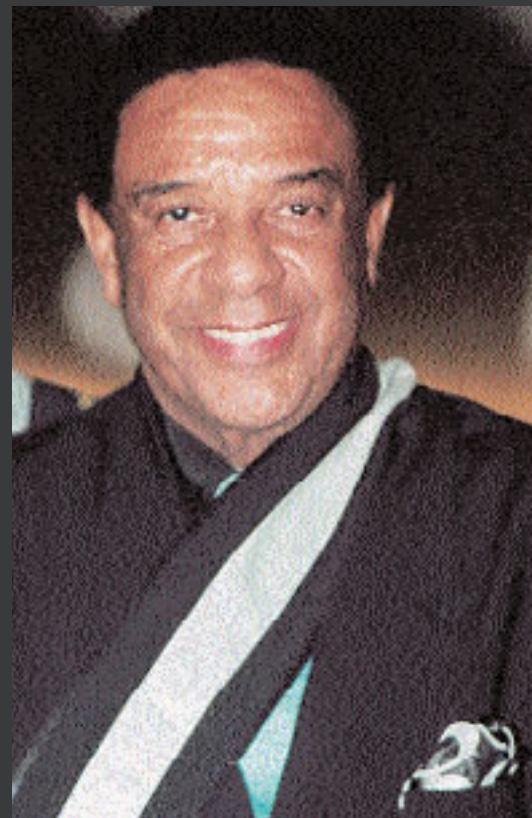
Como aceitarmos que um Prefeito
como o senhor José Serra, por certo,
eleito também com centenas de milha-
res de votos negros, não tenha entre
seus Secretários, nenhum representante
da nossa raça?

Porque não fazermos uma manifestação

bém, notórias ao lado dos mesmos.
Porque questionarmos os direitos quan-
do sabemos que os mesmos são negados
à todos os brasileiros miseráveis inde-
pendente da cor ou raça?
Porque choramingarmos atenção
especial quando a podemos exigir se
tivermos consciência da enorme

na porta da Prefeitura exigindo que o
mesmo nos respeite?
É assim que eu me manifesto sobre a
liberdade que nos negam afinal, 49%
dos eleitores não deveriam pedir nada,
mas sim, exigir.

Agnaldo Timóteo - Cantor e Vereador de São Paulo



A data de 13 de Maio, para mim, tem um fascínio particular. Corresponde, no Brasil, à abolição definitiva da escravatura e, no mundo, no aspecto religioso, à primeira aparição de Nossa Senhora de Fátima aos três pequenos pastores portugueses, que seria a maior inspiradora desta fantástica figura dos séculos XX e XXI, que foi João Paulo II, a ponto de adotar como lema a

mentos: 1) o negro não é uma pessoa humana e pertence a seu dono; 2) não é pessoa perante a lei, mesmo que seja tido por ser humano; 3) só adquire personalidade perante a lei ao nascer, não havendo qualquer preocupação com a preservação de sua vida; 4) quem julgar a escravidão um mau, que não tenha escravos, não devendo impor esta maneira de pensar aos outros, pois a escravidão é legal; 5) o homem tem o

mo”, no que diz respeito ao direito à vida, ou em “elitismo”, no que concerne ao tratamento que dedica aos povos latino-americanos – haja vista a forma como o mexicano é tratado nas fronteiras americanas, apesar do acordo NAFTA, pelo qual as mercadorias vindas do México são mais bem recebidas que seu povo-, infelizmente, em pleno século XXI, continua a existir, sendo de rigor observar que os europeus não se

13 de Maio

frase “Totus tuus”, ou seja, “Todo Teu”, “Todo de Maria”.

A Princesa Isabel, ao estabelecer que a escravatura deixava de existir, em verdade atendia à luta de toda a intelectualidade brasileira, principalmente de personalidades como Campos Salles, Ruy Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, José de Alencar e muitos outros, que, no curso do século XIX, lutaram pela libertação dos negros e por extirpar a infâmia da escravidão da realidade jurídica, social e econômica de nosso País.

Nos Estados Unidos, Lincoln fora morto por ter, entre outros motivos de natureza política e econômica, iniciado uma guerra para garantir a abolição da escravatura. A Suprema Corte americana, entretanto, no caso DRED SCOTT, em 1857, considerou legítimos a escravidão e o direito de matar o escravo negro, à luz dos seguintes argu-

direito de fazer o que quiser com o que lhe pertence, inclusive com seu escravo; 6) a escravidão é melhor do que deixar o negro enfrentar o mundo.

É interessante observar que, em 1973, no caso Roe y Wae, os argumentos utilizados, naquele país, para hospedar o aborto foram semelhantes, a saber: 1) o nascituro não é pessoa e pertence à sua mãe; 2) não é pessoa perante a lei, mesmo que seja considerado ser humano; 3) só adquire personalidade ao nascer; 4) quem julgar o aborto mau, não o faça, mas não deve impor esta maneira de pensar aos outros; 5) toda a mulher tem o direito de fazer o que quiser com o seu corpo; 6) é melhor o aborto, do que deixar uma criança mal formada enfrentar a vida (Roberto Martins, “Aborto no direito comparado”, Fabris, 1999).

Como se percebe, o “racismo” americano, hoje transmudado em “eugenis-

revelam menos preconceituosos no tratamento dispensados aos cidadãos dos países emergentes, principalmente africanos, árabes ou latino-americanos.

Infelizmente, o mundo ainda não superou o preconceito racial e atribuem aos habitantes dos emergentes o mesmo “status” atribuído aos negros, no mundo inteiro, até o fim do século XIX, quando praticamente a escravatura foi abolida dos ordenamentos jurídicos do planeta.

Nós, os operadores de Direito, todavia, temos tido uma luta permanente para quebrar tais barreiras, bastando lembrar que fizemos incluir no texto da Constituição Brasileira norma como a que consta do artigo 3º, inciso IV, com o seguinte teor:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem pre-

conceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Também o artigo II-81º da Constituição Europeia estabelece:

“Não discriminação – 1. É proibida a discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual”.

E é neste ponto que gostaria de fazer uma única reflexão, no texto deste artigo: a “não discriminação” é o melhor instrumento para que todos os povos possam chegar ao entendimento e unir seus esforços para construir um mundo melhor.

Chegou-se a dizer que a abolição da escravatura teria piorado, inclusive no Brasil, a condição do negro, pois, não se seguindo à lei Áurea uma legislação de proteção ao “liberto” –as trabalhistas começaram a surgir apenas na década de 30 do século passado- deixou ele de poder contar com o abrigo e o sustento provindos do seu senhor (que, apesar da opressão que exercia, mantinha os “bens” que lhe pertenciam), para ficar à própria sorte, sem meios de sobreviver com dignidade.

Hoje, todavia, nada obstante as diferenças sociais que os povos dos países civilizados e algumas camadas dos países emergentes teimam em preservar e valorizar, o caminho percorrido foi fantástico. Podemos dizer que os textos

citados, a declaração universal dos direitos fundamentais e o Pacto de São José, representam centelha da conscientização quanto à necessidade da integração entre os povos e as raças, que permitirá ao mundo caminhar com menos conflitos e mais convergências.

Thomas Merton, no livro “Sementes da Destrução” mostrava que os grandes intelectuais negros americanos eram mal compreendidos pelos brancos, no século passado. Não pretendiam ter os mesmos direitos dos brancos para possuírem um carro a mais, uma casa a mais ou o mesmo nível de remuneração. Ou seja, não pretendiam apenas adquirir o mesmo “status” material, pois isto era muito pouco.

De rigor, o que buscavam, e, na verdade, estavam propondo aos “brancos”,

era muito mais: juntarem esforços, negros e brancos, para fazer uma pátria maior, sem ódios nem preconceitos, lastreada exclusivamente na mais pura fraternidade.

Penso, rigorosamente, igual a Thomas Merton. Ou unimo-nos para fazer deste país um país maior, e deste mundo um lugar melhor, em igualdade de condições, ou os esforços de integração terão dimensão amesquinhada, de mera busca pelo bem estar material, sem alcançar o aprimoramento da humanidade. Enfim, sem grandeza espiritual.

Ives Gandra da Silva Martins - Professor Emérito das Universidades Mackenzie e UNIFMU e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente da Academia Paulista de Letras e do Centro de Extensão Universitária



Liberdade

A questão das ações afirmativas deve ser discutida sob o ponto de vista prático. O importante é buscar e produzir resultados. De nada nos serve eternizar a discussão, muitas vezes numa perspectiva apaixonada, quase fundamentalista, que não contribui em nada para alcançarmos resultados concretos.

Não adianta a proliferação de discursos com o objetivo maior - senão único - de marcar posições. Temos o dever de buscar soluções para mudar o futuro. As futuras gerações deverão se lembrar de nós pelo que nós fomos capazes de avançar, pelas soluções por nós encontradas e não pelas belas frases construídas.

O mesmo raciocínio vale para a discussão sobre o preconceito e o racismo. Não há nenhum sentido prático em perdermos tempo discutindo, por exemplo, se o Brasil é ou não é um país racista. Todo o tempo e todo o esforço despendidos numa polêmica como essa seriam muito melhor aproveitados na busca de uma resposta, ou uma atitude

concreta para combater as desigualdades raciais.

O caso recentíssimo de um atleta profissional, jogador de um time de futebol argentino, que ofendeu um colega brasileiro e passou duas noites preso em São Paulo é um ótimo exemplo. Por pior que tenha sido a atitude desse jogador argentino, por mais reprovável que tenha sido sua conduta, o episódio jogou luz sobre o tema provocando, inegavelmente, uma repercussão muito além do simples noticiário esportivo. E, sem dúvida, trazendo repercussão positiva no sentido de arraigar mais e mais o sentimento anti-segregacionista.

Os jornais, TVs e emissoras de rádio gastaram tempo e espaço preciosos descrevendo o ocorrido no Estádio do Morumbi. Discutiu-se, quase à exaustão, se a acusação de injúria qualificada por racismo foi branda, já que uma eventual acusação direta de racismo - crime inafiançável - teria mantido preso o atleta argentino.

A rápida liberação do jogador, diante

do pagamento de R\$ 10 mil, gerou protestos. Alguns por inconformismo diante da força das agressões verbais ao atleta brasileiro, outros mais em função da histórica rivalidade esportiva entre os dois países. Mas, independentemente de uma análise mais técnica do episódio e do erro ou acerto em acusar o agressor "apenas" por injúria, o caso gerou resultado concreto.

Além da imprensa brasileira, o fato foi notícia nos principais meios de comunicação do mundo, principalmente na Europa, onde a onda racista nos campos de futebol vem crescendo e atingindo prioritariamente atletas africanos e brasileiros - inclusive ídolos como Roberto Carlos e Ronaldinho. A repercussão na mídia provocou reações inimagináveis até bem pouco tempo atrás. O presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol Nicolas Leoz, como primeira medida, suspendeu o jogador argentino da competição. Além disso pediu estudos para incluir nos regulamentos de todas as competições

Foto: Gervásio Baptista



da entidade punições rigorosas aos clubes, jogadores e até torcedores que apresentem qualquer comportamento discriminatório nos estádios. Tudo isso pode parecer pouco para quem historicamente sofre com o preconceito. Mas gerou resultado. A publicidade em escala planetária foi uma vitória da luta contra a intolerância. Serviu para aglutinar aqueles que estavam dispersos e para sedimentar a consciência de outros quanto à necessidade de ação.

Chegamos, então, a um momento de definição. Não está passando da hora de o País adotar (chega de discutir!) ações afirmativas de maneira mais pragmática e eficaz? Vamos, por exemplo, tratar da questão das cotas de forma mais profunda? É preciso menos debate. É hora de mais ação.

O Dicionário Houaiss traz 16 definições para o verbete liberdade. Uma delas diz que liberdade é a “condição

daquele que não é cativo ou que não é propriedade de outrem”. Essa etapa está superada desde 1888, com a Lei Áurea. E por considerarmos apenas essa definição, a situação verdadeira permaneceu escamoteada ao longo desses 117 anos. Mas basta uma rápida leitura de duas outras definições do Houaiss para percebermos que não é bem assim. Liberdade também é o “grau de independência legítimo que um cidadão, um povo ou uma nação elege como valor supremo, como ideal”. Por outra descrição é a “condição daquele que não se acha submetido a qualquer

força constrangedora física ou moral”. Fica claro que a verdadeira Lei Áurea está por vir. Mas ela não virá do nada. Ela será fruto de mobilização e de coragem. De luta dessa enorme parcela de nossa população que não pode mais ficar à margem das decisões sobre seu próprio destino.

Até que um dia essa forma dissimulada, “manhosa”, de nosso racismo não passará de lembrança de um tempo que durou muito mais do que deveria.

Nelson Jobim - Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

pela primeira vez no caso do Brasil, a atitude que deve guiar o que se está fazendo. (...)

E o que vem a ser a ética, palavra que, originando-se do grego ethiqué ou ethos e do latim ethica, ethicos, tem a ver com costume, uso, caráter, comportamento? Passando ao largo da seara árida das definições acadêmicas, pode-se assentar, como o fez o professor Miguel Reale, revelar-se a Ética como a ciência normativa da conduta, ou como um conjunto de valores e regras de comportamento, um código de conduta que as coletividades - todas - adotam.

Na verdade, a preocupação com a ética como princípio de conduta humana é tão antiga quanto a própria humanidade, já que, de acordo com o antropólogo francês Claude Levi-Strauss, a passagem do reino animal para o humano, isto é, a transição da natureza para a cultura, só aconteceu quando, em face da proibição de incesto, instaurou-se a lei, estabelecendo-se, desse modo, as relações de parentesco, de grupo e, consequentemente, de alianças sobre as quais se soergueu a organização social humana. Portanto, é de se afirmar que não existe um povo sem um conjunto de regras morais, imprescindíveis para garantir a convivência entre os homens, cujo trabalho coletivo alicerçou-se na

ética nas funções de Estado

*No Brasil,
quem tem ética
parece anormal*

(Mário Covas)

Será uma boa nova o retorno à velha discussão sobre a ética na gestão pública? Os otimistas decerto responderão que sim, vendo a questão como sinal do despertar da consciência cívica nacional ou, mais ainda, como prova viva do amadurecimento político do País. Os mais pessimistas, já descrentes, enxergarão, sem dúvida, os escândalos por trás da notícia, os abusos e desmandos que serviram de mote à volta do assunto às páginas dos jornais. Qualquer que seja a vertente escolhida, porém, o fato é que, a cada dia, a população parece mais intransigente e vigilante em relação ao comportamento dos agentes públicos. Daí a grande repercussão das manchetes em se tratando de desvios de conduta, sempre ganhando vulto, temerariamente, até um mero indício sobre uma mínima possibilidade de corrupção. Lenta, mas solidamente, vai-se incutindo na sociedade brasileira a exata noção acerca da importância da transparência nos atos de administração pública, do combate eficaz à corrupção, da cobrança diária no tocante à responsabilidade dos agentes públicos.

Hoje em dia, não parece se mostrarem suficientes, aos olhos do povo, eventuais bons resultados da ação estatal,

mensurados no âmbito da eficiência e eficácia e estampados em relatórios recheados de cifras e índices alentadores. Exige-se daqueles que personificam o Estado, postura compatível com o múnus público. Há de se cumprir e respeitar as leis, sim, mas à luz da ética como norte fundamental nas relações interpessoais. As profícuentes palavras do professor Roberto da Matta retratam quase à perfeição esse entendimento:

Quando falamos em ética, não estamos simplesmente nos referindo a uma relação de eficiência entre uma agência governamental e suas tarefas junto ao Estado, mas estamos pondo em cena,

concordância entre os partícipes, garantindo, assim, com o domínio das forças da natureza, a sobrevivência da espécie. (...)

A discussão sobre os desvãos teóricos da ética na história humana demandaria incursões à vasta obra de Kant - que, desprezando os efeitos, entendeu ser a motivação ética o substrato para se julgar a moralidade de determinado ato -, ou de Spinoza, cuja tese assenta-se na premissa de que a noção do bem e do mal deve ser delineada à luz das necessidades e interesses dos homens. Claro está que o tema afigura-se inesgotável. (...)

A sociedade brasileira há muito já intuiu a serventia desses valores, pelo que, de uma maneira cada vez mais direta e atenta, vem reclamando dos dirigentes e autoridades uma conduta compatível com o mister de bem servir à coletividade. (...) Mais do que justificada, portanto, desponta a necessidade de se fortalecer, aprimorar e divulgar amplamente os padrões éticos que devem reger a prestação do serviço público, com o objetivo tanto de coibir infrações como de difundir uma mentalidade que, de tão absorvida, torne-se arraigada, um modo de proceder tão usual como a mais rotineira tarefa. O ideal seria a introjeção completa desses princípios éticos como uma forma inequívoca de proporcionar benefício comum à nação, tanto quanto todos aceitam ser indispensável a obediência às leis de trânsito como única possibilidade de ter-se veículos e pedestres pelas ruas. Não se trata de uma utopia. Mais já foi feito, basta observar ser regra a convivência pacífica entre os povos,

entre vizinhos, apesar da diversidade de interesses. A guerra, sim, é a exceção, bem como o desrespeito às leis. Daí a avançar-se para a observância concreta e corriqueira das normas de conduta não custa muito, mormente no âmbito restrito da atuação governamental. É questão de prioridade e determinação, para a qual inescusável vem a ser o empenho férreo, diligente, diurno do Estado. (...). A tarefa mostra-se hercúlea e



demandava, além de tempo, investimentos maciços em educação - pilar central da cidadania -, porquanto a ninguém escapa ser árdua a missão de eliminar vícios culturais enraizados, decorrentes de práticas administrativas obsoletas e autoritárias, esteadas na abominável tradição coronelista de se confundir o patrimônio público com o domínio privado.

Disso tudo deflui que, em se almejando um Estado eticamente forte, faz-se mister um mecanismo eficaz para dizer aos agentes públicos das suas inerentes responsabilidades e, assim, alcançar resul-

tados visíveis, ou seja, fomentar uma atmosfera capaz de fazer transparecer a conduta ética como padrão. Parece ser acertada a busca pela consolidação de uma cultura na qual se efetue eficaz e rotineiramente a prevenção contra a corrupção. Para tanto, a vigilância do cidadão comum é de fundamental importância, tornando-se antídoto contra abusos de poder. (...). O resultado disso tudo será um Estado eficiente na promoção do bem-estar social, bem distante daquilo de que falava Montesquieu, ao advertir: "quando num governo popular as leis não mais são executadas, e como isso só pode ser consequência da corrupção da república, o Estado já está perdido". (...)

Vivemos, sim, uma época em que desponta o valor 'solidariedade' entre a nossa gente, a incluir também o empresariado nacional, haja vista o notável crescimento do chamado 'Terceiro Setor', formado por entidades privadas que se unem ao Estado com o objetivo de alcançar um país melhor e mais justo. Essa consciência cidadã das elites pátrias vem da tardia constatação de que os problemas sociais não são da responsabilidade exclusiva do Estado, mas incumbem à sociedade, de modo a se conseguir mais facilmente "o bem de todos e a felicidade geral da nação", como profetizou D. Pedro I. (...). Oxalá assim seja, a fim de que, num futuro bem próximo, o jeitinho brasileiro perca de vez a conotação pejorativa para ganhar somente as texturas da alegria e criatividade da gente morena daqui.

Marco Aurélio Mendes de Farias Mello Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A Caixa Econômica Federal, fundada pelo Imperador Dom Pedro II em 1861, teve como missão inicial conceder empréstimos e incentivar a poupança popular, em especial dos escravos desejosos de comprar a alforria.

mulo de recursos foi estabelecida na própria Lei do Ventre Livre, que definia em seu artigo 4º: "É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados ou heranças que lhe aconte-

A afirmativa: Dá para citar exemplos?

Mattoso: Sim. Em 26 de novembro de 1861, Felipa Nery, uma "liberta" - ou seja, ex-escrava - abriu a caderne-ta no. 75 em nome de sua filha, Felismina, de apenas dois anos de

Escravos utilizaram a Caixa para guardar dinheiro

O primeiro depositante da CAIXA foi um professor e historiador gaúcho chamado Antônio Alvares Pereira Coruja, que em 04 de novembro de 1861, dia da inauguração da instituição, depositou dez mil reis. Doze dias depois, MARGARIDA LUIZA, escrava de Joaquim José Madeira, abriu a caderne-ta no. 59 da história da CAIXA. Ela encerrou três anos mais tarde, no dia 05 de janeiro de 1865, retirando 353.542 réis com os quais comprou a sua carta de alforria.

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, em entrevista à Afirmativa Plural fala sobre o início das atividades da Caixa Federal e do seu trabalho até hoje.

A afirmativa: Existem registros de que outros escravos utilizaram a CAIXA para guardar dinheiro...

Mattoso: Sim, existem, eram dinheiro proveniente de doações, legados e heranças, com a finalidade de buscar a sua liberdade. A possibilidade de acú-

çam, ou com o que por consentimento do Senhor, obtiverem de seu trabalho e economia....O escravo que, por meio de seu pecúlio, ou por liberalida-de de outrem, ou por contrato de prestação de futuros serviços, obtiver meios para indenização de seu valor, terá direito à alforria."

A afirmativa: A Caixa era uma espécie de cofre?

Mattoso: Nas palavras do Visconde de Rio Branco, a CAIXA seria "o cofre seguro das classes menos favorecidas". Até então, a população de menor renda dispunha somente de instituições que não ofereciam garan-tias aos depositantes e só concediam empréstimos cobrando juros exorbitantes. Pela credibilidade que logo conquistou, a CAIXA passou a atrair também os depósitos das demais classes sociais, dos comerciantes a profissionais liberais.

idade. Ao contrário da mãe, a meni-na continuava sendo propriedade de um certo Antonio Fernandes.

A afirmativa: O que representou este fato para a CEF, à época? E hoje, já que se passaram quase 117 anos da Abolição da Escravatura?

Mattoso: Todos os empregados da CAIXA têm muito orgulho da origem da instituição na qual trabalham. Como disse, o objetivo maior que levou à criação da CAIXA foi justamente o de fornecer à população de mais baixa renda, inclusive aquela que se encontra-va na condição de escravidão, uma ins-tituição segura e justa para a guarda de dinheiro e tomada de empréstimos.

Mesmo depois de 144 anos de história, a CAIXA continua fiel ao espírito de "cofre seguro das classes menos favore-cidas" que norteou a sua criação. A CAIXA atende diariamente milhões de brasileiros, mesmo aqueles que não são seus clientes. Afinal, é através dela que

esses milhões de brasileiros recebem os recursos dos programas de transferência de renda do governo federal, sacam os seus recursos do FGTS e recebem os pagamentos do PIS ou Seguro-Desemprego. Buscando cada vez mais ser um banco moderno, eficiente e pronto para atender a todas as necessidades de seus clientes, a CAIXA tem também desde 2003, desenvolvido o maior programa de inclusão bancária do Brasil. Por meio de uma conta simplificada, a CAIXA, nos últimos dois anos, possibilitou acesso bancário a mais de 3 milhões de pessoas.

Afirmativa: Como o Sr. como presidente desta instituição, analisa a situação atual da população afro-brasileira? Os negros hoje têm o que comemorar em termos de conquistas e de garantias de seus direitos individuais?

Mattoso: Ao longo de sua história, o Brasil formou uma sociedade marcada por enormes desigualdades econômicas e sociais. Convivemos no país com uma péssima distribuição pessoal de renda e da riqueza. Como demonstram diversas pesquisas, infelizmente as mazelas econômicas e sociais são ainda mais acentuadas na população afro-brasileira. Essa situação envergonha a todos os brasileiros. É importante reconhecer que a mudança será mais veloz quanto maior for a vontade e a mobilização da sociedade para fazê-la.

Felizmente, medidas tomadas nos últimos anos apontam que as políticas públicas brasileiras começaram a enfrentar com mais determinação o desafio de construir um Brasil mais justo e solidário. Dissemina-se no país

as ações afirmativas em prol de ampliar o número de alunos negros nas universidades públicas brasileiras e o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da



Igualdade Racial, que com status de ministério, visa combater as diversas formas de discriminação, promovendo a igualdade racial no país.

Afirmativa: A CEF desenvolve algum programa de inclusão voltado para os afro-brasileiros?

Mattoso: Sim, vários. Posso enumerar as seguintes ações:

- Inclusão da população de quilombolas no projeto desenvolvido pela CAIXA denominado Artesanato Brasil com Design, que tem por objetivo a valorização do artesanato brasileiro, promovendo o desenvolvimento auto-sustentável de pequenas comunidades, propiciando a melhoria da qualidade de vida local por meio da qualificação de mão-de-obra artesanal e geração de emprego e renda.

- Inclusão dos dados da população de quilombolas no Sistema de Informações Sócio-Econômicas (SIM-BRASIL) – disponibilizado a todos os administradores municipais e estaduais,

como alternativa de fonte de dados para o planejamento urbano e como instrumento de apoio ao desenvolvimento local e regional do país.

- A Ação Kalunga - reúne diversos órgãos do Governo Federal e prevê a implantação de 400 unidades habitacionais e melhoria de 800, instalação de 1.200 unidades sanitárias, rede de abastecimento de água potável e de energia elétrica (programa Luz para Todos), regularização fundiária, infra-estrutura da região e integração social, econômica, política e cultural dos afro-descendentes que habitam o Sítio Histórico e Cultural.

- A CAIXA participa do programa Brasil Quilombola, que coloca em prática o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. Esse direito foi estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Além destas em andamento, posso citar algumas já efetivadas. Por exemplo, a CAIXA promoveu, no dia 12/03/2005, em Teresina de Goiás, ação social de emissão de CPF gratuito e entrega de cartões do programa Bolsa Família a integrantes da maior comunidade quilombola do Brasil, composta por cerca de 6.000 descendentes de escravos com costumes e dialeto próprios, por meio de parceria entre o Projeto CAIXA Fome Zero e a Ag. Planaltina/GO. Utilizando sua capilaridade, atua na distribuição das Bolsas do Programa Bolsa Família, que por uma conjuntura histórica atende em sua maioria a população afro-brasileira.

No pódium das desigualdades



Uma baleia. Uma grande baleia encalhada. A m e t á f o r a , adaptada pelo professor da F u n d a ç ã o

Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Néri, é utilizada para ilustrar como se comporta o Brasil em termos de direitos sociais. Embora concordando que houve avanços durante estes 117 anos que nos separam do Regime Escravista, ele considera que estamos distantes da tão sonhada erradicação das desigualdades sociais e raciais, e de que muito ainda precisa ser feito em termos de políticas de valorização que permitam a inserção qualificada da população negra em nossa sociedade. "Economicamente, quando comparados aos tigres asiáticos, fomos classificados como um país baleia. Se isso vale para a economia, no campo social somos uma baleia encalhada", diz ele.

Lembrando que o Brasil foi o último do ocidente que aboliu a escravatura, Marcelo Néri diz que reside neste fato parte da nossa inércia. "Não é à toa que a desigualdade dure tanto tempo, que seja persistente", diz o professor. Em sua opinião, a libertação dos escravos foi tardia, assim como também foi tardio o reconhecimento de que algo precisaria ser feito para corrigir estas distorções consequentes deste processo de escravidão. A sociedade brasileira, segundo ele, além da retórica da democracia social, desenvolveu uma certa indiferença em relação à desigualdade. "Ouvimos muito das pessoas que o preconceito não existe, que somos todos iguais. Este discurso, altamente desmobilizador, faz parte deste processo de inércia. Da difi-

culdade que a sociedade tem de mudar as coisas", argumenta ele.

A diversidade, uma das principais características do Brasil, poderia ser uma virtude. Mas não é. Origem do mito da democracia racial, a nossa diversidade é, na opinião do economista, entoada por todos os cantos do País especialmente por opositores das ações

"Somos o País mais desigual do continente mais desigual do mundo."

retificadoras que possam recuperar um pouco a dignidade perdida de uma etnia que representa cerca de 46% da população brasileira. "O Brasil é o país da desigualdade. Está no podium da desigualdade social há muito tempo. Somos a nação mais desigual, do continente mais desigual do mundo, que é a América Latina", diz ele, acrescentando que acredita não ter sido à toa que fomos o último País do mundo ocidental a libertar os escravos.

Marcelo Néri pondera ainda que também não foi à toa que a Lei Áurea tenha sido apenas uma medida isolada, criada sem qualquer planejamento que pudesse evitar a situação de penúria a que foram expostos os então "beneficiados". "Eu até tenho me animado com pesquisas recentes. Você começa a ver que está diminuindo a desigualdade de renda de 2001 para cá. Talvez tenha alguma coisa em curso, mas não dá pra comemorar muito porque é um processo muito lento. E esta certa preguiça brasileira para as mudanças, é bastante cômoda às elites", argumenta o professor.

Apesar destes avanços apontados por Marcelo Néri em termos de redistribui-

ção de renda e também de uma maior inclusão dos negros no ensino superior, ele diz que tem se preocupado muito com o recente debate sobre as cotas nas universidades. "O que me preocupa é que você pode ter dúvidas sobre para onde você vai e como você vai. Agora,

"Não vamos conseguir traçar trajetos para a sociedade brasileira s e não tivermos muito claro onde estamos."

acho que a dúvida que tem surgido com relação às cotas é sobre onde estamos. Querer dizer e defender que existe uma posição igualitária entre os diferentes grupos raciais brasileiros é uma completa mentira, uma coisa que não é verdadeira. Não vamos conseguir traçar trajetos para a sociedade brasileira se não tivermos muito claro onde estamos. Isto deveria ser passível de dúvidas", argumenta ele.

O economista avalia ainda que o brasileiro tem uma tendência a não olhar para onde quer chegar e também não se preocupa muito em saber onde está. "Tudo isto faz parte desta retórica da democracia racial, que é uma maneira de desviar do assunto, de encobrir, de camuflar", diz. Certo de que é preciso corrigir distorções através de políticas públicas, Néri diz que a escolha deveria recair apenas sobre que tipo de política a ser feita, se mais ou menos estrutural, se assistencialista ou de redução das desigualdades etc. "E mesmo nas mais estruturais, temos um dilema que é legítimo e que eu acho importante fazer parte do debate. Penso que uma política social altamente focada, que dê prioridade aos mais pobres dos pobres, é uma política que terá um viés racial. A questão é se vamos contar apenas com isso, ou se será preciso turbinar esta política incluindo questões também voltadas para o tema racial", finaliza

Com a consciência de que é preciso fazer ainda muitas coisas para acabar com o preconceito no Brasil, o diretor executivo de Recursos Humanos do Itaú, Fernando Tadeu Perez, estima que apenas no médio ou longo prazo será possível alcançar o equilíbrio necessário para que possamos chegar à situação ideal, que todos esperamos, de pleno reconhecimento dos direitos da população afro-brasileira. “O Brasil se coloca como um País onde não existe preconceito racial. Mas, isso não é verdade”, diz ele.

À frente da diretoria de Recursos Humanos de um dos maiores conglomerados financeiros do País, Fernando Perez admite que há dois anos possuía uma visão completamente diferente das questões ligadas ao racismo. “Eu via a Princesa Isabel como uma heroína. Depois que conheci e comecei a desenvolver projetos com a Afrobras, fui despertado. Hoje, não só reconheço que existe racismo, mas também acredito que a Princesa foi muito mal assessorada à época”, analisa.

*“Há dois anos,
eu via a Princesa Isabel
como uma heroína.”*

No entender do diretor do Itaú, não podemos chegar ao extremo de dizer que a Lei Áurea não representou a liberdade dos negros em nosso País. Porém, ele admite que, da maneira como foi idealizada e colocada em prática, a libertação dos escravos acabou empurrando compulsoriamente a população negra para um caminho marginal. “Considero que a Abolição da Escravatura foi uma libertação perversa, porque os negros foram colocados na

despertar de um gigante

rua sem que contassem com nenhuma ajuda para sobreviver. As pessoas tinham que se virar para conseguir sustentar suas famílias e, muitos, acabaram encontrando a delinqüência como uma maneira de resolver esta situação”, acredita ele.

Fernando Perez reconhece que por conta do preconceito racial existente no País, os negros e seus descendentes têm tido muito menos oportunidades e acabam sendo privados das melhores posições no mercado de trabalho. “Em outros países é comum encontrar negros em todos os níveis da escala social e dos postos de trabalho. Precisamos lutar para que isso também faça parte da nossa realidade. O mito de que a contratação de um número pequeno de negros se dava em função da baixa escolaridade é fruto do passado. As pessoas precisam acordar para isto”, alertou.

Na opinião do diretor executivo da área de recursos humanos do Itaú, é urgente que as empresas despertem para o tema da diversidade e para o combate do pre-

conceito racial. E este despertar deve começar de dentro para fora. “As organizações têm que começar a disseminar este conceito dentro de suas próprias casas. Muitos, aqui no Banco Itaú, acham que não existe preconceito. Mas não adianta apenas termos a impressão de que o problema não existe e não fazer mais nada. É preciso desencadear um processo de contaminação positiva que deve iniciar nos postos de direção das empresas”, ensina.

Outra medida que, em sua opinião, deve fazer parte do dia-a-dia das organizações, diz ele, é o apoio a programas desenvolvidos por entidades do movimento negro, como a Afrobras.

*“Criamos um Comitê para
a Diversidade.
E não fizemos mais do
que a nossa obrigação.”*

“Com isto, podemos contribuir para ampliar as condições educacionais e de qualificação da população afro-descendente”. Por último, Fernando Perez diz que é preciso abrir as portas das empresas para os afro-brasileiros. “Não de maneira aleatória, mas através de programas de inclusão que respeitem as características e a história dos negros de nosso País.”



Não é novidade o fato inconteste de que o desenvolvimento brasileiro se deu de forma desigual, produzindo abissais desniveis regionais, de classe e entre as raças, fatores que se somam nas estatísticas para revelar um perfil de distribuição da renda dos mais perversos do planeta.

O que talvez seja novo, entretanto, é a vontade da sociedade de compreender

como isto aconteceu, para podemos evitar que se perpetue. No que se refere aos 80 milhões de brasileiros negro-descendentes – 45% da população, o que faz do Brasil o segundo maior país negro do mundo, atrás apenas da Nigéria – parece evidente que a raiz da desigualdade está em três séculos e meio de regime escravista. Nosso País - é bom nunca esquecermos disso - não foi apenas o último a abolir

ma contra

a escravidão. Foi também o maior importador de africanos escravizados: cerca de 40% do volume total raptado da África para o Novo Mundo aportou em terras brasileiras, dado que é suficiente para justificar o pedido de desculpas formulado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Casa dos Escravos, na ilha de Gorée, no Senegal, de onde saíam os navios negreiros.

Pedir desculpas é importante – como fez o papa João Paulo II em relação aos judeus – mas obviamente não é suficiente. O que deve ser feito nos

países com herança do escravismo colonial, de modo a reparar a dívida para com os afro-descendentes, são políticas públicas como as recomendadas em 2001 pela Conferência da ONU contra o racismo e a xenofobia, ocorrida em Durban, na África do Sul.

Essas políticas precisam ir além das "cotas para negros", como foram apelidadas entre nós as ações afirmativas, que igualmente não devem se restringir às iniciativas governamentais. Decerto que é papel do Estado agir com tolerância zero em atos de racis-

Nossa dívida para com os negros brasileiros não está associada apenas ao tempo em que seus ancestrais estavam sujeitos a 14 horas diárias de trabalho forçado. O resgate que se impõe não é mera compensação pelas atrocidades passadas. Deve ser também, e sobretudo, o reconhecimento da contribuição dada por esses brasileiros e seus descendentes para a formação da nacionalidade naquilo que ela tem de melhor.

A mobilidade social precisa ser a garantia de que essa contribuição continuará a extrapolar o futebol e o samba para se expressar cada vez mais na ciência, nas

artes e no mundo dos negócios. Convém não esquecermos que o mais belo e pungente poema do poeta negro Solano Trindade, "Tem gente com fome", não faz distinção de raça diante da iniquidade social. É por isso que a muralha humana que devemos erguer contra o preconceito requer a presença de negros e brancos, irmãos na luta comum para eliminar a pobreza, a miséria, o atraso e a ignorância.

Abram Szajman - Empresário, presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo e presidente do Conselho de Administração do Grupo VR.

muralha o racismo

mo explícito, como o praticado pelo jogador argentino Leandro Desábato contra o brasileiro Grafite.

Será preciso, porém, muito mais que rigor policial para mudar uma situação como a retratada em recente pesquisa, segundo a qual, no Brasil, um negro tem o dobro de possibilidade de ser assassinado do que um branco. Uma triste realidade que, aliás, dispensa pesquisas: basta olhar as fotos das vítimas dos massacres nas periferias de nossas grandes cidades. Só uma profunda mudança cultural pode alterar um estado de coisas que faz da cor da pele a diferença entre se estar vivo ou morto.



Não é segredo para ninguém que o brasileiro é um empreendedor nato. Pesquisa do Global Entrepreneurship (GEM) coloca o País na sétima posição do ranking mundial de empreendedorismo.

r i s m o .

Nós também ostentamos outro título de destaque mundial. De acordo com a Associação Brasileira do Alumínio (Abal), somos tetracampeões na reciclagem de latínhas de alumínio. Em 1994 foram reaproveitados 95,7% de todos os vasilhames colocados no mercado. Pesquisas e estatísticas, como já dizia o sábio economista Roberto Campos, "são como biquíni em corpo de vedete: mostra tudo menos o essencial". No caso do empreendedorismo, sabemos que, na prática, dependendo do estrato social, essa característica está ligada à sobrevivência imediata e serve apenas para confinar um contingente expressivo da população em subocupações como a venda de bugigangas nos faróis de trânsito, ou mesmo na areia da praia. Não ouso dizer que não há dignidade possível nessas atividades. O que questiono é a promoção de conceitos enviesados que servem para mascarar problemas e situações de dominação que perpetuam há mais de 500 anos nestes tristes trópicos.

No afã de curar a febre do paciente não quero quebrar o termômetro. Mas não se pode deixar de notar que pesquisas que colocam o Brasil atrás de países reconhecidamente atrasados como

Peru, Uganda, Equador e Jordânia – como no caso do levantamento da GEM – não deveriam ser festejados. Afinal, somos empreendedores ou despossuídos de direitos mínimos (como o trabalho, por exemplo!) ? Somos empreendedores ou muitos

no caso do alumínio a remuneração é maior, os "catadores profissionais" já enfrentam a concorrência de pessoas que estão inseridas no mercado formal e usam as latinhas como reforço de renda.

Empreendedorismo, de fato, não pros-

empreendedorismo: o desafio do século XXI

de nós sofremos um processo de exclusão social tão perverso que só nos resta parir mão-de-obra para disputar espaços nos sinais de trânsito e ajudar nos pequenos sítios onde se planta mandioca, feijão e outras culturas de subsistência?

Um olhar um pouco mais atento pelas avenidas da cidade nos mostra que igualmente o brasileiro não se tornou um campeão de reciclagem por conta do crescimento da consciência ecológica. Infelizmente. A latinha, o papelão, a garrafa PET viraram moedas paralelas disputadas avidamente por um contingente cada vez maior de pessoas. Como

pera sem educação e treinamento. Sem isto, não temos empreendedores, mas equilibristas e pessoas que vão se defendendo no dia a dia, vendendo o almoço para pagar o jantar. Felizmente, a comunidade negra, que é nosso principal foco nessas mal traçadas linhas, já percebeu isso. Melhor, tomou para si a responsabilidade e virou protagonista no equacionamento dessa questão. Experiências exitosas como o Círculo Olympio Marques, o Centro de Integração de Negócios (Integrare) e a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, mostram que estamos no caminho certo. Ao falarmos da Abolição dos Escravos, não podemos nos esquecer as sábias palavras da cantora e compositora D. Ivone Lara: "Negro sem emprego fica sem sossego!". Hoje às portas de mais um aniversário da libertação dos escravos, queremos mais que empregos. Queremos também a libertação cultural, social, espiritual e econômica. Em uma jornada difícil como essa não se pode prescindir do apoio de "negros de todas as cores". Todos são bem-vindos.



Rosenildo Gomes Ferreira - Jornalista da Revista IstoÉ Dinheiro."

Diretor de Comunicação Corporativa da Merck Sharp & Dohme – empresa sediada há 53 anos no Brasil – João Sanches confessa que prefere não pensar de forma segregacionista. Apesar disso, fala abertamente sobre o tema. Dono de uma visão muito clara e objetiva sobre os problemas que afetam o negro e os afro-brasileiros em nosso País, ele confessa que não há como ir contra as estatísticas que colocam o negro brasi-

leiro em franca desvantagem quando comparado a outros grupos raciais. “Os negros ganham menos, têm menos escolaridade, registram um número maior de mulheres

como chefes de família, um índice maior de dissolução de lares e condições mais precárias de saúde”, admite.

Se tivesse autonomia e poder suficientes para atacar este problema de

frente, diz ele, definiria como prioridade absoluta um maior investimento nas áreas de educação e saúde. “Estes dois fatores não são exclusivos de uma raça em especial. Mas concordo com o economista Jeffrey Saches, quando ele defende em seu livro Macroeconomia e Saúde, que a melhoria das condições em saúde e educação, e, portanto, o investimento nestes dois setores, é que leva ao desenvolvimento econômico. E não o contrário”, defende o diretor da Merck.

Mudanças nas regras
João Sanches explica que um maior

direcionamento dos investimentos para a educação e a saúde, além de permitir o cumprimento de direitos fundamentais, reduziria a utilização de práticas racistas invisíveis como os subterfúgios para evitar a contratação de afro-brasileiros usando como justificativas a baixa escolaridade ou o analfabetismo. “Isto é um desvio que tem que ser combatido. Neste sentido, defendo a ampliação dos investimentos em educação e digo sim às ações afirmativas que são medidas emergenciais utilizadas para a correção destas distorções”, considera.

O diretor da Merck diz ainda que é preciso que as empresas em geral estejam mais atentas a este tema e que alterem alguns procedimentos tradicionais como os utilizados, por exemplo, na contratação de recursos humanos. “É preciso mudar o olhar das empresas para este tema. Não é possível continuar com as mesmas técnicas de avaliação para a contratação de funcionários quando existem, claramente, condições desiguais no processo de competição entre grupos étnicos no mercado de tra-

ceito racial não acontece de maneira acintosa. Ele é disfarçado mas, nem por isso, menos perigoso. “As formas mais sutis de discriminação podem ter o mesmo resultado ou serem até piores às mais declaradas. As últimas são mais fáceis de detectar e de punir. As menos



visíveis, como as barreiras criadas no mercado de trabalho, ou até o descaso com as questões educacionais e de saúde da população como um todo, são mais complicadas”.

educação e saúde para o desenvolvimento

balho. Como muitos afro-descendentes ainda não têm condições de se preparar melhor, você não consegue trabalhar com a inclusão. O mercado de trabalho, sabemos, é ruim para todos, mas se continuarmos sem criar uma situação favorável à contratação de afro-descendentes, nunca conseguiremos solucionar este problema”, diz.

Preconceito sutíl
Na avaliação do diretor de Comunicação Corporativa da Merck Sharp & Dohme no Brasil, o precon-

João Sanches conclui lembrando que é favorável ao pluralismo. “Defendo ações afirmativas para todos aqueles que sofrem algum tipo de preconceito. Fico contente, por que, ultimamente, vemos que as entidades em defesa das minorias estão se organizando. “Precisamos cada vez mais colocar luz nestes pontos que ainda não estão claros para a sociedade”, defende ele. A Merck Sharp & Dohme é parceira da Afrobras e tem desenvolvido várias ações afirmativas para a inclusão de afro-brasileiros e também de pessoas que precisam de cuidados especiais.

próximo passo

É inegável que a população negra emergiu da Lei Áurea, há 117 anos, em condições de profunda desigualdade. Vítima do flagelo abominável da escravidão, excluída de todos os direitos civis, da educação formal e do respeito moral à sua cidadania, inseriu-se no quotidiano e no mercado de trabalho com nítida desvantagem em relação aos habitantes não privados da liberdade. De 13 de maio de 1888 até hoje, avanços importantes ocorreram, mas ainda há muito a ser feito no sentido de que a justiça social abrace todos os brasileiros, de forma que a sociedade seja menos estratificada e mais harmoniosa.

Felizmente, a conquista e consolidação da democracia garantiram a toda a população, direitos e deveres iguais e equânimes. Hoje, a liberdade de expressão e pensamento, de ideologia e voto, de ir e vir e de credo e culto, soma-se a uma legislação que condena de forma rígida o preconceito e a discriminação contra quaisquer cidadãos ou segmentos populacionais. O próximo passo é tornar esses direitos mais concretos na vida dos brasileiros. Tal desafio não é apenas do Estado, mas de toda a sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso que as escolas gratuitas, da Educação Infantil ao Ensino Médio, passando pelo Fundamental, sejam de extrema

qualidade, de forma que a oportunidade de aprender, saber e conhecer, no nível de exigência do mundo contemporâneo, deixe de ser um privilégio e se torne um direito universalizado. Este avanço, independentemente de outras medidas e reservas de vagas, seria de extrema eficácia para que as universidades públicas tivessem distribuição mais justa e equilibrada de suas matrículas.

Também é imprescindível melhorar a distribuição de renda. Para o sucesso desta meta, como tenho observado com muita ênfase, a melhor alternativa é a multiplicação de empregos e do empreendedorismo, com o estímulo à abertura de pequenas e microempresas. Não há meio mais eficiente e digno para a inclusão social do que o fruto do trabalho. O alicerce dessa conquista é o crescimento sustentado da economia — com menos impostos e juros menores, câm-

bio mais realista e maior oferta de crédito para financiamentos.

Outro requisito imprescindível é a sedimentação da mudança de cultura em curso no universo corporativo, ainda muito lenta e aquém das necessidades do País.

É preciso extinguir definitivamente as diferenças salariais

e de oportunidade entre homens, mulheres e distintas etnias. Cada vez mais, é necessário que os profissionais sejam avaliados e remunerados conforme sua capacidade técnico-profissional e seu grau de interesse e comprometimento com os resultados das empresas para as quais trabalham. Qualquer avaliação que desconsidere esses pontos, além de aética, é burra, pois prejudica a própria organização. Nossa democracia, 21 anos após a histórica eleição do presidente Tancredo Neves e 20 anos depois da posse do presidente José Sarney, atinge a maioridade. Assim, é chegada a hora de converter a liberdade política na definitiva redenção do País e de todas as etnias que constituem seu povo. Igualdade na escola, no trabalho, nas oportunidades, nos direitos e deveres são as bases dessa conquista e os requisitos para transformar em verdade o slogan oficial “Brasil, um país de todos”.

Paulo Skaf - presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP.



O país do de todos

O diretor de Recursos Humanos da Motorola Brasil, Eduardo Pellegrina, sonha com o dia em que as empresas não precisarão receber prêmios por seus trabalhos de responsabilidade social, por suas ações afirmativas, pelo cuidado que têm com o meio ambiente, pelo respeito à diversidade. Ele sonha com um País onde todas as empresas, conhecedoras do papel e da responsabilidade que têm, contribuam para a construção de uma sociedade melhor. Para ele, o Brasil já avançou muito na questão de preconceito racial. Apesar disso, Pellegrina diz que, passados 117 da Abolição da Escravatura, não podemos dizer que os negros vivem num estado de plena liberdade.

“Como é possível falar em liberdade se a maioria da população negra não tem o livre arbítrio de estudar o curso universitário de medicina que escolheu, ou mesmo de se dedicar à carreira de jogador de futebol?”, pergunta ele. Para que se atinja este patamar, diz, é preciso o engajamento de toda a sociedade.

“Enquanto nós não nos esforçarmos para transformar estes anseios em forma de ações concretas, as coisas não vão acontecer”, afirmou.



Responsável pela área de gerenciamento de pessoas de uma empresa que, no ano passado, recebeu o Prêmio Excelência Corporativa – concedido pela Secretaria de Estado Americano e criado para reconhecer as melhores práticas mundiais na área de cidadania corporativa entre todas as subsidiárias americanas espalhadas pelo mundo –

Pellegrina acredita que não há, no Brasil, um preconceito exacerbado. Em sua opinião, a discriminação surge em função de diversas razões, entre elas, a partir da falta de oportunidade que impede que todos tenham condições de participar no contexto geral da nossa sociedade como cidadãos, com acesso à educação e, consequentemente, maior possibilidade de competir no mercado de trabalho.

Materialização da lei

Na avaliação do presidente do Conselho de Administração do Unibanco e da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Gabriel Jorge Ferreira, não se pode negar que ainda existe preconceito racial no Brasil. Mas, para ele, na maioria dos casos, o preconceito é involuntário e surge como consequência da própria história do País. “Você sente que ainda existe o sentimento de discriminação. Mas não acredito que

Sonho nós

seja, em todos os momentos, um comportamento voluntário, e sim o resultado de uma situação criada ao longo dos anos sem que as pessoas reflitam sobre isto", considera. Apesar disto, ele lembra o contexto da escravidão e diz que o País, ainda hoje, está pagando um preço alto por isso. "Tenho lido muito sobre isso. A escravidão provocou um senso de revolta muito grande na população. Os negros foram arrancados injustamente, indignamente da sua terra por traficantes, e submetidos às péssimas condições daquele sistema. Depois, colocados em liberdade sem condições mínimas de sobrevivência. Tudo isso foi muito ruim para o País", avalia ele.

De lá para cá, analisa o presidente da CNF, quase nada foi feito para que a condição de independência dos negros fosse realmente efetivada. "Infelizmente, no século XX, vários governos se sucederam e muito pouco se fez", diz.



As empresas e o social
O diretor da Motorola acredita que este processo de materialização da Lei Áurea e, portanto, da liberdade do negro no País, tem que contar com a participação do poder público, da sociedade, bem como das organizações empresariais. "As empresas precisam entender que também representam a sociedade e que não estão mais dissociadas da população como em épocas passadas. Elas se tornaram um componente importante do todo e devem retribuir com ações

que possam refletir os anseios da população", defendeu, acrescentando que é oportuna a criação e desenvolvimento de programas que auxiliem no fomento à educação, à capacitação dos trabalhadores, isto é, iniciativas que possam reduzir as desigualdades sociais.

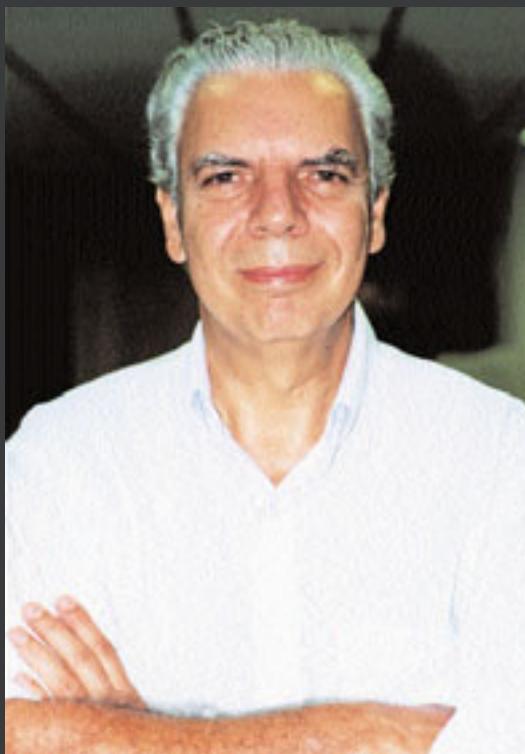
"Há muito o que ser feito", reconhece o presidente da CNF, Gabriel Jorge Ferreira. E, segundo ele, esta necessidade é claramente notada quando se compara, por exemplo, o Brasil aos Estados Unidos. "Até por questões de trabalho, eu viajei muito para os Estados Unidos. E lá, vemos que existe um equilíbrio muito maior entre negros e brancos. Seja nos espaços de lazer, em restaurantes, em teatros e shows, ou no ambiente de trabalho. Os atores americanos negros, por exemplo, estão entre os melhores do mundo", observa ele.

Uma grande mudança poderia começar, diz Gabriel Ferreira, através de um apoio maior das grandes empresas brasileiras a entidades e a iniciativas públicas que tenham como objetivo corrigir estas distorções causadas por questões raciais. "Precisamos criar oportunidade para que estes diferentes Brasis que coexistem em nosso País, tenham mais acesso à educação, mais condições de trabalho, de lazer e de crescimento pessoal", diz ele.

Como é possível ter liberdade sem condições econômicas e sem renda? As pessoas têm liberdade para quê? As condições econômicas são fundamentais. A opinião, do professor do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, Geraldo Gardenalli, Comendador da Afrobras, revela o quanto ainda estamos distantes de uma situação ideal. Segundo ele, independente de cores e credos, os brasileiros vivem em condições precárias como resultado de um modelo econômico calcado no excesso de mão-de-obra, baixos níveis de crescimento e, consequentemente, alto índice de desemprego.

“O nosso atraso é muito grande. O Brasil tem muita oferta de trabalhadores e, ao contrário de outros países cujo modelo econômico é baseado na escassez da mão-de-obra, temos um enorme contingente que, por isso, é muito pouco

valorizado”, considera. A escolha deste modelo que remonta aos tempos de escravidão e foi fortalecido com a assinatura da Lei Áurea, diz o professor, acabou contaminando toda a economia. “Nunca tivemos preocupação em



investir em programas de capacitação da mão-de-obra como em outros países onde os trabalhadores são mais valorizados”, lamentou.

Evolução social
De qualquer maneira, o professor Gardenalli diz que, do

ponto de vista legal de direitos individuais, grandes conquistas foram feitas nos últimos anos. “Principalmente com a última Constituição que estabeleceu regras contra a discriminação racial. A partir dela, novas normas passaram a constar na legislação do Brasil. Resta, agora, o trabalho de conscientização para conquistar ascensão sócio-econômica e educacional, além da consciência social de todos os brasileiros de que é preciso avançar muito mais”, disse. O consultor econômico Raul Veloso, concorda que é possível registrar mudanças positivas na condição dos afro-brasileiros, passados 117 anos da

Abolição da Escravatura. Apesar disso, considera que muito deixou de ser feito no passado e que o processo de transição ainda não acabou. "Muita coisa mudou com o passar do tempo. Mas a questão é que faltou preparação para fazer uma transição mais tranquila do sistema escravagista para outro onde se remunerava a mão-de-obra. O Estado deveria estar mais preparado para esta alteração. Houve uma completa mudança relativa dos meios de produção e este fato gerou uma grande confusão", argumenta.

Quando perguntado se o Brasil poderia hoje ser uma nação mais desenvolvida caso a Lei Áurea tivesse sido precedida de um planejamento, Raul Velloso também concorda. "Da noite para o dia uma massa de desempregados foi colocada na rua, com pouca qualificação e

sem nenhum apoio ou política que pudesse ajudar a reintegrá-los na sociedade. Foi traumático para toda a economia", considera. Ele acrescenta que muitos empreendedores – que obtinham sua rentabilidade com base no trabalho escravo – acabaram reduzindo ou até mesmo encerrando suas atividades porque não conseguiram manter seus negócios a partir da exigência de remuneração da mão-de-obra.

Favorável a política de cotas e a toda iniciativa que possa minimizar ou reduzir os problemas sociais que afetam o dia-a-dia dos afro-brasileiros em nosso País, Geraldo Gardenalli diz que o crescimento econômico é uma ferramenta fundamental no combate à desigualdade. Mas alerta que a evolução da sociedade e a conscientização das pessoas é que serão definitivas neste processo.



istribuição de renda é condição para a liberdade.

Trabalhadores sem qualificação, delinqüentes, pobres, inferiorizados. Esta é a imagem do afro-brasileiro que ainda persiste na mídia brasileira. Um comportamento que reproduz as relações sociais nas quais, concretamente, o negro é discriminado e prejudicado por fazer parte da parcela mais pobre da população, segundo Marcus Ianoni, Professor Doutor em Sociologia Política pela PUC/SP e professor da Unicentro Belas Artes.

cado. Não há uma preocupação com a utilização das ferramentas de comunicação como forma de preservar a cultura, as diferenças raciais ou regionais da nossa população”.

Possíveis transformações no setor, diz, têm, necessariamente, que ser precedidas de um debate envolvendo todos os representantes da sociedade e, principalmente, o movimento negro. “É preciso decidir, com convicção, se queremos que a comunicação continue

cer regras mais universais para este setor estratégico para a sociedade. “A mídia é um poder, pelo menos, em três sentidos: econômico, ideológico e também político. Ela influencia os rumos de um País e, numa sociedade democrática, deve responder aos anseios da população. Se o povo não participa da estruturação da comunicação social, que é um bem público, esta estrutura está capenga”, afirma ele.

Para Marcus Ianoni, a televisão digital

Comunicação, um privilégio de poucos

“Isto é muito ruim, fora de propósito. A mídia está reproduzindo a sua própria opção pelo poder econômico. Uma opção que reflete o que acontece no nosso País, que é racista, com um passado de escravidão que se prolonga até hoje através da predominância de grupos econômicos majoritariamente brancos, apesar de os negros representarem quase 50% da população”, considera Marcus Ianoni, que também é professor licenciado da Faculdade de Comunicação Cásper Líbero, em São Paulo.

Para ele, os problemas na mídia em nosso País, na verdade, não se restringem à representação estereotipada ou à ausência da população afro-descendente nos meios de comunicação. Ianoni lembra que a mídia transmite uma visão alheia à realidade brasileira como um todo. “As parcelas com poder aquisitivo mais alto da população, as chamadas elites, que têm o poder sobre os meios de comunicação no Brasil, procuram disseminar hábitos e costumes para a realização da economia de mer-

sendo um privilégio de poucos, dirigida ao mercado e se submetendo apenas a lógica do lucro, ou se queremos a mídia como um direito de muitos, voltada para a cidadania e centrada na lógica da democracia, da participação e do direito público”, analisa.

A mídia do século XXI

As recentes discussões em torno de uma legislação que atue sobre a comunicação como um todo, diz ele, são uma boa oportunidade para aumentar a participação de setores da população que, em geral, não se vêem refletidos na mídia. “É preciso unir forças, aglutinar, realizar um processo de composição entre o movimento negro e os representantes de alas mais progressistas da sociedade, para que, juntos, lutem pela democratização da comunicação”, defende ele.

Embora este movimento pela democratização da comunicação não seja novo e, para muitos, possa parecer utópico, o professor da Unicentro Belas Artes diz que, só a partir dele é possível estabele-



pode vir a ser o divisor de águas em toda esta discussão. E ele aconselha que o processo de regulamentação da nova tecnologia deve ser acompanhado de perto, pois ela se constitui numa ferramenta que permitirá a ampliação das possibilidades técnicas, tornando assim mais democrática a comunicação de massa. No Brasil, avisa, os debates que envolvem o padrão de televisão digital a ser adotado e demais decisões acerca da nova mídia, acontecem no âmbito do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal, que tem participação da sociedade civil. “A televisão digital é a TV do século XXI”, diz.

Responsável por um conglomerado editorial com 24 revistas, 14 marcas e 18 anos de mercado, a presidente da Editora Símbolo, Joana Woo, oito anos atrás, lançou a Revista Raça, uma publicação que muitos acreditavam que, em pouco tempo, iria fracassar. Única no País, ainda hoje, editada por um grande grupo e com o foco voltado para a população negra, a Revista fez jus ao nome escolhido. A Raça, apesar das críticas, se revelou um grande sucesso de vendas, de mídia e uma importante ferramenta de marketing político e social representativo de uma etnia que, até então, parecia invisível aos meios de comunicação de massa. “A nossa Revista avalizou uma realidade que já existia. Focamos o negro como consumidor num momento muito importante. Ele queria ser visto e precisava ser visto”. A trajetória bem sucedida da publicação, serve como incentivo para sua idealizadora que, este ano, prepara novidades para o público da Raça. Segundo Joana Woo, a publicação terá um site de relacionamento, espaço que ela espera que seja utilizado não apenas como entretenimento, mas, principalmente, para reflexões políticas e discussões que possam contribuir ainda mais para a reconquista da auto-estima e da participação dos negros em nossa sociedade.

Pela igualdade, de coração
Com a certeza de quem luta, com o coração, pela igualdade de direitos,

conquista da liberdade

Joana Woo

– que faz parte de uma minoria racial –, diz que a Liberdade tem que ser conquistada no dia-a-dia. “Não lancei a Revista Raça apenas por tino comercial. Mas por amor à raça negra. No dia do



lançamento da publicação, reuní a minha família e, juntos, nos emocionamos. Sei muito bem o que é o preconceito. Sou mulher e oriental. E tenho o

maior orgulho disso”, revela ela.

Para a presidente da Editora Símbolo, o lançamento da Revista foi um acontecimento político que contribuiu para detonar um processo de contaminação em outras mídias. De lá para cá, considera, o País começou a ver a imagem do negro com maior freqüência na mídia eletrônica e na impressa, não apenas em reportagens como também em campanhas publicitárias. “O negro, no período anterior ao lançamento da Revista, era praticamente assunto proibido. No ano

em que colocamos a Raça no mercado, a TV Globo, um pouco antes do lançamento, exibiu uma novela com uma família negra de classe média, fato também inédito. A revista veio num momento seguinte. Hoje, a coisa mudou. Podemos ver que o mercado está acordando para o fato de que os negros precisam ser representados. E que têm força quando se fala em mercado consumidor”.

Joana Woo acredita que a Liberdade, na verdade, está dentro de cada um de nós. E que a sua conquista tem que ser feita no dia-a-dia. Apesar disso, ela diz que nunca seremos completamente livres. “Ninguém consegue atingir um estado de plena liberdade. Até porque, um ser humano totalmente livre é extremamente perigoso. Acredito que o que mais precisamos neste momento, é de conquistar a igualdade de direitos”, avalia ela.



Quase 60 anos de carreira fazem de Ruth de Souza uma dama da nossa dramaturgia.

Caminhando sobre nosso tapete vermelho, Ruth fala sobre carreira e negritude, sempre com um tema em comum: A liberdade

Afirmativa - Na sua opinião quais os motivos que temos para celebrar a assinatura da Lei Áurea?

Ruth de Souza - Eu nunca penso nas datas, nem 13 de Maio, nem 20 de Novembro. Nós negros brasileiros somos cidadãos como outro qualquer, branco, azul, cor-de-rosa, então eu acho que a gente em 2005 ainda estar pesquisando se existe preconceito, se o negro pode entrar na faculdade, se não pode. É uma vergonha, num Brasil mestiço, termos esse problema. É uma

Andando sobre o tapete vermelho

limitação no meio de trabalho, pois outro dia esteve em um talk show, na Petrobrás, então perguntei: onde está a mulher negra no mercado de trabalho? Comecei a perguntar: ande pela rua e veja nas lojas, nos supermercados, nas bilheterias, nos restaurantes, não tem. A mulher negra é sempre invisível. Como atriz freqüento lugares... sou sempre a única negra nos coquetéis, nas exibições de filmes, vernissage, no teatro ao municipal, numa orquestra.... É difícil dizer se melhorou ou piorou. Não entendo porque, ainda, existe essa limitação: a mulher negra em segundo plano, subemprego, subsalários, sempre colocada em lugar nenhum. Isso me deixa muito brava.

Afirmativa - A gente sabe que muitas

coisas foram deixadas para trás quando a Lei Áurea foi assinada. Você acha que o povo negro obteve esse resgate?

Ruth de Souza - Acho que não, se vê nos abrigos. Moro em frente ao Romão Duarte, só tem criancinhas negras, você vê menino de rua, só têm negros; não vejo muita conquista. Se um ou outro se salva, assim como eu falei lá na Petrobrás, onde estão as mulheres negras? "Não tem uma senhora, com um cargo...". Em todo lugar percebo que eu estou sozinha.. Não temos que pensar no passado, mas sim no que fazer e, a base de tudo, é a Educação. Tendo educação, tem uma base de trabalho, uma visão melhor da vida, um planejamento familiar, um cuidado com os filhos, conhecimento para defender seu trabalho, seu ganha pão.

Afirmativa - E no meio artístico, como você vê essa liberdade?

Ruth de Souza - Também está devagar: tem apenas duas ou três pessoas realizando coisas sérias, como o Joelzito Araújo que fez documentários, conquistou prêmios, e fez também "As filhas do vento", um filme que já ganhou nove prêmios. Tem o Antonio Pillar, pessoa muito caprichosa, no teatro abrindo campo de emprego para outros, isso eu o admiro. Ele também produz o programa A cor da cultura, na TV Futura, mostrando muita coisa interessante. Mas somos poucos e é muito difícil, temos que ter mais pessoas realizando coisas e sendo mostradas essas realizações. Tem gente trabalhando que eu não conheço, mas que também ninguém sabe. Temos que mostrar o que estão fazendo para estimular os jovens, os meninos. Nós não estamos sozinhos, tem negro realizando coisas, ganhando dinheiro, bem educados, que estão na faculdade; enfim mostrar para todo mundo, o que está acontecendo de positivo, o negativo a gente tem que esquecer.

Afirmativa - Quais iniciativas ressaltaria como pontos positivos?

Ruth de Souza - Se tivesse a receita, não estaria tentando fazer. A única coisa que eu tentei fazer na minha vida foi através de meu trabalho, como atriz: ser a melhor e assim dar dignidade à imagem da mulher negra na televisão, no cinema e no teatro. É o que posso fazer e é o meu ganha pão. Entretanto, considero como solução a educação, temos que começar de baixo, pelo ABC.

Afirmativa - Como mulher negra em seu trabalho faz de você uma agente libertadora?

Ruth de Souza - Quem me dera ter esse poder. Eu tento mostrar através do meu trabalho o melhor, mas é difícil, porque a mulher negra tem que ter uma certa dignidade desde o vestido, do cabelo, da maquiagem, do comportamento,



tem que cuidar de muita coisa para poder ser respeitada, porque senão fica aquela eterna mulata bonita do rebolado, a mulher gorda, a Mami de "E o vento levou" e repete, repete: o menino carente de rua, o negro bonito é o segurança, o feio é bandido. A gente fica sempre na mesma, a imagem muda muito pouco.

Afirmativa - Hoje o espaço está mais aberto para o ator negro ou era melhor na época do TEN (Teatro Experimental do Negro) ou do Arena?

Ruth de Souza - Eu fui a primeira atriz negra do Brasil, eu era sozinha num momento difícil, mas tive sorte de fazer a minha carreira e viver dela. Depois vieram outras poucas atrizes: Chica Xavier, Lea Garcia, Zezé Mota e nós estamos nos revezando sempre. Agora estão aparecendo mais jovens atrizes, mas que eu não sei... o campo de trabalho é pouco, é muito limitado para o ator negro. Se nós mesmos não fizermos as nossas produções, os nossos filmes, os nossos programas de televisão, ninguém vai fazer um grande programa de televisão para uma mulher negra. A Taís Araújo fez uma novela e fizeram aquele barulho todo "a primeira mulher negra protagonista", eu fui há muitos anos com "A cabana do Pai Thomas", onde contracenava como Sérgio Cardoso e era o primeiro papel, mas ninguém fazia esse barulho, ninguém viu, ninguém lembra e hoje a Taís fez duas novelas como principal e não vai ser sempre. Ela conquistou uma parte e a carreira é muito longa, ainda é muito jovem, tem muito chão pela frente.

Afirmativa - Ainda tem muito para batalhar?

Ruth de Souza - Muito, eu sou contratada da Rede Globo há 39 anos, tenho 60 anos de carreira e lá eu sou a que ganho menos, meus papéis são limitados, eu tenho que lutar para que me dêem um bom papel, dentro de uma firma que me respeita, uma firma que gosta do meu trabalho. É muito difícil você estar lutando constantemente.

Afirmativa - No dia 13 de maio comemora-se os 117 anos da assinatura da Lei Áurea. Faça um balanço do que foi conquistado pela raça.

Milton Gonçalves - Quando vamos ficando mais velho, entendemos que os interesses econômicos e políticos são muitos mais fortes do que a emoção do nosso coração. Existe, por exemplo, a versão de que a abolição foi realizada porque o mundo estava entrando na era da máquina a vapor,

Militante na luta contra a discriminação, Milton Gonçalves considera-se um negro que luta pela raça. "Para garantir a liberdade, cada negro tem que ser um agente libertador de si próprio."

evidentemente, não interessava mais o trabalho escravo, diziam que a indústria a vapor precisava de clientes para vender tecidos. No caso, era necessário fazer a abolição nas Américas e o Brasil foi o último país a libertar os seus escravos. Então, na minha modesta avaliação, meu tataravô estava lá e foi libertado porque ele estava velho e somado ao processo anterior e a frota inglesa nas costas do Brasil, a Princesa Isabel teve que resolver a questão.

Afirmativa - Quando o negro brasileiro obteve liberdade real?

Milton Gonçalves - Eu acho que ela não existiu, porque liberdade real é você ter poder aquisitivo, posse da terra, crédito, ter semente, meios e modos e caminhos para prosseguir a sua vida e isso tudo o segmento negro não teve. Lutou com muita dificuldade e cento e poucos anos é pouco tempo para você mudar a história, num sentido simbólico, ainda estamos meio perdidos, no meio da estrada, procurando nos encontrar. Agora, estou convencido de que ninguém vai dar liberdade para os negros, ninguém vai dar status econômico para a gente, ninguém vai lutar pelos nossos direitos se nós não lutarmos, não nos organizarmos politica-

uso, um desejo de aprender, de se informar, se municiar culturalmente para poder levar avante os seus pleitos. Eu aprendi isso com meu filho mais velho e é isso que eu penso que a gente precisa fazer: trazer o piano para a nossa sala, não adianta ficar achando que vamos dar um salto qualitativo. Precisamos começar do começo, ordenar os nossos projetos, nos organizar socialmente, economicamente, culturalmente. Precisa conhecer mais a história do País em todos os sentidos, a história do Brasil negro, branco, amarelo, vermelho para que possamos mensurar a maneira de progredir em conjunto com os outros segmentos étnicos.

m estímulo para a nossa luta de cada dia

mente, não sozinhos, porque eu não acredito que nós negros vamos conseguir tudo sozinhos. Mas, se uma parte da sociedade ligada aos brancos, amarelos, vermelhos tiver interesse que o País dê um passo à frente, nós todos (juntos) podemos ir em direção ao futuro. Entretanto, não vai ser de graça, a gente vai ter que se desgastar muito. O meu filho mais velho trouxe-me uma imagem simbólica: grande parte das famílias burguesas cresceu com o piano na sala, o piano não é o piano físico, é uma biblioteca, é um livro, é um gosto, um

Afirmativa - Existe dentro do movimento negro uma divergência entre o 13 de Maio e o 20 de Novembro. Na sua opinião, o 13 de Maio é uma data que deve ser exaltada ou não?

Milton Gonçalves - Todo o dia é dia de comemorar. Como dizia Candeia que a princesa, a mulher dele não fosse rainha só no carnaval. Eu acho que do dia 1º de janeiro a 31 de dezembro nos precisamos eternamente estar de olhos abertos, não deixar passar nada; vigiar para que a nossa auto-estima não diminua. Todos os dias são de comemoração por-

quê a gente vive no dia-a-dia e, a cada momento é uma batalha vencida. Cada um na sua profissão, cada um no setor onde opera. Estou certo de que o operário mata um leão por dia para sobreviver. Então, temos que comemorar cada passo a ser dado. Precisamos ser mais estratégicos: não quero matar ninguém, nem branco nem vermelho; quero que meu País viva, comemorar as datas cívicas de todos os cidadãos brasileiros, sendo mais uma o 13 de Maio e o 20 de Novembro.

Afirmativa - Especificamente sob a sua participação no filme "Luar sobre Parador", você acredita que seu trabalho como ator, na TV ou no cinema, é também uma maneira de celebrar essa negritude?

Milton Gonçalves - Já falei sobre isso, mas vou repetir: acredito plamente que todo cidadão deve fazer de sua profissão um estímulo, inclusive, para os outros. Desde a infância sou um bocado místico, resultando desse sincretismo religioso brasileiro. Quando menino, um dia acordei e pensei: "eu tenho que fazer alguma coisa. Vou ser ator, lutar muito para me firmar como ator. Engoli muito sapo. Hoje dirijo, atuo e atuei muito politicamente, participando de campanhas fundamentais para o País. Fui âncora do presidencialismo, estive nas "Diretas Já" como um dos apresentadores; andei pelo Brasil inteiro, tudo isso municiado por um sentimento ainda da adolescência: minha profissão de ator deveria servir de exemplo para aquele menino que está lá na favela, para quando ele me assistir na tv, mesmo que seja um aparelho em preto

e branco, possa falar: "aquele sujeito chegou lá e trabalha com dignidade, na medida do possível, usa sua profissão para melhorar não só a minha condição particular, eu também sou capaz de fazer isso". O que me leva avante é pensar que muitas vezes sapos que engoli foram um ato. Ultrapassei um momento ruim e tive vitória, porque servi de exemplo para algumas pessoas. Foi difícil? Claro que sim, mas



não deixo abalar a minha auto-estima, aprendi a responder de maneira diversa às agressões. Sem nenhuma soberba ou intenção de ser mais do que os outros, me considero um exemplo de que é possível perseverar.

Afirmativa - Na sua opinião, cada um de nós afro-brasileiros é um agente libertador?

Milton Gonçalves - Exatamente, eu sou um negro. Às vezes, as pessoas ficam chateadas comigo, mas eu não sou de nenhum movimento negro, eu

sou um negro em movimento e como tal eu quero andar. Não quero ser agente passivo da minha sociedade, mas agente ativo. A grande maioria dos meus irmãos desconhece que são agentes passivos da história. Precisamos interferir, tem que ir lá dizer dos seus deveres, mas também dizer dos deveres da nação para com ele e também dos seus direitos. Todos nós afro-descendentes deveríamos fazer um esforço de

ler a Constituição Brasileira, exercer e praticar o que está escrito. Pode não ser a melhor Constituição, mas ela é a Carta Magna do país e é quem rege nossos destinos e a gente tem que conhecer. Aos meus irmãos afro-descendentes, aqueles que sabem muito mais do que eu, mostrem-se porque eu quero segui-los. Aqueles que sabem um pouco, prestem atenção: deixem de ser agente passivo, a lei "o pau que dá em Chico, dá em Francisco". A lei existe para proteger todo o cidadão, portanto, não se deixe enrolar, seja um cidadão ativo, proteste quando você for machucado e, mais do que isso, há muitos anos que eu falo o seguinte: não consuma produtos de quem não te leva em conta como consumidor, se o produto X não faz comercial para você não consuma esse produto, porque o único órgão que dói no Ser Humano é o bolso, quando dói no bolso eles ficam danados da vida. Quando ofendido ou machucado injustamente tem que chamar o primo, o tio, o avô, o amigo da rua para protestar, mas protestar de maneira objetiva, não dê chance para que a violência seja maior na repressão.

Afirmativa - O que você considera que foi realmente conquistado com a assinatura da Lei Áurea?

MV Bill - A Lei Áurea no papel não significou muita coisa, acho que liberdade seria se além da quebra das correntes, dos grilhões, houvesse também uma divisão de terras, uma partilha das fazendas, do tesouro. E essa é uma busca que parece que vai se perpetuar, isso se não fosse os esforços de várias pessoas, famosas e anônimas que lutaram no Brasil inteiro para que esse quadro fosse revertido. Então há um progresso longe do ideal, mas que foi conquistado pelos próprios negros, não por Lei Áurea, não pela assinatura da Princesa Isabel, não por conta da data. A data mesmo, 13 de Maio, não deve ser comemorada, porque nossa liberdade tem que ser conquistada todos os dias. Eu não sei direito o tamanho da nossa liberdade hoje, se é pouca ou se é muita, mas eu sei que ela só se deve a nós mesmos e isso acaba mostrando para mim e para todo mundo, que quanto mais a gente fizer por nós mesmos, quanto mais a gente brigar por nós, independente do que os outros façam, as portas vão se abrir e os méritos vão continuar sendo dados a quem merece: Nós mesmos.

Afirmativa - Como está esse trabalho de busca pela liberdade no país?

MV Bill - Eu acho que existem vários grupos no Brasil que estão procurando

fazer isso de forma pacifista. Um conjunto de coisas na realidade. É liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, respeito aos nossos direitos, porque às vezes as pessoas só nos dizem quais são os nossos deveres. Mas acima de tudo, o que

conquista e a luta pela liberdade estão só no início ainda.

Afirmativa - Um livro seu está sendo lançado agora, sobre o que se trata?

Auto-denominado o Mensageiro da Verdade, o rapper MV Bill fala sobre as conquistas da comunidade negra e sobre suas lutas pessoais

precisa-
mos é de poder, porque as outras coisas são mais fáceis de serem divididas, mas o poder ninguém quer dividir. Então, quando você luta pelo poder, luta também para poder sentar à mesa que decide as coisas. Neste momento queremos conquistar coisas grandes e tem muita gente que não quer, que acha que está errado e que já conquistamos bastante, mas eu não acho isso. Acho que o movimento de

MV Bill - O nome do livro é Cabeça de Porco, ele foi escrito a seis mãos, por mim, pelo Celso Athaide, meu empresário, e pelo Luiz Eduardo Soares, um antropólogo. No livro, traçamos um grande paralelo do Brasil mostrando experiências pessoais de cada um e algumas em conjunto, coisas que enxergamos de injustiça no País e jovens, homens e mulheres, meninos e meninas, sendo que 95% destes são afro-descendentes, que vivem em con-

flito com a lei. Falamos de discriminação, do preconceito, da segregação racial que existe no Brasil, da invisibilidade exercida pela sociedade sobre os jovens das favelas, falta de oportunidade para esses jovens, mas, sobretudo, falamos da vida que está tão desvalorizada, de sonhos, do futuro, de planos. É um livro não sobre o tráfico de drogas, não é sobre o crime, é um livro onde tentamos humanizar aquele ser humano que é tratado e visto como lixo.

espírito que escreveram para gente, buscar novas alternativas. Por isso fico feliz com a criação de uma Universidade como a Zumbi, pois é a criação de novas alternativas que mostra que existem outros caminhos e que os pretos não precisam ficar fadados a ter ascensão social através do esporte, da música ou do tráfico de drogas. Eu, particularmente, senti minha liberdade afetada, quando tive meu clipe "Soldado do Morro" proibido e fui investigado, também quando um policial me pegou na

porta da Cidade de Deus e colocou uma arma nas minhas costas. Situações como essas me fazem questionar minha liberdade de expressão, de criação e de ir e vir, mas por outro lado quando eu penso na possibilidade de estar falando com uma revista como a Afirmativa, que eu já li e que é um troço muito maneiro, ou quando subo em um palco e vejo 20 mil jovens parados, escutando o que eu estou falando, percebo que essa é uma liberdade que não foi doada, que foi conquistada e que dá um outro sentido para a palavra.

mensagem da liberdade

Afirmativa - Vocês têm sofrido algum tipo de empecilho ou represália por estar resgatando alguns jovens do crime?

MV Bill - Eu não acho correto dizer que o nosso trabalho é para resgatar o jovem do crime, não é esse meu trabalho, muito menos o do hip hop. Temos o intuito de dar oportunidade a quem não tem e de testar a capacidade das pessoas, de mostrar que elas são capazes de fazer as coisas também e de quebrar essas coisas que parecem já pré-destinadas para gente, sair um pouco desse



Desde o início da carreira a banda Cidade Negra faz da conscientização e da luta contra a discriminação temas constantes de suas letras. Criado na bai-

forçada da África para o Brasil," declara Da Gama.

A relatividade da suposta liberdade dada ao negro brasileiro é especificada

Reggae e Conscientização na trilha do Cidade Negra

xada fluminense, o grupo foi um dos primeiros a trazer o ritmo jamaicano para o Brasil, ainda em 1990.

Segundo seus integrantes, o segredo para uma carreira de sucesso é a união pelo mesmo ideal. "O que a gente tem em comum é a capacidade de escrever sobre superação e pensar na possibilidade de melhorar e conseguir sobreviver com igualdade total".

A chegada do mês de maio e do aniversário da Abolição trazem à tona questões muitas vezes esquecidas. Para o vocalista da banda, Toni Garrido, as conquistas alcançadas pela população afro no Brasil não estão nas datas, mas sim em atitudes tomadas em favor dos negros brasileiros. "Hoje o mais importante é celebrar que o governo facilita a entrada dos negros nas universidades, na televisão ou a questão das cotas". Segundo Garrido, essas ações também devem ser vistas como datas abolicionistas. Para o cantor as datas oficiais servem como ponto de reflexão "Nessas ocasiões, a gente pode se unir e refletir sobre o que é ou não liberdade", afirma o vocalista.

Já o guitarrista Da Gama, acredita que é preciso despertar a consciência de que nós construímos esse País, através de frutos artísticos e culturais, pois tudo gira em torno da arte e da cultura. "As pessoas têm que se posicionar cada vez mais diante da riqueza intelectual por nós construída, através da imigração

Uma das precursoras do ritmo no Brasil, a banda Cidade Negra tem lutado há mais de uma década pela igualdade racial, através das mensagens em suas letras.



quando o grupo fala de algumas realidades da população do País. "Quando eu paro para ver que nas cadeias do Brasil 90% da população é negra; e que nos bairros elitistas, como a zona sul do Rio de Janeiro, apenas 1% das pessoas é negra, eu começo a achar que ainda estamos na época da escravidão", declara Garrido. Já para Da Gama, após a Abolição só restaram aos negros brasileiros o submundo e a luta da comunidade contra a própria comunidade. "Nada mais é do que uma consequência do sistema de escravidão no País".

Mas qual seria a base para uma mudança na mentalidade não só da população afro descendente, mas das pessoas em geral? Segundo o Cidade Negra, a principal mudança vem da educação. "O acesso ao ensino fundamental de qualidade e essa mudança no currículo dos livros que o MEC vem propondo são essenciais", afirmam os músicos.

Para Da Gama a luta contra as ações afirmativas acontece, pois a cada conquista da população negra, passa-se a brigar de igual para igual, "quando se luta como igual, não há questão de cor ou de pele o que conta é a perspicácia, a capacidade de cada um." Segundo o músico, esse preparo muda a visão e o espírito porque os negros bem preparados serão profissionais atuantes.

Mas para Toni Garrido, o acesso à educação ainda não é o principal item a conquistar. Mais do que isso, Garrido valoriza uma mudança na mentalidade do brasileiro. "O Brasil tem que deixar de ver o problema do racismo como uma questão social, tem que parar com essa hipocrisia, o País é racista como todas as sociedades forjadas em cima da escravidão". Outro fator importante segundo o grupo é o papel da mídia na formação da consciência cidadã. "Queira ou não, a mídia tem um papel muito forte na opinião das pessoas, é só observar o exemplo das grandes campanhas, a propaganda existe e a gente tem que a utilizar com relação ao racismo," declara Da Gama.

Quanto ao papel desempenhado pelo grupo junto à sociedade eles acreditam que é importante mostrar que estão aprendendo e que querem melhorar. E consideram que muito mais do que isso, o papel do grupo é ser agente pacificador.

Representando a cultura popular no conselho da Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Leci Brandão começa um novo capítulo em uma história de protesto e levanta, mais uma vez, a bandeira da luta pela liberdade

Afirmativa

- No dia 13 de Maio comemora-se os 117 anos da assinatura da Lei Áurea. Faça um balanço do que foi conquistado pela raça.

Leci Brandão - Primeiro, eu não gosto muito do verbo comemorar, eu não tenho muita animação com a questão do 13 de Maio. Nós que somos da raça negra batalhamos por tantas questões e continuamos batalhando. Não sei se todos sabem que 2005 é o ano da igualdade racial, temos ainda o estatuto da Igualdade Racial para ser aprovado no Congresso. Estive em Brasília para uma série de encontros, trabalhamos muito em função dessa aprovação. O estatuto, se aprovado, será para reparar todas essas coisas, todos os séculos que ainda se vive com inferioridade. O fundo o estatuto ficaria parecendo a lei Áurea. E o que é que foi a lei Áurea? Libertaram os escravos e os deixaram sem eira nem beira. Tal assinatura é uma coisa muito complicada. Então, nos reportamos a 20 de Novembro, mês da Consciência Negra: Zumbi dos Palmares é outra

coisa. O 13 de maio é uma data que usamos para questionar: até que ponto os negros foram realmente beneficiados por essa assinatura?

Afirmativa - Você considera real a liberdade pela

Leci Brandão - Com certeza. Isso eu falo muito nas minhas entrevistas: comigo as coisas são mais tranqüilas pelo fato de eu ser uma pessoa pública. Mas, não é o fato das coisas serem mais tranqüilas para mim que vão fazer que eu evite falar do confronto, do problema.

Conscientização como bandeira

qual o negro teve de lutar nesses 117 anos?

Leci Brandão - Eu não consigo ainda ver essa liberdade. Quando você vê que são os negros que estão nas cadeias, que morrem, que são analfabetos, que estão desempregados... Essa é uma pesquisa comprovada de que nossa liberdade ainda é precária.

Afirmativa - Então, quais são as reais conquistas para você?

Leci Brandão - Por exemplo, as reais conquistas são as instituições, organizações e associações que foram criadas, dentro do movimento negro, do movimento de mulheres, ONGS que têm contribuído para ensinar, socializar e educar a negritude. Neste ano, teremos o ensino da disciplina a História da África nas escolas públicas. A nossa história foi contada de forma caricata, agora a História da África e dos afro-descendentes vai ser matéria obrigatória.

Afirmativa - Você acha que por ser artista você sofreu menos na pele a questão de ser mulher negra?



Afirmativa - Você acha que hoje é mais fácil se assumir como negro?

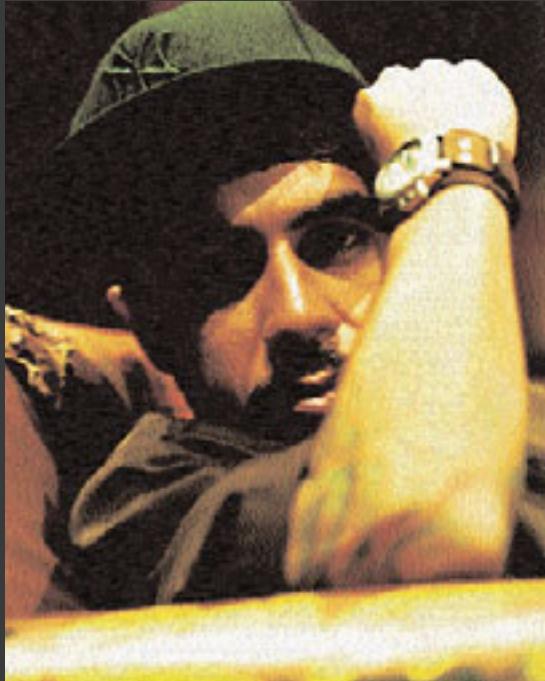
Leci Brandão - Essa questão da facilidade eu não sei dizer. O negro ainda precisa ocupar mais a mídia, tem pouca gente na mídia, principalmente, aqueles que se propõem a fazer um trabalho mais consciente e político. Para quem faz o jogo da mídia, do sucesso, das gravadoras, as coisas ficam bem mais fáceis, mas é mais difícil para quem é contra e vai numa linha de mais seriedade, de mais posicionamento social.

A liberdade está em cada um

Às vésperas de lançar seu segundo CD solo, Marcelo D2 reafirma seu envolvimento com a cultura Hip Hop e garante que o melhor caminho para liberdade é a realização pessoal de cada indivíduo.

Um pré-adolescente passa a se envolver com uma turma barra pesada ao se deparar com a separação dos pais. Sexo, álcool, drogas e rock'n roll fazem parte do cenário de sua nova vida. Enredo de filme? Não, essa é uma história verídica que pode ser comprovada por qualquer busca na Internet quando se procura pelo nome de Marcelo D2. Nascido Marcelo Maldonado Gomes Peixoto, D2 ficou conhecido por suas letras polêmicas cantadas desde 1995 com o grupo Planet Hemp.

Quando o assunto é liberdade, D2 sabe bem o que está falando. Por diversas vezes teve sua liberdade de expressão questionada pela justiça que sempre procurava censurar suas letras, alegando apologia ao uso da maconha. Também foi questionado quando colocou o filho



adolescente em suas apresentações musicais e quando seus shows foram proibidos para menores de 18 anos no Rio de Janeiro. Por isso, falar de liberdade para o cantor é um tema simples como outro qualquer.

Segundo Marcelo, nenhum papel assinado pode garantir ao ser humano se ele está livre ou não. "O negro brasileiro só é livre quando acredita nessa liberdade, por que dessa maneira você se liberta". Afirma ainda que todos sabem que a história que aprendemos na escola não é real e, em seu ponto de vista, a liberdade real vem através da realização pessoal de cada um.

Depois de 10 anos de carreira e lançando seu segundo disco solo, D2 deixa a polêmica de lado e passa a investir na pluralidade do Hip Hop. Para o cantor esse é um amadurecimento natural, já

que em 10 anos nenhum ser humano deve ficar sem evoluir: "eu não quero ser um cara que só fala de um assunto,

acho que eu tenho mais para oferecer, hoje sei que o mundo é muito maior do que o Andaraí onde eu nasci", afirma Marcelo.

E, ao seguir rumo a evolução, Marcelo consegue fazer de seu trabalho algo único. Ao mesmo tempo em que canta para as comunidades cariocas, faz show fechado na Boutique Daslu. Na mesma apresentação que canta com o filho adolescente, consegue cantar com nomes do Hip Hop. americano. Consciente da liberdade que tem para trabalhar, Marcelo sabe que essa pluralidade o diferencia de outros militantes da cultura Hip Hop.. "Essa coisa de ter passado o muro da cultura Hip Hop foi essencial. Esse é o meu trabalho: levar a cultura pro mundo inteiro não só pra quem gosta de rap"

Tal objetivo de levar a música para outros países está sempre em andamento. Os shows do CD "A procura da Batida Perfeita" já percorreram os Estados Unidos, França e Portugal. Segundo D2, em cada lugar a imagem musical do Brasil tem sido mudada e está sendo respeitada. "o rap nacional peca ainda na produção, existem bons músicos e letristas, mas o nível está subindo. Estão surgindo bons produtores no Brasil inteiro."

Compreender a complexidade da inserção e promoção do negro no mercado de trabalho brasileiro é tarefa delicada e impossível de ser realizada se não se levar em conta aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais que os afro-brasileiros vêm desempenhando ao longo de toda a história deste País. Sob o ponto de vista histórico, é necessário lembrar que dos 504 anos do Brasil, quase 400 foram construídos basicamente pela mão-de-obra escrava. Ou seja, para cada cinco anos de existência, quatro se deve à mão-de-obra negra, uma vez

social e no aprimoramento do racismo cordial tupiniquim.

Economicamente, a engenharia desenhada pelos detentores do poder neste País criou um enorme abismo entre brancos e negros, ricos e pobres, patrões e empregados (atualmente patrões, empregados e desempregados) cuja principal marca é o racismo e a exclusão.

Paralelo a tudo isso, a forte presença da cultura negra enraizada e disseminada em todas as camadas sociais brasileiras, seja ela na cozinha das sinhás de ontem ou das

os piores postos de trabalho e recebendo os menores salários, submetidos aos ambientes de trabalho mais insalubres, a presença negra no mercado de trabalho, apesar de esforço dado ao longo da história, pouco mudou e nada recebeu em troca pela fantástica contribuição econômica e cultural.

Cabe aos afro-brasileiros a tomada de decisões no sentido de assumir o gerenciamento, principalmente da indústria cultural, uma vez que já está comprovado seu domínio no setor produtivo. Basta o gerenciamento e administração (inclusive neste momento em que o trabalho formal passa por uma série de transformações e a indústria cultural é uma das que mais cresce em todo o mundo).

Cabe ao Estado, políticas públicas de acesso a bens tecnológicos, à educação, inclusive com medidas de cotas, o financiamento à produção e também meios de reparações que visem reduzir os enormes abismos sociais existentes entre negros e brancos, criados muitas vezes por medidas do próprio Estado.

E, finalmente, cabe ao conjunto da sociedade brasileira medidas que visem à desconstrução do racismo e que promovam a condução dos afro-brasileiros a todos os setores produtivos deste País, fazendo assim que se desenvolva aqui uma verdadeira democracia racial.

Trabalho, herança cultural e o 13 de Maio

que toda a economia até o final do século XIX girava em torno da escravidão.

Outro aspecto que deve ser lembrado é a contribuição africana trazida pelos negros, enquanto escravos, no cultivo das lavouras, no desenvolvimento tecnológico-agrícola, desembocando no artístico, culinário e culturais, fundamentais para a formação da cultura brasileira. Esta presença fortemente enraizada, no princípio nos meios rurais, uma vez que até a metade do século passado era basicamente rural, foi importada, disseminada e mantém até os dias atuais uma forte presença também nos meios urbanos.

No campo social, o desenvolvimento das relações escravo/senhor, casa grande/senzala seriam assim substituídos com o passar do tempo e, principalmente, após o 13 de Maio, pelas relações patrão/empregado, branco/negro com uma forte influência no psíquico-

patroas de hoje, no sincretismo religioso de ontem ou na presença gospel nos cultos evangélicos de hoje, ou na resistência das religiões de matriz africana, contrapõe-se toda rejeição das elites que insistem em maquiar e embranquecer a cultura do País a qualquer custo.

Apesar desta discriminação à cultura negra, essa mesma elite, quando se trata de fator econômico ou quando os lucros falam mais altos, toma de assalto essas manifestações culturais. Sejam elas as mais expressivas manifestações culturais do País, o Carnaval ou... Não importa, se estiver dando lucro, o patrão, o dono ou o gerente fatalmente, como acontece há séculos, será um branco.

Discriminados nos meios de produção brasileira desde sua chegada aqui na condição de escravo, depois subempregado, ocupando



Maurício Pestana - Publicitário e cartunista, dirigente da Pestana Arte & Publicações

Agenda Cultural

Uma seleção do melhor da programação de arte e cultura.

Por Rodrigo Massi e-mail: rodrigo.massi@uol.com.br



Música

O Jazz de Wynton Marsalis



A Lincoln Center Jazz Orchestra, tendo à frente o trompetista Wynton Marsalis, se apresenta nos dias 20 e 21 de junho em São Paulo. Criada há mais de dez anos, o conjunto é integrado pelos melhores solistas de jazz da atualidade. Marsalis, seu diretor artístico, nasceu em Nova Orleans em 1961 e começou a tocar trompete aos 12 anos. Em 1983 se tornou o primeiro e único artista a conquistar os Grammy de jazz e música clássica no mesmo ano, façanha repetida em 1984. Versátil, escreveu o balé *Them Two*, numa colaboração com o New York City Ballet e All Rise, uma encomenda do maestro Kurt Masur. Wynton Marsalis foi o primeiro homem do jazz a ser lau-

reado com o Prêmio Pulitzer de música.

Estiveram pela última vez na cidade em 2000, no palco do Teatro Municipal.

Dias 20 e 21 de junho, às 21h. Teatro Cultura Artística. Rua Nestor Pestana, 196. Tel. 3256-0223.

Concertos Matinais

A Sala São Paulo abre suas portas todas as manhãs de domingo para concertos com ingressos vendidos a 01 real. O objetivo da iniciativa, que em 2004 levou um público de 36 mil pessoas nas 30 apresentações, é democratizar o acesso à música e formar novas platéias. Realização da Secretaria de Estado da Cultura. Ingresso vendido à R\$ 1 em um dos postos do Poupa-



tempo. Mais informações: www.cultura.sp.gov.br

Música no Museu

Todos os domingos o Museu da Casa Brasileira promove apresentações que procuram mesclar música erudita e popular. Vale a pena esticar o dia e visitar o importante

acervo relacionado principalmente ao mobiliário da casa brasileira.

Av. Faria Lima, 2705 Jardim Paulistano Tel. 3032-3727 ou 3032-2499 www.mcb.sp.gov.br

Teatro

O Teatro Popular do Sesi apresenta até o dia 05 de junho a peça *Avenida Dropsie*. O espetáculo teatral, com direção de Felipe Hirsch, é inspirado na obra do artista gráfico Will Eisner, um dos maiores nomes de quadrinhos de todos os tempos.

Avenida Dropsie. Direção de Felipe Hirsch.

De sexta e sábado às 20h, e domingo às 19h. Os disputados ingressos começam a ser liberados uma hora antes do início do espetáculo. Avenida Paulista 1313. Tel. 3146-7406/7405

Cinema

A programação de filmes no Centro Cultural Banco do Brasil terá como assunto o tema "Diretores Brasileiros". O mês de maio será dedicado ao diretor Carlos Reichenbach, nascido em Porto Alegre em 15 de junho 1945 e criado em São Paulo.

Centro Cultural Banco do Brasil. Rua Alvarez Penteado, 112 Centro – Tel. 3113-3651 e 3113-3652.

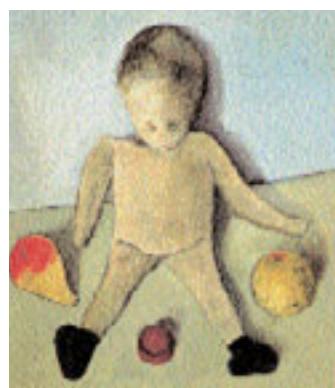
Divisor de águas!

O Collégio das Artes, lançado oficialmente no dia 05 de abril em ambiente de grande festa, irá revolucionar o panorama das artes no país. O projeto, idealizado pelas experientes produtoras culturais Saleti Barreto de Abreu e Izabel Rocha, foi criado especialmente para estimular e divulgar a arte contemporânea. Espaço de vanguarda, o ateliê coletivo contará com espaço para exposição, livraria e um café. Do ponto de vista social, o Collégio das Artes irá articular parcerias com ONGs para que crianças e adolescentes de baixa renda e com grande potencial criativo possam desenvolver-se e ingressar no mercado de trabalho. A iniciativa, pioneira no Brasil, merece todos os aplausos.

Serviço: Assessoria de Imprensa: Solange Viana. Tel. 4777-0234. E-mail: solange.viana@uol.com.br

Artes Visuais

O Museu de Arte de São Paulo – MAM-SP, exibe até o dia 22 de maio a exposição “O século de um



brasileiro – Coleção Roberto Marinho”. A mostra, que apresenta obras reunidas pelo jornalista e criador das Organizações Globo Roberto Marinho, está estruturada em três segmentos, água, terra e ar,

correspondentes às áreas de predileção do colecionador. Com curadoria de Lauro Cavalcanti, a exposição reúne 147 trabalhos de artistas como Pancetti, Di Cavalcanti, Portinari, Ismael Nery, Iberê Camargo, Jorge Guinle, Tomie Ohtake, Antonio Bandeira Burle Marx, esculturas de Maria Martins, Brecheret, Bruno Giorgi, Franz Krajcberg. O videomaker Marcello Dantas apresenta criações eletrônicas que repassam a trajetória do carioca Roberto Marinho. (1904-2003).

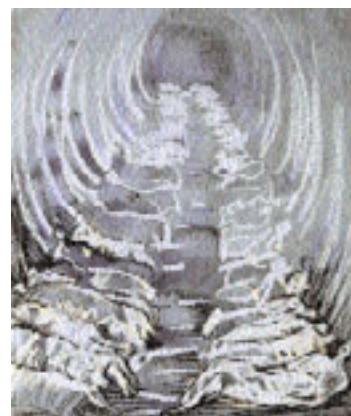
Fato interessante: Roberto faz uma viagem à Angra dos Reis em 1939 ou 1940 no avião de Darke de Mattos, e se encanta com mar (influenciado também pelo documentário “O Mundo Submarino”, de Jacques Yves Cousteau). Apaixonado pelo mergulho e caça submarina, Roberto Marinho desenvolveu especial afeto pelo artista e marinheiro Pancetti, célebre por suas marinhas.

Exposição: “O século de um brasileiro – Coleção Roberto Marinho” MAM-SP Parque do Ibirapuera, portão 03 tel. 5549-9688 ou 5085-1300 Ingressos: R\$ 5,50 (estudantes pagam meia) e adultos com mais de 65 anos não pagam entrada. A entrada é franca aos domingos, durante todo o dia. Estacionamento gratuito no local. site: www.mam.org.br

Henry Moore em São Paulo

A Pinacoteca do Estado apresenta a exposição “Henry Moore Brasil 2005. Uma Retrospectiva.

A exposição do artista inglês, figura central na história da escultura moderna, inaugura as comemorações do I Centenário da



Pinacoteca. Pinacoteca do Estado. Praça da Luz, 2. Tel. 3229-9844.

O talento caricaturista de Félix Nadar



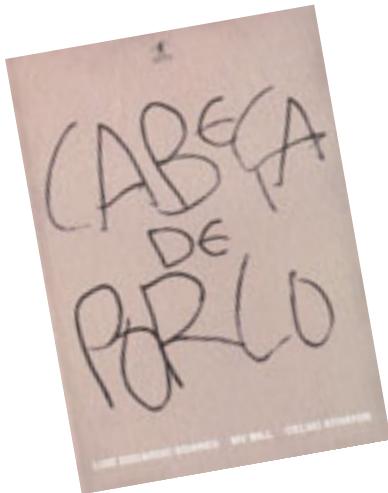
Como parte das comemorações do mês da fotografia, o Centro Universitário Maria Antonia irá apresentar a exposição “Nadar, caricaturista e fotógrafo”. Com curadoria de Dario Bueno, a mostra irá exibir revistas editadas pelo Atelier Nadar, o álbum de caricatura de 1862, fotográfiias (processo fotomecânico a partir de uma matriz de chumbo em relevo) de artistas e homens públicos.

Exposição “Nadar, caricaturista e

fotógrafo". Centro Universitário Maria Antonia. Rua Maria Antonia, 294. De segunda a sexta, das 10h às 12h e das 13h às 17h. Mais informações pelo telefone: 3255-7182. Abertura no dia 23 de junho às 20h. Até 07 de agosto de 2005.

Livros

Cabeça de Porco



Sem a intenção de ser um manual sobre o crime ou funcionar como um diário de bordo, Cabeça de Porco chega através da livraria Objetiva, trazendo perguntas e respostas para uma questão que tem assombrado a todos os brasileiros: A violência.

Escrito a seis mãos, o livro reúne em sua autoria o rapper MV Bill, seu empresário Celso Athaide e o antropólogo Luiz Eduardo Soares, que compartilham experiências nas comunidades carentes em todo o País, traçando um paralelo entre elas a partir da exclusão social e tem como objetivo, segundo o próprio MV Bill, "a intenção de levar sonhos, planos e esperança de futu-

O que vem por aí...

A Pinacoteca do Estado irá apresentar em setembro exposição do argentino Xul Solar (1887-1963), famoso por suas aquarelas e pinturas de fonte surrealista. Pinacoteca do Estado. Praça da Luz, 2. Tel. 3229-9844.

Apoio: ABBA – Academia Brasileira de Belas Artes
O editor desta coluna se mantém independente nas opiniões emitidas.

ro para aqueles que muitas vezes são tratados como lixo pela sociedade e se sentem impedidos de sonhar".

Ópera do Silêncio

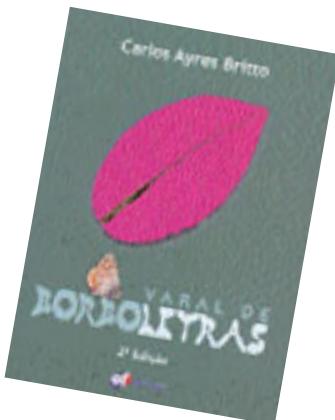
Publicado pela Editora Forum, o livro de Carlos Ayres Britto apresenta noventa e sete poemas que nos convidam para um mergulho no cerne da alma humana. Com belas ilustrações de Joel Dantas, há também poemas de cunho político, como por exemplo "Garçom", "Sudão", "Custo Brasil", entre outras.



Carlos Ayres Britto é um autor de contrastes, em dia com sua alma e com seu tempo. Um romântico com saudades de sua Rita, um realista que poeticamente desabafa e

esfrega na cara do Brasil, por meio de versos, a vergonha, a realidade dos moradores de rua, a sonegação e a injustiça social.

Varal de Borboletas



Carlos Ayres Britto em seu livro "Varal de BorboLETRAS", reeditado pela Editora Fórum, se define como "um varal de pendurar infância, um rio que volta do mar, pra ver como tudo começou". Este varal borboleteia com sentidos e palavras, mostrando o lado nostálgico do retorno à época de inocência com a intenção de ampliar ao menos um pouquinho "a floração do amor". Com trocadilhos e frases poetisantes, o autor se utiliza do mínimo de palavras para obter o máximo de sentido. Ilustrações de Jamson Madureira.



A Unipalmares inaugurou no mês de abril o Projeto Guri, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. O projeto visa a levar música e informação para crianças e adolescentes, com idade entre 8 e 18 anos. São cursos de violino, viola, violoncelo, contrabaixo acústico, trompete, trombone, saxofone, clarinete, flauta transversal,

musicais", ressalta Silvia Castilhos. Posteriormente, o Projeto Guri também dará curso de fabricação de instrumentos musicais africanos.

Inglês
Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares reabre o curso comunitário de

percussão, além de canto coral. A gerente administrativa do Projeto Guri, Silvia Castilhos, diz que o projeto sociabiliza, disciplina e promove a inclusão social de muitos jovens. "Criado pela Secretaria de Estado da Cultura, o projeto

Inglês com turmas em maio.
Com a globalização mundial, falar inglês hoje é praticamente uma obrigação para quem quer se destacar no mercado de trabalho. O objetivo do curso é preparar alunos para vestibular, graduação, entrevistas de trabalho e até para viagens de negócios e lazer. Por ser curso comunitário, o custo é de

50, já incluindo o material do pré-vestibular, o mesmo do OBJETIVO, um dos maiores e melhores cursos pré-vestibulares de São Paulo e parceiro da Unipalmares, que usa a mesma metodologia. No ato de inscrição, a taxa é de R\$ 15,00 para a carteira de identificação do estudante. As aulas serão ministradas na sede da Unipalmares, nos períodos da manhã e da noite, de segunda a sexta-feira. As vagas são limitadas.

Escola Livre de Música

Outra novidade da Unipalmares este ano, é a Escola Livre de Música, cujas aulas são ministradas pelo Maestro Robson Miguel, considerado um dos dez melhores violonistas nos Estados Unidos. O curso tem duração de 4 anos, dirigido para crianças e adolescentes de 8 a 18 anos e será especializado na música popular brasileira.

Serão oferecidas 250 vagas, as aulas terão duração de 50 minutos, manhã, tarde ou noite. Entre os cursos: violão, flauta, violino, piano, cavaquinho e outros. O custo da matrícula é de R\$ 30,00 e mensalidades no valor de R\$ 210,00 ou R\$ 70,00 por matéria. As inscrições na sede da Universidade.

Mostra mulheres

De 11 de maio a 4 de junho, o Núcleo de Artes Plásticas da Universidade da Cidadania Zumbi

Projeto Guri Pólo Unipalmares

nasceu em 1995, dentro de um preceito social de igualdades de condições para todas as crianças e adolescentes, que vivem em lugares culturalmente carentes. É um empreendimento sócio-cultural que consiste na socialização através da música, visando a formação de orquestras-escola, corais e grupos

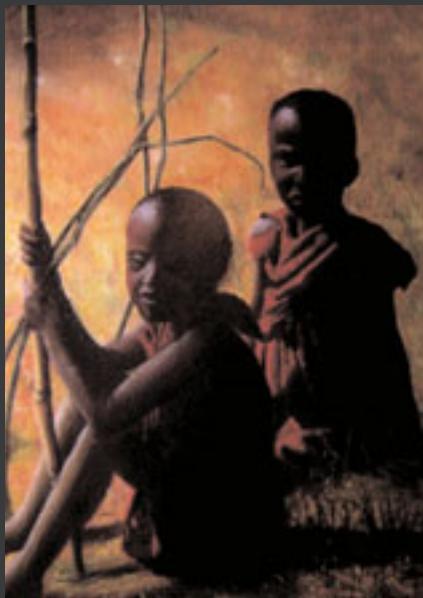
apenas R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) mensais. As aulas acontecem das 13h às 15h e 15h às 17h.

Pré-vestibular

Com o sucesso do curso pré-vestibular, a Unipalmares abriu novas turmas para Maio. A mensalidade é de apenas R\$

dos Palmares apresenta a mostra "Mulheres". A exposição, a segunda realizada no Núcleo de Artes da Unipalmares, vai contar com a participação de 20 artistas plásticas que vão expor trabalhos em pintura, escultura, cerâmica, desenho e outras técnicas.

Os trabalhos, segundo o curador Tom Ruthz, devem refletir, "cada um com sua expressão, olhar e sensibilidade, a essência feminina que embeleza este universo regido pela mulher". Entre as



artistas convidadas estão: Ana Denise (pintura), Ângela Raquel (desenho), Ilse da Silva (pintura), Joana Baraúna (escultura), Malema (pintura e escultura), Magali Takahashi (pintura), Marat (escultura), Renata Felinto (cerâmica) e Terezinha Malaquias (color gravura).

Visitação: segunda à sexta-feira, das 14:00 às 19:00 hs

Sábados - das 13:00 às 16:00 hs

Endereço: Rua Washington Luis, 236 - Luz - Tel: 3313-8917

Visitas na Zumbi

Alexandre Pires e Netinho de Paula



A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, recebeu, no mês passado, a visita dos cantores Alexandre Pires e Netinho de Paula. O objetivo da visita foi verificar a possibilidade de gravação do programa "Turma do Gueto", na sede da Universidade, o que deve ocorrer a partir do segundo semestre.

No encontro, Netinho de Paula, Alexandre Pires e o cineasta Jéferson De, reconheceram a importância de ter uma universidade como a Uni-

palmares e que os alunos devem aproveitar esta oportunidade. "Todos sofremos e lutamos, mas conseguimos chegar e ainda podemos ir além", comenta Alexandre Pires enquanto distribuía autógrafos aos fãs.

Isabel Fillardis

Outra visita na Unipalmares foi a de Isabel Fillardis atriz, modelo e cantora que visitou algumas turmas e "ficou muito emocionada ao ver tantos alunos negros em uma só classe".

A atriz, que faz parte do projeto social realizado pela ONG Afrobras, disse que esse é o caminho. "O mercado hoje pede negros, pois eles também consomem e agora as empresas estão correndo atrás do prejuízo". A atriz está no elenco da nova novela das 19h da rede Globo - A Lua me Disse -, onde vive a jovem Violeta.

Fulbright

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares recebeu a visita da Dra. Cíntia L. Wollock, Chefe do Programa do Hemisfério Ocidental da Fulbright, Dr. Ralph Tleblssing, Oficial do Programa e Dr. Luiz Valcov Loureiro, Diretor Executivo da Fulbright. Recebidos pelo Reitor da FZPA, José Vicente, falaram do interesse em ajudar a universidade com programas de estudos para os Professores e do objetivo de assinarem convênios de estágios para os alunos da Unipalmares.



Nosso país é um dos desiguais no mundo, situação que nos envergonha a todos. Não foi suficiente termos crescido a taxas muito elevadas e gerado empregos em grande quantidade durante a maior parte do século XX para reduzirmos nosso nível de concentração da renda. Na minha visão, a manutenção da disparidade esteve associada aos efeitos nocivos da inflação e à baixa escolaridade da população. Esses dois problemas foram equacionados nos últimos dez anos, ainda que os resultados na educação apareçam a mais longo prazo. Na educação é preciso persistir nas políticas em relação ao ensino básico que visem universalizar o acesso e melhorar a sua qualidade.

Já se foi o tempo em que as pessoas podiam estudar até os 20 ou 25 anos e viver toda a vida

com os conhecimentos adquiridos. Vivemos a era do conhecimento e nesse mundo é preciso aprender a vida toda. O conhecimento evolui numa velocidade sem precedentes, a tecnologia dá saltos cada vez mais freqüentes e é preciso acompanhar essas mudanças para estar inserido na sociedade. Trabalhar,

consumir e participar da vida social exigem que a pessoa tenha acesso à educação permanente, ao longo de toda a vida. Nessa nova situação, o papel da escola de educação básica muda radicalmente em relação ao passado. É verdade que a escola deve continuar a cuidar da educação durante uma determinada etapa da vida das pessoas, mas sua função e seus objetivos são totalmente distintos dos que, erroneamente, prevaleciam no passado. Antes a escola de educação básica podia pretender transmitir o conheci-

mento e até mesmo a "decoreba" era um instrumento freqüentemente utilizado. Hoje isso não é mais possível. Nessa etapa da vida é essencial que a escola passe a ensinar as crianças e os jovens simplesmente a aprender. Desenvolver o raciocínio, o pensamento crítico a capacidade de pensar, de raciocinar, esses devem ser os grandes objetivos pedagógicos da escola na era do conhecimento.

A "inter-disciplinariedade", a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências substituíram os velhos conteúdos de disciplinas estanques. Ler muito e escrever muito, essas são duas velhas práticas pedagógicas que têm uma atualidade cada vez maior e cada vez mais devem estar presentes na escola.

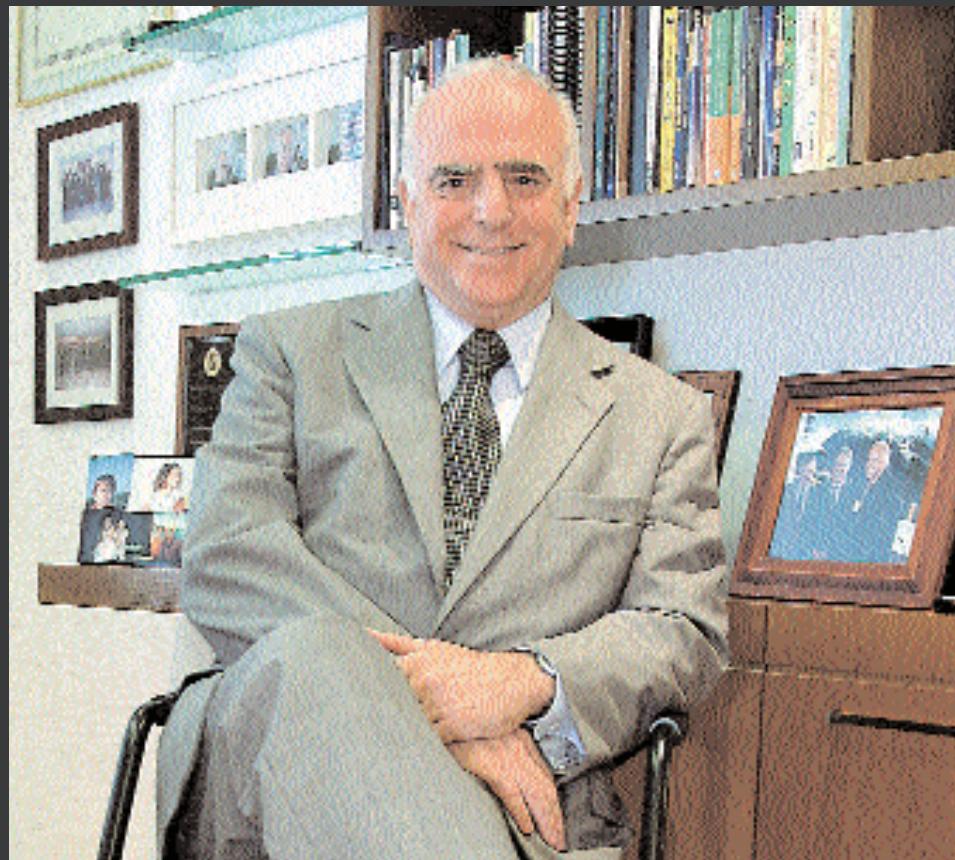
Obviamente a escola não deve se resumir a isso. A educação integral da criança e do

jovem é uma tarefa da família e da escola. Neste sentido é essencial que a escola tenha muito clara a sua missão no desenvolvimento dos princípios éticos e morais e do respeito pelo outro, assim como no desenvolvimento da responsabilidade social da pessoa. A

disciplina é necessária, mas o arbítrio e o autoritarismo devem ser banidos do ambiente escolar.

A educação permanente num país como o nosso exige desenhar políticas para que todos possam ter acesso ao ensino durante sua vida, não apenas aqueles que concluíram o ensino médio na idade adequada e prosseguiram seus estudos em alguma modalidade de educação pós-média. É preciso pensar que a maioria da população adulta brasileira que já está no mercado de trabalho sequer concluiu o ensino fundamental. Para eles é preciso oferecer as oportunidades da conclusão da educação básica pela via da suplência, que deve ter qualidade em tudo compatível com a educação regular.

Para esse conjunto da população a garantia da educação permanente no nível profissional dificilmente será alcançada através do de ensino superior tradicional. É preciso abrir as portas para a educação profissional seja em cursos técnicos ou superiores de curta duração. É preciso que o sistema educacional pós-médio se conscientize dessa necessidade em nosso país e crie mecanismos flexíveis adap-



tados às condições de nossa população para garantir o direito à educação permanente para todos os cidadãos. Também nesse caso, cursos de curta duração não devem ser sinônimos de cursos de baixa qualidade. Seu foco na profissionalização e no mercado

de trabalho devem significar a possibilidade de crescimento profissional efetivo para os adultos que neles ingressarem.

Paulo Renato Souza - ex-Ministro da Educação

educação

inclusiva na era do conhecimento

Nunca é tarde para avaliarmos as conquistas e erros cometidos em nossa história. Ao contrário, devemos possibilitar e promover o debate sobre os movimentos sociais a que estamos inseridos para que possamos ter uma compreensão mais próxima do real. É preciso termos consciência que cada um de nós é uma parte autônoma desta sociedade, porém juntos formamos esta pátria.

Por isso é fundamental nos questionarmos sobre acontecimentos, que muitas vezes nos são colocados como prontos e acabados.

É impressionante perceber que muitas vezes aquilo que achamos que é a realidade não passa de um mero reflexo no espelho, portanto propenso a “desfogues” e enfoques diferenciados.

Vejamos. Estamos comemorando neste 13 de maio, 117 anos da Abolição dos Escravos em nosso país. Há muito, a escravidão que impingia tortura a ferros e confinava os negros na senzala foi extinta. Será? Não há mais tráfico de escravos e não podemos aceitar que no passado se trocavam seres humanos por cavalos, ou que por todo trabalho de uma pessoa não fosse recebida nenhuma remuneração. Mais uma vez eu me questiono...

Cada vez que leio mais cuidadosamente os jornais, percebo que as coisas não são bem assim. Há pouco tempo tive-

mos notícias de pessoas acorrentadas, trabalhando sem remuneração e sem condições mínimas de saúde e higiene; os negros são mais de 80% da população que se encontra abaixo da linha da pobreza; sabemos que a população carcerária é constituída, em sua grande maioria, de negros e pardos; que o índice de mortalidade de crianças menores de cinco anos é duas vezes maior em crianças negras em comparação com as

genciar as políticas de reparação. As cotas para negros e índios nas universidades são tão importantes justamente porque garantem o acesso de quem jamais poderia chegar a concluir o terceiro grau. Não podemos pensar em Liberdade em seu sentido literal, se não oferecermos igualdade de condições e oportunidades. Ainda temos uma dívida histórica e que precisa ser resgatada com os negros e seus descendentes.

reflexo de Liberdade

brancas, e que o número de meninas negras sem nenhum grau de instrução, entre 10 e 14 anos, é três vezes maior que entre as meninas brancas na mesma faixa etária.

Numa rápida análise, somos tentados a classificar as favelas e a periferia das grandes cidades, como as “senzalas modernas”. Ali estão concentrados milhares de cidadãos que, independentemente da cor da pele, se não tiverem oportunidade ou perspectiva de futuro, jamais poderão ser “alforriados”. Concluímos que a escravidão contemporânea é muito mais cruel e avassaladora. A segregação se faz muito mais presente através da exclusão cultural e educacional. Numa sociedade cada vez mais globalizada, quem não tem acesso a informação está praticamente fora de qualquer forma de inclusão.

É neste sentido que não podemos negli-

Mais que isso, é preciso louvar e difundir iniciativas como a da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, que além de ter, desde a sua fundação, mais de 80% de negros em seu corpo discente, sua grade curricular pioneira ensina a todos os seus alunos a História da África e o legado cultural deixado pelos escravos ao povo brasileiro.

Se seguíssemos exemplos como este, não precisaríamos conviver com apenas os reflexos de uma pretensa liberdade propagada há mais de um século. Seríamos todos iguais em direitos e condições, sem menosprezo ou soberba, porém com dignidade e orgulho de sermos reconhecidos fundamentais na construção e formação do Brasil.

Benedita da Silva - Ex-Ministra de Assistência Social e ex-Governadora do Rio de Janeiro/PT

educação



Cervantes, no imortal Dom Quixote, afirma que a liberdade é o bem mais precioso que existe sobre a terra. Segundo ele, que passou alguns anos da sua longa e efervescente existência como prisioneiro de guerra, nada se iguala ao magnetismo desse tesouro que as sociedades antigas quase desconheciam – da Grécia a Roma o Estado era todo poderoso e os direitos individuais praticamente inexistiam - e que as sociedades modernas tentam desde a revolução francesa, no século 18, dar forma e consistência.

Contudo, a idéia da liberdade, como credo, filosofia e conceito político, é tão antiga quanto a existência humana. Como termo, significa uma pessoa, cidade, povo, comunidade ou nação que não depende de senhores, que é dono do seu destino. Como conceito político, vamos encontrar suas origens no mundo helênico e no

mundo intelectual judaico-cristão. Parte da sua história está intimamente ligada ao ideal democrático e parte à emergência do liberalismo, no século 19, que introduziu a idéia mestra da liberdade individual, independente dos programas econômicos e poder social de qualquer classe.

No Brasil, o tema tem sido o estopim de permanente embate social. Começou, digamos assim,

com o movimento de libertação da antiga colônia em relação à corte portuguesa, prosseguiu com as campanhas civilistas da libertação dos escravos e da proclamação da república e, hoje, seu cenário é a correção das graves desigualdades que separam os brasileiros em excluídos e participantes da vida social e econômica.

Ao contrário do que muitos pensam, a idéia da liberdade sempre foi uma força e uma abordagem básica do cotidiano brasileiro. No século 19, logo após a proclamação da Independência, por exemplo, sucederam-se as revoltas de escravos, entre eles, a dos Malês, em Salvador, com

repercussão interna-

cional. Neste século, os grandes momentos de defesa da liberdade estão materializados nos movimentos de democratização do pós-segunda grande guerra e na campanha das Diretas já, em prol da volta da eleição para presidente da República pelo voto dos cidadãos, no final da década de 80, no século passado. Parece distante, mas faz apenas duas décadas que o

país voltou à democracia. Conseqüentemente, ao regime de liberdade.

Thomas Jefferson, pai fundador da democracia americana, definiu o direito à liberdade como uma das “leis da natureza”. Foi ele, ao lado dos franceses da revolução de 1789, que disseminaram no mundo a idéia e a prática da democracia. Que fizeram da liberdade uma idéia viva, inalienável, enraizada em direitos dos cidadãos e suas instituições. Mas o caminho para universalizar a liberdade é longo e ainda há muito o que fazer. “O homem nasceu livre”, escreveu Rousseau em Do contrato social, “e no entanto está agrilhado em toda a parte”. Não é mais assim. No século 21, vive-se uma espécie de idade do ouro da democratização da liberdade.



No que pesem os obstáculos, o principado do atraso e da submissão do homem pelo homem perde terreno a cada dia. O Brasil é um caso emblemático. Há imensas disparidades sociais,

mas não falta liberdade para que a idéia do pluralismo, portanto da liberdade, faça seu próprio caminho, produzindo na sua marcha evolutiva, antídotos contra as dores das arbitrariedades e injustiças de todo o tipo. Nesse novo Brasil que começa a nascer o que tende a preponderar cada vez mais é uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária e politicamente livre.

Com isso, se restaura a idéia de unir desenvolvimento e democracia. Uma idéia poderosa, uma utopia possível, como assinala Cervantes em Dom Quixote, há 400 anos uma das obras mais lidas em todo o mundo. Uma idéia-utopia capaz de desobstruir as rotas para um novo ciclo de crescimento, prosperidade e inclusão social.

Sidney Dutra - Reitor da Universidade de Santo Amaro.

educação da liberdade

A liberdade e o choro do presidente

LIBERDADE AINDA QUE TAR-DIA, tradução livre da inscrição que adorna a bandeira do Estado de Minas Gerais, além de traduzir o espírito que moveu os inconfidentes frente ao jugo da coroa portuguesa e o alicerce em que se assenta a rica trajetória histórico-social do povo mineiro, expressa concomitantemente, a pedra angular que moveu historicamente, a resistência e a luta de todos os povos escravizados, em especial, o povo negro em todos os quadrantes mundiais.

Aliás, a estória da trajetória humana pode ser resumida na luta incessante em assegurar que esse seu princípio formador transcreva uma prática real e objetiva em todas as suas dimensões e abarque nas suas linhas todos os seres humanos. A história tem servido de plataforma especial de registro do revezes cotidianos; do quanto essa luta, no mais das vezes, tem sido inglória, quanto tem sido exigido e quanto se exigirá para atingir na plenitude, esses objetivos.

Isto porque, a impressão é de que o oposto da liberdade parece ser variante do pecado original, incrustado no DNA de parte considerável de homens e mulheres e, será para sempre, um traço indelével da característica humana definidora de sua fraqueza ou de sua virtude, dependendo do lado em que se encontre.

No fundo, liberdade e escravidão se manifestam como verso e reverso da

mesma moeda, na infinita dualidade que apresenta a divisão das coisas da humanidade: homem e mulher, vida e morte, alegria e tristeza, bem e mal, certo e errado, justo e injusto, tudo, trancafiado numa caixinha óssea chamada cérebro, num complexo de tecidos e músculos chamado coração, numa chama condutora festejada e exaltada, porém invisível, que denominamos alma, ou, quem sabe, além desses, em tantos outros lugares.

Liberdade e Escravidão são, assim, irmãs gêmeas siamesas que habitam sob o mesmo teto a dimensão do ser humano. Da supremacia de uma, resulta o enfraquecimento e mesmo a quase extinção da outra e, da coexistência de ambas sob o mesmo teto, o eterno conflito humano de ter que fazer e manter uma escolha única quando a natureza coloca diante de si duas opções.

Neste 13 de maio de 2005, quando completamos 117 anos da abolição da escravatura dos negros no Brasil, a inscrição da Bandeira das Minas Gerais e o choro do presidente na recente visita ao país africano do Senegal, quando conheceu de perto no museu vivo, as indumentárias e o histórico de como milhares de homens, mulheres e crianças negras foram capturados como animais, vendidos como mercadorias e submetidos à escravidão em especial no solo brasileiro. As lágrimas, acompanhadas do seu pedido de perdão em nome de todos os brasileiros, dão uma



pista do grau de atualidade das assertivas delineadas.

As lágrimas do presidente, acompanhadas pelas do ministro da Cultura Gilberto Gil, da Ex-Senadora, Governadora e Ministra Benedita da Silva e tantos outros presentes, certamente, sem dúvida alguma, representam o sentimento verdadeiro da maioria dos brasileiros que de tempos imemoriais, passando pela inconfidência mineira, jamais tergiversaram, senão pela opção a favor de liberdade ampla, geral e irrestrita para todos.

Porém elas padecem de vício de origem e lugar.

A tragédia do negro é aqui, e a liberdade irrealizada do negro também é aqui. Choremos todos com o presidente, mas não nos furemos de continuar a trabalhar firmes e incessantemente para que o negro brasileiro tenha acesso e usufruto integral dos benefícios da liberdade, aqui, no Brasil, ainda que tardios.

José Vicente - Presidente da Afrobras e Reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares

VIVA A DIVERSIDADE. VOCÊ PODE.

Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

Agora em nova sede, com novas instalações mais amplas e confortáveis, oferece os seguintes cursos:

- Administração Geral
- Administração Financeira
- Comércio Exterior
- Serviços e Comércio Eletrônico



Informações:

Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares
Rua Washington Luís, 236 - Luz - Tel: (11) 3313-8701
www.unipalmares.org.br